MANOLO

FASCISMO À BRASILEIRA?

O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO FASCISTA
NA POLÍTICA BRASILEIRA

passa palavra

Fascismo à brasileira?

O desenvolvimento do campo fascista na política brasileira

Manolo

Passa Palavra

2021

Copyleft ⓒ 2021 Passa Palavra

É permitida a reprodução desde que para fins não comerciais, os autores sejam citados e a integridade do texto ou das partes utilizadas seja respeitada.

Acesse: https://passapalavra.info/

Foto da capa: Robert Coelho

Índice

Capítulo 1 - Fascismo: uma definição - 1

Capítulo 2 - Particularidades da atual conjuntura - 5

Capítulo 3- O "voo de galinha" da retomada econômica - 23

Capítulo 4 - Premissas políticas e econômicas - 47

Capítulo 5 - Formas econômicas de repressão - 65

Capítulo 6 - O espaço político brasileiro - 89

Capítulo 7 - Os eixos exógenos do fascismo - 107

Capítulo 1

Fascismo: uma definição

Em meio ao debate em torno das manifestações dos caminhoneiros em maio de 2018, surgiram interessantes questões relativas ao desenvolvimento do campo fascista na política brasileira.

Tudo isto levou a uma reflexão sobre o tema e a dialogar com os comentadores de forma mais extensa, na tentativa de fazer como que um "soma e segue".

Fascismo: uma definição

Partimos da definição do fascismo embasada no fascismo clássico. Foi possível encontrar aí um campo político estruturado por dois eixos. Um é o *interno*, o das instituições, organizações e movimentos criados pelos próprios fascistas, via de regra construído em torno de uma retórica e de uma ação radicais. O outro é o *externo*, o das instituições, organizações e movimentos que apesar de não haverem sido criados pelos próprios fascistas representam o campo mais conservador da sociedade. É no campo externo que os fascistas encontram um campo aliado e igualmente um campo de legitimação de sua radicalidade e de sua contenção aos limites da ordem vigente.

Apesar de reconhecermos no fascismo um campo político internacional,

ora por meio de articulações políticas diretas, ora por meio da influência ideológica e midiática transnacional de certos movimentos e lideranças, não se avançará aqui numa análise global aprofundada do fenômeno. Se tentará, isto sim, situar o campo fascista brasileiro em meio a seus similares mundo afora, para que se perceba que a situação brasileira não é de modo algum excepcional.

Fascismo: questões controversas

O recurso a tal quadro não nos limita a ele. Encontramos aí uma excelente ferramenta para entender a estruturação de um campo fascista, mas a utilidade de qualquer ferramenta está na possibilidade de múltiplos usos que não aqueles originalmente previstos.

No que diz respeito ao fascismo clássico, na atual situação de complexificação das organizações da chamada "sociedade civil" o eixo endógeno também complexificou-se. Hoje ele agrupa outras organizações que não apenas os partidos, as milícias e os sindicatos. Vê-se situação semelhante no eixo exógeno com a superação numérica das forças armadas pelas empresas privadas de "segurança" e com a expansão do fundamentalismo religioso cristão e islâmico.

Além disto, poucos são os movimentos políticos a assumir sem máscaras a herança do fascismo clássico. Minoritários estes em sua expressão política, suas pautas, entretanto, atravessam o campo político atual e encontram defensores em todo o espectro que vai da extrema-esquerda à extrema-direita.

A isto é preciso adicionar a imprecisa e problemática qualificação destes movimentos como "populistas", elástica ao ponto de levar gente muito abalizada a agrupar sob o mesmo nome os populares romanos (Caio Mário, os irmãos Graco, Cneu Papírio Carbão, Marco Lívio Druso, Públio Sulpício Rufo, Públio Clódio Pulcro, Júlio César, Públio Múcio Cévola, Marco Emílio Lépido, Marco Antônio, Quinto Sertório etc.); as guerras camponesas ocorridas durante a Reforma protestante no século XVI (Guerra dos Camponeses, rebelião de Münster etc.); a revolta dos *comuneros* espanhóis (1520-1521); a guerra civil inglesa (1642-1651); o enquadramento da revolução francesa feito por Jules Michelet; o movimento *völkisch* germânico do sécu-

lo XIX; entre outros. Este alerta foi feito pelo Passa Palavra em outra oportunidade, e não custa renová-lo.

Fascismo: o de antes e o de agora

Se devemos ter a inteligência de reconhecer na longa duração as raízes históricas do fascismo e explicá-lo por meio delas para que não se repitam certas análises que o entendem como um "raio em céu azul", não podemos cair no equívoco de diluir completamente as especificidades dos atuais movimentos fascistas e parafascistas e explicá-lo somente com base nas oposições entre "povo" e "elite", entre "maiorias" e "minorias", entre "despossuídos" e "privilegiados" ou coisa que o valha.

É precisamente esta a retórica *ad populum* com que tais movimentos ocultam as contradições econômicas e sociais que estruturam tanto a sociedade quanto a si próprios, e é a prática embasadora de tal retórica que pretendemos entender e explicar.

Ciencias naturales, *de Juan Gatti (2011)*

Capítulo 2

Particularidades da atual conjuntura

Num artigo de há alguns anos, foi soado um alerta aqui no Passa Palavra para as diferenças entre a situação atual e a do fascismo clássico, radicando-as em três argumentos: (a) o funcionamento normal de uma economia globalizada na atual conjuntura, contra a fragmentação da economia global em um agregado heteróclito de economias nacionais no entreguerras; (b) as diferenças na situação de "terra arrasada" da atual conjuntura, concentradas na Ásia e na África, enquanto no entreguerras era a Europa a sofrer deste mal; e (c) a crise migratória na Europa como "bode expiatório" de problemas internos. Não tenho como tratar adequadamente do item (c) por não ter informações suficientes acerca da situação migratória no entreguerras, mas pode-se usar (a) e (b) para desenvolver mais extensamente as particularidades da atual conjuntura frente à do entreguerras.

Em primeiro lugar, o funcionamento global da economia capitalista não está travado pelas mesmas questões vividas nos anos 1920 e 1930. Pelo contrário, vivemos ainda sob plena e inconteste hegemonia das empresas transnacionais e dos órgãos internacionais de governança financeira (FMI, Banco Mundial, OCDE, Fórum Econômico Mundial etc.), com funcionamento normal de órgãos globais e regionais de governança política (ONU, Parlamento Europeu etc.) e de assistência humanitária — estes últimos com-

pondo a "mão esquerda" da governança global.

Ocorre que no campo "populista" esta hegemonia é travestida de pura hegemonia do capital financeiro — e este tema aproxima-o do campo fascista. Isto, e a retórica de que certas "nações" seriam verdadeiras "nações proletárias", subjugadas por potências estrangeiras.

É necessário começar debelando estas fantasias.

Investimento externo direto e desengatamento

Um bom indicador da continuidade das tendências do desenvolvimento econômico verificadas nas últimas décadas é o fluxo de investimentos externos diretos, que mantém seu padrão histórico de preferência às economias desenvolvidas. Quem fala em investimentos externos diretos fala em transnacionalização de empresas, ou seja, em exportação de capitais ou mesmo de espraiamento da estrutura produtiva de determinadas empresas ao redor do globo, em operações financeiras, logísticas e comunicacionais cada vez mais complexas e intrincadas.

É corrente a crítica à transnacionalização das empresas com o argumento de que, em vez de criarem emprego no país, irão criá-lo noutros países. Quando a objeção é levantada pelas direções sindicais ou, pior ainda, pelos próprios assalariados, ela corresponde a uma grave divisão no interior da classe trabalhadora. Se forem aceitos como válidos, os termos da crítica implicam o estabelecimento de reservas no mercado de trabalho, pretendendo que os empregos dos trabalhadores de um dado país devam ser protegidos à custa dos trabalhadores de outros lugares. Uma atitude deste tipo pode evoluir com facilidade no sentido do fascismo.

Mas os termos daquela crítica não são válidos e, de qualquer modo, o nacionalismo é ultrapassado pelos mecanismos econômicos, porque se uma empresa adquirir certa dimensão e apesar disto não se internacionalizar, será destruída pela concorrência e anulará o emprego que gerava no interior do país. Assim, mesmo que a curto prazo e em alguns casos a transnacionalização possa levar a uma redução do número de empregos em certos estabelecimentos de uma companhia, essa redução é menor do que a que ocorreria se a firma não se tivesse internacionalizado e abrisse falência por este

motivo.

Ainda que a curto prazo a criação de filiais leve a matriz a diminuir o número de assalariados, os resultados invertem-se num prazo mais longo. Na medida em que uma empresa se reforça com a internacionalização, obtendo o acesso a tecnologias mais evoluídas e aumentando a produtividade e a capacidade concorrencial, ela tende a ampliar a sua atividade não só nos países onde implanta filiais como também no país de origem, expandindo assim o recrutamento de força de trabalho em todos os lugares onde estiver estabelecida a cadeia produtiva.

Com efeito, as companhias transnacionais são globalmente integradas e a fase do processo de produção existente numa dada filial não pode desenvolver-se sem que se desenvolvam as fases existentes na matriz e noutras filiais. E como o crescimento da produtividade nunca ocorre num circuito fechado e estimula o progresso econômico em redor, a internacionalização tende a aumentar o emprego não só nas companhias transnacionais mas igualmente noutras empresas. Contrariamente ao que presumem os críticos da transnacionalização, a exportação de empregos para outros países implica, em princípio, a criação de empregos no país de origem.

A série histórica do *World Investment Report* da ONU vista nas tabelas 1 e 2 parece contradizer tudo o que foi dito até o momento. Na tabela 1 evidencia-se uma tendência ao aumento da participação das economias em desenvolvimento como destino de investimentos externos diretos.

Tabela 1. Fluxo de investimento externo direto recebido por tipo de economia (%)

	1988 a 1990	1998 a 2000	2003 a 2005	2007 a 2010	2011 a 2013	2014 a 2017
Economias desenvolvidas	82,5	77,3	59,4	56,7	46,8	54,6
Economias em desenvolvimento	17,5	21,7	35,9	37,6	47,1	42,2

Fonte: *UNCTAD World Investment Report 2006-2018*. A soma das porcentagens não totaliza 100% por não terem sido aqui incluídas as "economias em transição", ou seja, os países resultantes da desagregação da esfera soviética.

A aparente redução no fluxo de investimento rumo às economias desenvolvidas daria razão ao argumento de que as transnacionais investem onde a mão de obra é mais barata, onde há menos tecnologia agregada etc. Mas é pura ilusão estatística. A diminuição se deve ao fato de a ONU ainda considerar como "economias em desenvolvimento" a maior parte dos BRICS (Brasil, China, Índia e África do Sul), todos os "tigres asiáticos" (Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan) e todos os "novos tigres asiáticos" (Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia e Vietnã), economias que durante a crise financeira de 2007-2010 e suas consequências — crise da dívida pública na eurozona etc. — mantiveram razoáveis índices de crescimento. Já a Rússia é qualificada pela ONU como parte das "economias em transição", ou seja, aquelas resultantes da desagregação da esfera soviética.

O aumento da participação das "economias em desenvolvimento" como destino de investimentos externos diretos expressa o desenvolvimento econômico em lugares fora do tradicional triângulo Europa-Estados Unidos-Japão, por onde circularam tais investimentos durante quase toda a segunda metade do século XX.

Tendência semelhante se verifica no que diz respeito à origem dos fluxos de investimento externo direto, verificando-se progressivo aumento da participação das "economias em desenvolvimento" como origem de tais investimentos por razões semelhantes às explicadas acima.

Tabela 2. Fluxo de investimento externo direto emanado por tipo de economia (%)

	1978 a 1980	1988 a 1990	1998 a 2000	2003 a 2005	2007 a 2010	2011 a 2013	2014 a 2017
Economias desenvolvidas	97,0	93,1	90,4	85,8	77,2	68,8	68,5
Economias em desenvolvimento	3,0	6,9	9,4	12,3	19,6	27,0	28,5

Fonte: *UNCTAD World Investment Report 2006-2018.* A soma das porcentagens não totaliza 100% por não terem sido aqui incluídas as "economias em transição", ou seja, os países resultantes da desagregação da esfera soviética.

Durante a crise financeira de 2007-2010 este processo foi chamado de *decoupling*, que traduz-se sem perda de significado como desengatamento;

trata-se, grosso modo, de um literal desengatamento das economias em desenvolvimento relativamente às economias desenvolvidas, possibilitando a estas últimas ser menos impactadas pelas flutuações econômicas das primeiras. Paul Krugman demonstrou o processo muito didaticamente em 2010 num brevíssimo artigo no *New York Times* onde evidenciou graficamente a recuperação mais rápida das "economias em desenvolvimento" em seguida à crise; Krugman, entretanto, não estendeu a análise ao campo político, mas quem o fez demonstrou como o desengatamento era — e é — a expressão econômica de um deslocamento na hegemonia global.

Antes de prosseguir, uma precaução. Qualquer leitor que passe os olhos pelas estatísticas acima poderá, e com razão, encontrar uma justificativa muito ao gosto de certo jornalismo denuncista comum em meio à esquerda: "paraísos fiscais!"

Quanto a isto, é preciso observar duas coisas.

Em primeiro lugar, há registros de paraísos fiscais em meio às "economias em desenvolvimento" desde pelo menos os anos 1950; deste modo, se o fluxo de investimentos para tais economias se mantivesse estável ao longo das décadas isto teria se refletido nas estatísticas acima, e se tais investimentos respeitassem alguma sazonalidade ela estaria igualmente expressa em números.

Em segundo lugar, a definição de "paraíso fiscal" construída pelo grupo de pesquisa CORPNET, da Universidade de Amsterdã, tem sido adotada pela União Europeia como oficial desde 2017, e nela estão incluídos, além dos "paraísos fiscais" já notórios em meio às "economias em desenvolvimento" (Ilhas Virgens Britânicas, Taiwan, Jersey, Bermuda, Ilhas Cayman, Samoa), outros países tidos como "economias desenvolvidas", de outro modo insuspeitas como paraísos fiscais (Holanda, Grã-Bretanha, Suíça, Irlanda), o que mostra a dispersão do fenômeno nos dois setores.

Deste modo, a mudança na dinâmica dos investimentos externos diretos não pode ser creditada apenas ao fluxo rumo a "paraísos fiscais" ou a partir deles. Há que ver outras explicações.

Explicando o desengatamento

Há quem credite este fenômeno à baixa remuneração da força de trabalho nas economias em desenvolvimento.

Embora isto possa atrair investimentos de curtíssimo prazo e empresas tecnologicamente retardatárias das economias circunvizinhas, os investimentos das empresas transnacionais de ponta tendem a ocorrer naquelas regiões onde os níveis de produtividade já se encontrem no patamar pretendido, ou onde possam elas mesmas criar as infraestruturas materiais e sociais necessárias a uma rapidíssima escalada na produtividade rumo aos patamares pretendidos.

No plano teórico, é irônico observar que, se isto acontecesse, as companhias transnacionais seriam um poderoso fator de homogeneização social, pois contribuiriam para a industrialização das regiões retardatárias. Precisamente em virtude do seu avanço tecnológico as companhias multinacionais e transnacionais dirigem a maioria dos investimentos para os sectores capital-intensivos, e isto tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. Ora, se estas companhias fossem movidas pela busca de mão de obra barata, as suas filiais seriam trabalho-intensivas, e é o contrário que acontece.

É certo que para níveis idênticos de qualificação da força de trabalho, de condições de infraestrutura e de potenciais subcontratantes, é a cotação dos salários em dólar que determina a escolha do lugar onde implantar uma filial. No entanto, a cotação em dólar não permite aferir o grau de exploração, porque não corresponde ao valor real do salário no país onde é pago, e para definir este aspecto o valor em dólares tem de ser convertido segundo a paridade do poder de compra.

Assim, uma das determinantes dos investimentos externos diretos é não a diferença nos salários reais mas a diferença nos salários em termos de dólar, o que é muito diferente.

Múltiplas pesquisas comprovam que, tanto nas economias desenvolvidas como nas economias em desenvolvimento, os salários pagos pelas filiais das companhias transnacionais são mais elevados do que a remuneração média nos países onde essas filiais estão instaladas.

Além deste aspecto quantitativo há aspectos não menos importantes que dizem respeito às condições de trabalho e à segurança social, e também aqui as pesquisas indicam que, sobretudo nos países em desenvolvimento, a situação é melhor nas filiais das companhias transnacionais do que nas outras empresas do país. A elevação do nível salarial e do tempo de permanência no emprego é um indicador seguro de que se trata de uma força de trabalho qualificada e sujeita a programas de treinamento que lhe aumentam as qualificações. E é precisamente por isso que os trabalhadores das companhias transnacionais, embora ganhem salários mais elevados, são mais explorados em termos de mais-valia relativa, porque laboram em condições de maior produtividade. Este constitui o mecanismo elementar de todo o desenvolvimento capitalista.

Foto por John Crouch

Poderá então admitir-se que ao menos no curto prazo a transnacionaliza-

ção agrava as condições de existência da parcela menos qualificada da mão de obra?

A internacionalização e o consequente progresso tecnológico não acarretam obrigatoriamente o aumento do recrutamento de trabalhadores qualificados em prejuízo dos não qualificados. A dispersão das cadeias produtivas e a subcontratação fazem com que dadas fases da atividade de uma companhia transnacional necessitem acessoriamente de mão de obra não qualificada.

Os problemas surgem quando o país de acolhimento dos investimentos diretos não tem uma estrutura econômica capaz de desenvolver uma rede de subcontratantes, não podendo então ocorrer uma verdadeira relação entre as filiais das transnacionais e a economia local, como sucede por exemplo na maior parte dos países africanos, com exceção da África do Sul e de alguns países do Magreb.

Pode acontecer também que, se houver uma diferença acentuada na cotação em dólar das remunerações de trabalhadores com um nível idêntico de qualificação e vivendo em países diferentes, o número de empregos se reduza nos países onde a cotação é mais elevada, em benefício daqueles onde ela é mais baixa.

Os nacionalistas, que temem que as companhias transnacionais originárias do seu país estejam a levar emprego para o estrangeiro, deveriam refletir igualmente sobre as situações em que elas tiram emprego de outros países, como foi o caso com a criação de filiais da indústria calçadista brasileira na China e com a expansão da Metalfrio por meio da compra da dinamarquesa Caravell e da abertura de plantas produtivas na Turquia, ambas as situações ocorridas quando da valorização do real frente ao dólar.

Ou a argumentação dos nacionalistas é puramente sazonal e defensiva, ou não se sustenta. Em momento oportuno será possível retornar a este tema.

Produtividade e desengatamento

A Tabela 3, que tem como base as variações num indicador usual de produtividade — PIB calculado pela paridade do poder de compra (PPC) divi-

dido pela quantidade de horas trabalhadas — complementa as Tabelas 1 e 2 ao permitir a correlação entre o redirecionamento dos investimentos externos diretos característico do desengatamento e os ganhos de produtividade verificados de forma desagregada em meio a economias selecionadas.

Tabela 3. Variação acumulada do PIB (PPC) por hora trabalhada em economias selecionadas (%)

	1978 a 1980	1988 a 1990	1998 a 2000	2003 a 2005	2008 a 2011	2012 a 2017
Economias desenvolvidas						
Alemanha	7,42	5,61	5,01	3,05	1,81	5,67
Canadá	-0,58	1,76	7,46	3,13	3,53	5,56
Espanha	20,09	5,00	-0,42	0,98	6,76	6,28
EUA	1,32	4,76	9,64	9,08	7,53	4,20
França	9,96	9,16	6,47	2,39	0,69	4,42
Grã-Bretanha	6,59	2,72	8,29	6,18	-0,14	2,01
Itália	11,19	6,89	3,33	0,85	-0,14	0,69
Portugal	12,65	10,07	4,40	3,76	4,89	1,36
BRICS*						
Brasil	25,11	-7,27	-2,14	2,49	11,98	-1,61
Rússia**	NA	NA	9,14	19,79	8,04	3,00
Índia	-1,84	15,33	14,07	17,31	27,34	34,93
China	20,56	-2,00	19,60	28,59	44,06	54,49
África do Sul***	NA	NA	NA	8,74	7,90	-2,62
Tigres asiáticos						
Cingapura	9,15	9,63	4,98	18,65	4,69	10,98
Coreia do Sul	6,78	26,11	18,23	13,54	19,82	11,59
Taiwan	20,96	18,89	12,58	11,42	13,66	11,10
Novos tigres asiáticos						
Filipinas	2,47	8,97	3,34	6,98	4,38	31,86
Indonésia	11,52	15,29	-10,47	11,38	16,89	24,75
Malásia	15,43	16,18	-1,12	11,35	1,42	18,69
Tailândia	-4,67	25,80	0,39	16,80	2,43	37,86

Vietnã	-7,11	8,65	6,61	17,17	8,04	45,23

Fonte: elaboração própria com dados de The Conference Board — Total Economic Database. *Empregou-se a "versão alargada" dos BRICS, incluindo a África do Sul. **Dados disponíveis a partir de 1993. ***Dados disponíveis a partir de 2002.

Fica evidente que tanto os BRICS quanto os "tigres asiáticos" mantiveram o ritmo dos ganhos de produtividade em meio à crise financeira de 2007-2010. Aqueles que queiram argumentar uma "circularidade" entre investimentos e produtividade para explicar o desengatamento — ou seja, só haveria investimento porque haveria produtividade, e só haveria produtividade por causa dos investimentos — serão contrariados pelo fato de o desengatamento só poder ser verificado como fenômeno estatisticamente relevante no início da década passada, enquanto países emergentes tão diversos quanto China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, Malásia e Taiwan apresentam taxas sustentadas de ganhos de produtividade muito antes disto.

Ora, sempre que se fala em desengatamento na atual conjuntura é ao processo de transição na hegemonia global rumo à Ásia — ou seja, rumo à China, à sua hinterlândia e à sua vizinhança do Extremo Oriente e do Sudeste Asiático — que se está a falar. A Tabela 3 evidencia-o: dos quatro agregados econômicos citados, dois são exclusivamente asiáticos, e um é dinamizado por dois países asiáticos e um eurasiano.

Complementarmente, aqueles que defendem ser fácil aumentar a produtividade nas economias onde ela não se encontrava desenvolvida, em contraposição aos constrangimentos à produtividade nas economias desenvolvidas, laboram contra a História; funcionasse a economia como no mundo dos livros-texto, seria a África, e não a Ásia, a beneficiar do afluxo de investimentos externos diretos, dada a baixíssima produtividade nas economias africanas quando comparadas com as asiáticas.

Ocorre que os investimentos necessários para que as economias africanas auferissem ganhos significativos em sua produtividade dificilmente poderiam ter ocorrido em meio às guerras civis, genocídios e às sucessivas cleptocracias e caquistocracias resultantes dos contraditórios processos de descolonização — e, não menos importante, em meio à tenaz e secular resistência dos povos africanos à proletarização.

Os investimentos externos diretos intensificaram-se no continente africano precisamente quando tais condições pareceram tender à superação. Não por acaso o PIB da Nigéria, calculado segundo paridade do poder de compra, saltou de US$ 170 bilhões em 2000 para US$ 451 bilhões em 2012 — e a quase triplicação do PIB expressa o dinamismo da economia nigeriana, principal produtora de bens e serviços para a África Ocidental.

É este o pano de fundo da atual conjuntura.

Crise econômica, desengatamento e populismo

A política *America First* de Donald Trump, o *Brexit* britânico, as reiteradas campanhas da Frente Nacional na França, a ascensão meteórica do movimento Cinco Estrelas na Itália, tudo isto encontra uma explicação última não apenas na crise financeira de 2007-2010, mas na incapacidade de certas economias em manter ou retomar níveis históricos de ganho de produtividade depois dela.

O assim chamado "populismo" parece originar-se numa reação dos trabalhadores contra os chamados "males da globalização": desemprego em massa, perda de direitos trabalhistas e previdenciários, precarização, proliferação da terceirização como principal forma de contratação etc.

Parece reeditar-se, deste modo, um cenário de décadas atrás: o travamento das economias nacionais na sequência de uma crise econômica internacional profunda leva a soluções políticas autoritárias, nacionalistas (quando não xenófobas) e conservadoras, e a soluções econômicas protecionistas e autárcicas.

Ora, até o momento concentramos a análise da conjuntura nos ganhos de produtividade; quem fala em ganhos de produtividade fala em mais-valia relativa, ou seja, num regime de exploração econômica onde convivem contraditoriamente a elevação do padrão de vida da classe trabalhadora, sua inserção no quadro geral da governança capitalista — historicamente por meio do reposicionamento dos sindicatos como reguladores do preço da força de trabalho, mas não só — e a intensificação de sua exploração econô-

mica.

Os muitos "populismos" a despontar nas economias desenvolvidas parecem guardar alguma relação com os diversos graus de retração das condições de vida da classe trabalhadora a níveis pregressos, de décadas atrás.

Foto por Susan Q Yin

Observa-se adicionalmente que não é *toda* a economia global a sair mal da crise financeira recente, mas sim aquelas do Atlântico Norte e as que lhe sigam engatadas. O desengatamento das economias asiáticas na esfera chinesa de influência relativamente às economias do Atlântico Norte; o mesmo processo nas economias do Leste Europeu na área de influência da economia russa; desengatamento e reengatamento similares naquelas economias que, na África e na América Latina, conseguiram descolar-se a tempo da crise originada no Atlântico Norte e reengatar-se nas economias mais dinâmicas ou desenvolver um mercado interno forte; é este processo de desengatamento e reengatamento que permitiu a alguns países sofrer menos impactos negativos durante a crise — porque *todos* os países sofreram algum impacto da crise de 2007-2010 — e, percebendo na prática as dificuldades das economias do Atlântico Norte de retomar seu ritmo pregresso, permitiu-lhes também abandonar em variados ritmos as parcerias comerciais e produtivas lastreadoras da secular hegemonia norte-atlântica.

Decerto caberia analisar pormenorizadamente os "populismos" do Leste Europeu, mas os países resultantes da desagregação da esfera soviética guar-

dam particularidades que complexificariam enormemente a análise. Para todos os efeitos, basta saber que Rússia e China capitaneiam os BRICS, levando as demais economias consigo.

Outro aspecto: a hipótese da "terra arrasada"

Retomando a descrição das diferenças entre a atual conjuntura e aquela dos primeiros anos do entreguerras na Europa, em segundo lugar, não está presente no contexto atual a situação de "terra arrasada"; pelo contrário, a política de terra arrasada tem sido aplicada em regiões como o Oriente Médio e a África numa disputa acérrima por recursos naturais.

A "terra arrasada" em questão não é figura de retórica. Trata-se, literalmente, da situação de erradicação física de incontáveis cidades — algumas delas, como as da *zone rouge* francesa, arrasadas ao ponto de se proibir sua reconstrução sobre um solo irremediavelmente contaminado por chumbo, mercúrio, cloro, arsênico, ácidos, gases venenosos e cadáveres de animais e homens; de uma geração inteira de jovens trabalhadores postos pelos capitalistas de seus países a matar-se uns aos outros nos campos de batalha mais sangrentos da História; da paralisia econômica de regiões inteiras atingidas pela carnificina etc.

A situação do imediato pós-guerra foi extrema, incomparável com a atualidade. Ainda mais quando os conflitos violentos atuais ultrapassam o velho campo da geopolítica, que pressupõe admitir os países beligerantes como unificados, pacificados e sem quaisquer conflitos internos que não aqueles envolvendo partes beligerantes formalmente constituídas. Haveria que refinar a análise empregando outros indicadores capazes de evidenciar outras dimensões da violência.

O Global Peace Index (GPI) pretende superar esta lacuna indexando 163 países mediante 23 critérios que incluem, além dos indicadores tradicionais relativos a guerras (conflitos armados internos e externos, mortalidade em conflitos bélicos, porcentagem dos gastos militares no PIB, capacidade de dissuasão nuclear etc.), outros indicadores relativos à chamada "paz social"

(instabilidade política, taxas de homicídios e de criminalidade, taxas de encarceramento, condições de acesso da população a armas leves etc.).

Tabela 4. Países selecionados, segundo sua posição no Global Peace Index (GPI)

País	Posição no GPI 2017
Economias desenvolvidas	
Alemanha	16
Canadá	8
Espanha	23
EUA	114
França	51
Grã-Bretanha	41
Itália	38
Portugal	3
BRICS	
Brasil	108
Rússia	151
Índia	137
China	116
África do Sul	123
Tigres Asiáticos	
Cingapura	21
Coreia do Sul	47
Taiwan	40
Novos Tigres Asiáticos	
Filipinas	138
Indonésia	52
Malásia	29
Tailândia	120
Vietnã	59

Fonte: *Global Peace Index 2017*.

A Tabela 4, conquanto não permita comparações diretas com os dados anteriormente apresentados, permite algumas constatações elementares. Não espanta que entre as oito economias desenvolvidas apresentadas os EUA fossem um ponto fora da curva, por ter a maior população carcerária do mundo, uma legislação extremamente permissiva com o porte de armas por cidadãos não engajados nas forças armadas e presença militar direta ou

indireta nos maiores e mais intensos conflitos bélicos do presente. É a posição da França, da Itália e da Grã-Bretanha que surpreendem; com elas, a correlação entre turbulências internas, participação em conflitos externos, declínio na produtividade econômica e "populismo" sai reforçada.

Era de se esperar, também, a presença da Rússia, Índia e África do Sul no quartil de países mais atravessados por conflitos, e igualmente que a China e o Brasil apresentassem resultados melhores. A Rússia, pela participação nos principais conflitos bélicos da atualidade e pela violência com que suas questões políticas internas costumam ser resolvidas; a Índia e a África do Sul, pela longa tradição de conflitos interétnicos e "raciais" que atravessam sua história. Não que China e Brasil estejam livres de tais problemas; apenas a intensidade deles nos três primeiros países é maior.

Populismo e fascismo

Diante deste quadro, há quem diga que o "populismo" ainda não é propriamente um fascismo.

Num artigo publicado em dezembro de 2016 na revista *Foreign Affairs*, Sheri Berman, professora de ciência política no Barnard College da Universidade de Colúmbia (EUA), defende a distinção entre "populismo" e fascismo tendo como base uma comparação direta entre características do fascismo clássico e dos "populistas" da Europa Ocidental; para ela, "aquilo que transformou o fascismo de extremistas marginais em governantes em boa parte da Europa foi o fracasso das elites e instituições democráticas de lidar com as crises encaradas por suas respectivas sociedades durante os anos entre as guerras mundiais. Apesar dos problemas reais, o Ocidente hoje nem de longe confronta o mesmo tipo de desmantelamento que enfrentou nos anos 1930".

O fascismo clássico foi estruturado por um campo *endógeno* e *radical*, e por outro campo *exógeno* e *conservador*, ambos compostos a partir da história comparada entre os muitos regimes e movimentos fascistas no período que vai do final do século XIX até o final da Segunda Guerra Mundial, que

são os limites históricos do fascismo clássico. Ao contrário do campo *exógeno* e *conservador*, de que trataremos em outro momento, as organizações integrantes do campo *endógeno* e *radical* foram construídas dentro dos próprios movimentos fascistas, e no período clássico do fascismo tais organizações eram os *partidos*, as *milícias* e os *sindicatos*; na busca de um campo prático de atuação política os partidos fascistas, livres de quaisquer restrições ideológicas ou programáticas que não a retórica oscilante de seus chefes, ora apoiaram-se nas primeiras, ora apoiaram-se nos últimos, sempre ao sabor das conjunturas locais e das necessidades de momento.

O atual "populismo" enraíza-se nos seguintes fatores:

- Economias desenvolvidas afetadas pela globalização econômica das últimas décadas com a relocação das plantas produtivas e concentração dos postos de trabalho no setor de gestão e serviços, situação agravada pela baixa capacidade de recuperação em seguida à crise financeira de 2007-2010; exemplificam este campo economias desenvolvidas como os EUA, a França, a Grã-Bretanha, a Espanha e outros países da União Europeia.
- Economias anteriormente integradas na esfera soviética, cuja integração à economia capitalista global se deu na sequência de severos entraves ao desenvolvimento da produtividade, às violentíssimas disputas pela apropriação das empresas estatais em vias de privatização, à crise inflacionária e empregatícia etc., tudo isto desembocando em contradições sociais violentíssimas resolvidas via de regra *manu militari*.
- Economias emergentes em rapidíssimo desenvolvimento, onde grandes transformações políticas, econômicas e sociais são vivenciadas por vastos setores da população de modo mais rápido que a capacidade de situar-se em meio a elas.

Se de fato a conjuntura econômica global é bem diferente daquela dos anos 1920/1930 e o "populismo" jamais poderá ser igualado ao fascismo sem uma bateria de senões e poréns, tal perspectiva toma o fascismo como um fenômeno estanque. Se o fascismo clássico é historicamente irrepetível, é às suas pautas e temas, bem como às suas formas organizativas, que se deve ter atenção se se quer fazer as comparações adequadas e entender o que está a

se passar diante de nossos olhos.

É neste contexto que se pode tentar entender a inserção brasileira na conjuntura internacional, e que efeitos a conjugação da crise econômica com a crise política poderá ter tido sobre as condições de vida dos trabalhadores. Isto será feito a seguir.

Capítulo 3

O "voo de galinha" da retomada econômica

A economia brasileira viveu nos últimos quinze anos a vinte e cinco anos transformações significativas na sua estrutura interna e em sua inserção na economia internacional. Tais transformações vieram na esteira de um processo de longo prazo, que atravessou governos e gerações.

Afirmamo-lo logo de início porque no Brasil ocorre uma curiosa e instrutiva assimetria entre as esferas governamental e empresarial. A vida política brasileira tem sido sujeita a convulsões muito profundas, mas apesar disto a estratégia econômica prosseguiu uma orientação firme ao longo das décadas, obedecendo a rumos invariáveis, o que fornece mais uma prova da cisão existente entre a face pública do Estado e a atividade empresarial. No Brasil os capitalistas têm conseguido impor aos políticos, tanto de direita como de esquerda ou do centro, um eixo de reformas bastante consistente e, sobretudo, composto por patamares sucessivos, visto que por detrás das instituições políticas formais existem entidades informais onde se relacionam os principais empresários e os governantes da área econômica, e são estas entidades quem orienta os acontecimentos. O Brasil conta-se entre aqueles poucos países onde o Estado continua a ter, ou a poder ter, uma intervenção de peso na estratégia econômica, mas isto não ocorre na face pública das instituições políticas. Formou-se uma tecnoburocracia que circula

entre as administrações das empresas, as universidades e as assessorias dos ministérios e que forma o núcleo mais sólido das classes dominantes. Foi esta tecnoburocracia quem, através dos zigue-zagues da política, assegurou à economia brasileira uma dinâmica de crescimento e paulatina internacionalização.

De que dinâmica estamos a falar? Teria sido esta dinâmica afetada pelas turbulências políticas dos últimos anos, rompendo a assimetria histórica? E como a população brasileira percebe as flutuações nesta dinâmica?

Tais questões permitirão compreender a inserção brasileira na economia global em tempos de transição de hegemonia. Como afirmamos o enraizamento das transformações na economia brasileira em fatores de longa duração, será preciso de abusar da paciência do público leitor com muitos termos do jargão econômico, detalhados em notas explicativas quando necessário. As respostas a tais perguntas permitirão entender se o fascismo ascendente no Brasil tem origem em fatos recentes, se enraíza-se numa base social nova de onde extrai legitimidade política para suas pautas e propostas, ou se, de igual maneira, radica-se em processos de longo prazo.

O "voo de galinha" da retomada econômica

O governo federal brasileiro repisa em sua propaganda números e afirmações bombásticas acerca de uma retomada econômica que estaria em curso após o que reitera ter sido "a pior recessão da história brasileira". De outro lado, no bloco político derrotado nas lutas políticas de 2014-2016, antes governo e hoje oposição, não falta quem caracterize o desenvolvimento econômico brasileiro posterior a 2016 como um "voo de galinha", ou seja, como melhorias pontuais e irregulares em alguns indicadores sem melhora generalizada no quadro econômico; contrapõem à retórica do governo federal diversos indicadores sociais evidenciadores de degradação das condições de vida da população, em especial dos mais pobres.

Ora, recessão, muito simplesmente, é o *acúmulo de fatores econômicos capazes de contrair a produção*, acúmulo num volume tal que *supera em força os fatores capazes de impulsionar a expansão na produção.* Os economistas consideram como recessão qualquer redução por três meses seguidos no

Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, na soma de tudo aquilo que se produz numa economia.

Segundo o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a economia brasileira entrou em recessão no primeiro trimestre de 2014, pondo fim a uma fase de expansão econômica que vinha desde o segundo trimestre de 2009 e teve duração semelhante à fase expansiva anterior, ocorrida entre o terceiro trimestre de 2003 e o terceiro trimestre de 2008 (21 trimestres). O crescimento médio trimestral de 4,2%, em termos anualizados, foi um pouco inferior ao observado nos dois períodos anteriores de expansão, ocorridos entre o primeiro e o último trimestres de 2002 (5,3%) e entre 2003 e 2008 (5,1%).

Ainda segundo o CODACE, historicamente, a duração dos ciclos de negócios brasileiros vem mostrando uma tendência de diminuição a partir de meados dos anos 1990. A média de duração das três recessões ocorridas entre 1981 e 1992 foi de 8,7 trimestres, enquanto a duração média das cinco recessões a partir de 1995 foi de 2,8 trimestres.

A recessão iniciada no primeiro trimestre de 2014 só terminou, segundo o CODACE, no quarto trimestre de 2016, e teria sido a mais longa entre as nove datadas pelo comitê a partir de 1980, empatada com a de 1989-1992. A perda acumulada de Produto Interno Bruto (PIB) nesses 11 trimestres foi de 8,6%, também a maior desde 1980, praticamente empatada com os 8,5% de queda do PIB na recessão de 1981-1983, com base em dados das Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

(A revisão da metodologia de cálculo do PIB pelo IBGE põe em xeque esta afirmação, mas é inegável que a recessão de 2014-2016 está entre as quatro mais longas da história brasileira recente. De igual maneira, cada grande crise recessiva agravou as contradições políticas e sociais de sua época, com graves consequências para os blocos de poder governantes: a de 1930-1931 foi contemporânea ao fim da Primeira República, a de 1981-1983 fortaleceu as pressões para o fim do regime militar, a de 1989-1992 culminou com o impedimento de Fernando Collor de Melo, e foi em meio à mais recente recessão que se deu o impedimento de Dilma Rousseff.)

Alguns indicadores críticos

Se a produção na economia brasileira parece ter sido retomada, é preciso entender em que bases se dá esta nova fase do ciclo econômico — inclusive para entender os entraves que os capitalistas tentarão enfrentar. A análise de alguns indicadores será de grande utilidade nesta tarefa.

Foto por Pavel Neznanov

O primeiro deles é a *formação bruta de capital fixo*, ou seja, o quanto as empresas aumentaram os seus *bens de capital*, os que servem para produzir outros bens. Na terminologia marxista, são os *meios de produção*. No sistema das Contas Nacionais Trimestrais monitorado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tendo 1995 como ano-base, tais bens são basicamente máquinas, equipamentos e material de construção. Este indicador mostra se a capacidade de produção de uma dada economia está crescendo, e também se os capitalistas confiam num retorno favorável para seus

investimentos.

De 1996 até o segundo trimestre de 2003 a formação bruta de capital fixo oscilou em torno de volumes muito semelhantes, deslanchou daí até o terceiro semestre de 2013 (com queda momentânea entre o quatro trimestre de 2008 e o segundo trimestre de 2009 por força da crise financeira internacional) e começou a declinar sem parar até o segundo trimestre de 2017, quando teve início uma modesta retomada seguida novamente por tendência declinante. A queda iniciada em 2013, entretanto, não derrubou o volume do capital fixo a valores anteriores aos verificados entre o segundo e o terceiro trimestres de 2007.

O segundo indicador é a *ociosidade dos bens de produção*. Caros como são os bens de produção, os capitalistas pensam duas vezes antes de desfazer-se deles. Sempre que precisam reduzir a produção, optam por reduzir a intensidade do uso de seus bens de capital — ou seja, por aumentar sua ociosidade. Quando são usados no processo produtivo com intensidade menor que a recomendada, os bens de capital tornam-se pouco produtivos e terminam encarecendo o produto final. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) monitora desde janeiro de 2001 a ociosidade dos bens de produção na economia brasileira em sua Sondagem da Indústria, com o nome de *nível de utilização da capacidade instalada* (NUCI); por esta metodologia, quanto maior a utilização, menor a ociosidade.

Pelos dados apresentados pela FGV, a economia brasileira apresenta uma média histórica de 80,3% de utilização da capacidade instalada entre 2001 e 2018, e em poucas ocasiões a utilização ficou abaixo da média: entre julho de 2001 e novembro de 2003, da *crise do apagão* até quase todo o primeiro ano do mandato de Lula na presidência; entre dezembro de 2008 e agosto de 2009, entre o início da crise financeira internacional e os primeiros resultados dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e de outubro de 2014 até hoje, em meio ao acirramento das disputas políticas que se vinham gestando desde pelo menos 2005 com a *crise do mensalão* e se agravado desde 2011 com o ajuste fiscal dos primeiros meses do mandato de Dilma Rousseff à frente da presidência. Outubro e novembro de 2016

representaram o ponto mais baixo de utilização da capacidade instalada, e de lá para cá este indicador tem subido muito timidamente, chegando em maio de 2018 à taxa de 76,5% de utilização dos bens de capital da economia brasileira — taxa inferior inclusive às da crise do apagão, quando o indicador desceu a 77,6%.

O terceiro indicador é o *investimento em ciência, tecnologia e informação*. No caso brasileiro, como os indicadores do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) não avançam além de 2015 e portanto não permitem avançar recessão adentro, será a evolução do próprio orçamento do ministério o principal indicador.

Tabela 1. Limites de empenho do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Ano	Valor (R$ bi de 2016 atualizados pelo IPCA)	Variação (%)
2005	6,1	0,00%
2006	5,6	-8,20%
2007	6,2	10,71%
2008	6,5	4,84%
2009	6,7	3,08%
2010	8,6	28,36%
2011	6,8	-20,93%
2012	7,0	2,94%
2013	8,4	20,00%
2014	7,3	-13,10%
2015	6,0	-17,81%
2016	4,3	-28,33%
2017	3,2	-25,58%
2018	2,7	-15,63%

Fonte: FINEP.

Cabe registrar que, segundo dados do MCTIC, até 2008 o volume de investimentos privados em pesquisa acompanhou muito proximamente o dos investimentos estatais (incluídos na conta tanto os investimentos da União quanto os investimentos dos Estados), quando chegaram respectivamente a US$ 14,5 bilhões e US$ 14,3 bilhões (em paridade de poder de compra nos dois casos); daí em diante o volume de investimento estatal desco-

lou-se do investimento privado, superando-o sempre até que em 2013, refletindo os cortes no orçamento do MCTIC (que se iniciaram desde lá, e não agora), tal investimento foi sendo reduzido até encontrar-se em 2015 novamente próximo ao volume dos investimentos privados, na ordem respectiva de US$ 20,5 bilhões e US$ 20,4 bilhões (em paridade de poder de compra nos dois casos). A evolução no volume de investimentos permite levantar a hipótese de que em 2018 os investimentos privados em pesquisa no Brasil, mantido seu ritmo pregresso e também o quadro de cortes nos investimentos estatais, já tenham superado estes últimos.

A situação de cortes no orçamento deste ministério agravou-se de modo contínuo desde 2014, e levou em 2017 a uma mobilização da comunidade científica brasileira e internacional em prol do fim dos cortes e da retomada do investimento. A Ciência e Tecnologia não entrou na Emenda Constitucional 95 como uma das despesas obrigatórias do Estado brasileiro, como são a saúde e a educação; isto significa que o governo pode cortar sua verba indiscriminadamente — até, inclusive, o corte total de investimento.

Em audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, Ildeu Moreira, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), lembrou que 23 ganhadores do prêmio Nobel enviaram uma carta ao presidente Michel Temer em setembro de 2017, alertando que os cortes podem comprometer o futuro do Brasil. Na mesma oportunidade, Fernando Peregrino, presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (CONFIES), disse que o problema também é de gerenciamento de recursos. Segundo ele, o sistema de Justiça brasileiro gasta quase 2% do PIB, o dobro do que tem o setor de Ciência e Tecnologia. Nos Estados Unidos, segundo ele, os gastos com C&T representam 2,4% do PIB enquanto o sistema de justiça tem 0,2%.

Seguindo nas comparações internacionais, em artigo de abril de 2018 para a revista Época Negócios o economista Riley Rodrigues de Oliveira afirmou que o Brasil é o 10º país em Despesa Interna Bruta em Pesquisa e Desenvolvimento (DIBPD), que inclui investimento privado; o país é ape-

nas o 24º quando em DIBPD *per capita*, com US$ 723 (o ranking é liderado pelo Catar, com US$ 4 mil), e cai ainda mais no ranking de investimento em relação ao PIB, sendo o 28º, com 1,2% (Coreia do Sul lidera, com 4,3%). "Com as previsões para a economia e os cada vez mais parcos investimentos no setor em 2018", disse o economista, "a tendência é o país cair em todos os rankings".

A evolução destes três indicadores demonstra os enormes constrangimentos na economia brasileira a um desenvolvimento econômico baseado nos incentivos à produtividade. O Instituto Brasileiro de Economia da FGV (IBRE/FGV) aponta desde julho de 2017 em seu Indicador Antecedente Composto da Economia (IACE) — índice composto por oito outros índices capazes de auferir tanto a atividade econômica quanto as expectativas de capitalistas da indústria, dos serviços e também dos consumidores — pequeno acúmulo de variações positivas mensais (entre 0,3% a 1,8%), querendo com isto dizer que "a reversão do atual ciclo de expansão ainda é pouco provável" e que "a recuperação do nível de atividade na economia brasileira está consolidada, ainda que em ritmo modesto".

Há que se perguntar, entretanto, que nova matriz de desenvolvimento advirá em meio a um cenário tão desanimador.

Setor exportador, mercado interno e reprimarização

Argumenta-se comumente que o período de bonança na economia brasileira durante os três mandatos e meio do PT à frente do governo federal teve a ver com o desengatamento a que nos referimos no capítulo anterior deste livro, materializado com a mudança do foco da atividade exportadora brasileira dos Estados Unidos para a China e com a concentração da pauta de brasileira exportações no tipo de *commodities*[1] exigidas pela expansão

1 *Commodity*, no jargão dos economistas, é qualquer bem ou serviço que tenha total ou substancial fungibilidade, ou seja, que possam ser plenamente substituídos por outros em igual tipo e quantidade, independentemente de quem os tenha produzido, causando prejuízos irrisórios a seu consumo, isto quando há qualquer prejuízo perceptível ou mensurável. Um exemplo: enquanto bens produzidos em larga escala como impressoras, aparelhos de som ou carros ainda estão sujeitos a preferências de modelo e marca, quase não há diferenças no ferro extraído de minas em diferentes lugares do mundo. O recente *superciclo de commodities* de 2000-2014 mostrou a diversidade deste conjunto de produtos e sua pertença a distintas cadeias produtivas:

avassaladora da indústria chinesa, que em escala global lançou para cima o preço das commodities e beneficiou enormemente as economias onde eram produzidas.

Segundo a consultoria financeira Morgan Stanley em paper de 2013, os superciclos de *commodities* são comuns e aconteceram outras vezes, como durante a Segunda Revolução Industrial e os chamados "trinta gloriosos" anos de expansão da economia industrial do Atlântico Norte depois da Segunda Guerra Mundial. Naquele ano a Morgan Stanley afirmava estar este ciclo de preços já em fase de queda por fatores como a desaceleração do crescimento chinês, a alta internacional nas taxas de juros (que encarece os empréstimos, tende a reduzir os investimentos e portanto pode reduzir também a demanda industrial por matérias-primas), a desaceleração dos programas anticíclicos de investimentos iniciados com a crise financeira entre 2008 e 2009 e o crescimento da oferta global de *commodities* (que empurra para baixo os preços) por força dos investimentos em produtividade e novas tecnologias em seus respectivos setores.

As estatísticas de comércio exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDICS) confirmam-no quanto à pauta de exportações, que será interessante ver no longo prazo.

Tabela 2. Evolução da participação de fatores agregados na pauta brasileira de exportações (%)

Ano	Produtos Básicos	Produtos Semimanufaturados	Produtos Manufaturados	Operações Especiais
1999	24	17	57	2
2000	21	17	61	2
2001	23	15	58	4
2002	24	14	57	4
2003	28	15	55	2
2004	30	14	55	2

alimentos (milho, trigo, arroz, cacau e soja); papel (novo ou reciclado); combustíveis (carvão, petróleo, urânio); metais preciosos (ouro, prata, platina, ródio, paládio, rênio); metais industriais (alumínio, níquel, cobre, ferro, chumbo, zinco, neodímio e outros); minerais não-metálicos (cloro); e produtos químicos elementares (ácido sulfúrico).

2005	26	15	57	2
2006	28	14	56	3
2007	30	14	54	2
2008	30	14	53	3
2009	40	13	45	2
2010	41	14	42	2
2011	46	14	38	2
2012	46	13	38	2
2013	46	14	38	2
2014	49	13	36	3
2015	45	15	38	3
2016	45	14	38	2
2017	49	14	35	2
2018	46	13	38	2

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDICS).

Ao aumento paulatino e continuado da participação dos produtos básicos na pauta brasileira de exportações os economistas chamam de *reprimarização*, sintoma daquilo a que outros tantos economistas — ortodoxos ou neodesenvolvimentistas, tanto faz, pois nisto concordam — chamam de *doença holandesa*, ou seja, a situação em que a disponibilidade abundante de recursos naturais de um país proporciona vantagens comparativas, de tal forma que a sua extração e exportação leva a *superavits* comerciais crescentes, resultando na apreciação cambial[2].

Como seguem explicando os economistas Ricardo Lobato Torres e Henrique Cavalieri em artigo de 2015 publicado na Revista de Economia Política, no caso de doença holandesa, o recurso natural tem grande demanda no mercado internacional, fazendo com que os termos de troca se tornem favoráveis, mesmo com sobrevalorização da moeda nacional. Por outro lado, a apreciação cambial inibe os investimentos em indústrias de bens comercializáveis, já que a taxa de câmbio torna os produtos importa-

2 No âmbito da *política cambial* — conjunto de ações e orientações ao dispor do Estado destinadas a equilibrar o funcionamento da economia através de alterações no preço das moedas estrangeiras medido em moeda nacional — a *apreciação* ou *valorização* cambial é a valorização de uma moeda nacional frente a uma moeda estrangeira, o que torna mais barata a moeda estrangeira e facilita as importações, mas torna as exportações mais caras e faz com que percam competitividade no mercado internacional.

dos mais competitivos. Assim, o crescimento econômico de um país que ainda não tem uma indústria diversificada poderia ser comprometido pela doença holandesa. Para os países que já possuem uma indústria desenvolvida, esta passaria a sofrer intensa competição internacional e apenas alguns tipos de indústrias e serviços de não-comercializáveis se desenvolveriam.

Há, ainda, um conceito ampliado de doença holandesa, em que a disponibilidade abundante de recursos humanos também poderia levar um país àquela situação, mas em vez de extração de recursos naturais, a economia especializar-se-ia na produção de artigos industriais comercializáveis intensivos em mão de obra, como as indústrias de vestuário e de calçados. A consequência da doença holandesa seria a reprimarização da economia ou a especialização regressiva, ou seja, concentração da produção em atividades baseadas em recursos naturais, no primeiro caso, ou em atividades específicas, como as manufaturas trabalho-intensivas, no segundo.

Seria a doença holandesa mais um constrangimento estrutural à tímida retomada da atividade econômica no Brasil? Se a composição da pauta brasileira de exportações mostra sintomas do problema, é preciso verificar também as contratendências.

Primeira contratendência: o grande conjunto de transformações concorrenciais, produtivas, tecnológicas e patrimoniais na economia global ocorridos nas últimas décadas dificulta a análise dos desafios colocados para a estrutura produtiva brasileira sem um aprofundamento no entendimento dessas transformações — algo que ainda não parece ter acontecido em meio aos economistas. Célio Hiratuka e Fernando Sarti, professores do Instituto de Economia da UNICAMP, destacam num artigo recente como o debate sobre a desindustrialização no meio econômico não leva em conta fenômenos de escala internacional como a desverticalização, a fragmentação de atividades, a transferência internacional de etapas produtivas, a ampliação de mercados e a gestão coordenada de atividades economicamente dispersas, resultando na estruturação da produção internacional sob a forma de uma série de redes produtivas sobrepostas, integrando países e empresas,

que realizam etapas distintas da cadeia de valor sob coordenação de grandes corporações. Isto leva a mudanças no padrão de industrialização: se em etapa anterior a industrialização de dada economia exigia a internalização de cadeias produtivas inteiras e de outras complementares, no modelo atual é possível internalizar etapas da cadeia de valor sem a necessidade de internalizá-las por inteiro.

Foto por William Daigneault

Segunda contratendência: os indicadores empregues para afirmar a desindustrialização estão enviesados. Ricardo Lobato Torres e Henrique Cavalieri, no artigo já citado, demonstram como os dois principais indicadores empregues no debate sobre a desindustrialização brasileira — a participação da indústria no PIB e a razão entre o valor da transformação industrial (VTI) e o valor bruto da produção industrial (VBPI) — podem sofrer vieses significativos. A primeira medida mostra oscilações bruscas devido a mudanças na metodologia, que via de regra não são levadas em conta e atrapalham as comparações de prazo mais longo. A segunda parece ser muito sensível a variações de taxa de câmbio e não captura as diferenças interindústria. Assim, os resultados mostram que ambos os indicadores contêm problemas e podem levar a enganosa conclusões sobre a estrutura produtiva nacional.

Terceira contratendência: o debate em torno da desindustrialização

brasileira não leva em conta a interpenetração dos três setores clássicos da economia nas últimas décadas. Conquanto existam abundantes artigos e estudos monográficos em torno da "industrialização da agricultura" e da "terciarização da indústria", ainda não é possível distinguir tais setores ao nível do sistema de contas nacionais com a precisão necessária para avaliar corretamente seus altos e baixos. De outro lado, é precisamente a progressiva interpenetração entre os três setores da economia quem, no médio e longo prazos, tende a desautorizar a clássica tripartição da economia e a exigir um rearranjo dos estudos econômicos de modo a incorporar efetivamente esta interpenetração.

No caso brasileiro, os bens primários responsáveis pela alteração na composição das exportações foram o minério de ferro e o petróleo; tanto a Vale, que extrai um, como a Petrobras, que extrai o outro, são empresas de topo mundialmente, empregando uma tecnologia sofisticada que envolve investimentos pesados em pesquisa e desenvolvimento (tradicionalmente colocada como "serviço") e uma variada cadeia de serviços auxiliares. A componente de produtos agrícolas na pauta de exportações deve-se sobretudo ao agronegócio, um ramo em que a produtividade tem aumentado significativamente e que opera com uma tecnologia muito mais avançada do que a agricultura tradicional. Além disso, muitos dos artigos exportados da agricultura e da pecuária foram processados no país antes de enviados para o estrangeiro.

A robusta diversificação da economia brasileira, construída ao longo de décadas de políticas industrializantes, parece estar longe de ser drasticamente afetada pela reprimarização. O aumento da participação dos produtos primários na pauta brasileira de exportações se dá num quadro crescente do valor das exportações de todos os setores, inclusive o de produtos manufaturados, mesmo num contexto de queda na produtividade da economia brasileira.

O Brasil no fluxo de investimentos globais

A professora de economia da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), Juliana Inhasz, afirma que o protecionismo de Trump tem tido "pouca ressonância até o momento", mas o risco não está resolvido porque em julho de 2017 havia ainda "três anos e meio pela frente de governo" com possibilidade de reeleição. Para a economista, "a eleição de Trump, por si só, já fez o investidor americano ficar mais receoso e considerar a sua economia como uma atividade de risco", e investidores estadunidenses "passaram a buscar outros mercados, principalmente os emergentes, incluindo o Brasil". Ressalta, por fim, que "ao longo dos dois últimos anos [2015-2017], o Brasil ficou muito barato: a taxa de câmbio subiu muito, o que fez com que o real se depreciasse muito frente às outras moedas".

A análise do investimento direto no País (IDP)[3] permitirá avaliar como este tipo de investimento influencia o desenvolvimento de uma economia com problemas crônicos de poupança e investimento como a brasileira e, complementarmente, verificar se é consequente a teoria quase conspiratória de que as turbulências políticas vividas no Brasil desde 2014 objetivariam facilitar a vida de investidores estrangeiros, e principalmente dos estadunidenses.

Tabela 3. Investimento direto no país (IDP) segundo país do controlador final (em US$ milhões)

País	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total	587.209	589.592	603.470	550.635	518.116	362.516	480.984
Dez maiores origens do capital investido no Brasil							
Estados Unidos	109.698	114.539	120.835	109.374	108.847	77.046	103.624
Espanha	85.421	77.187	70.569	59.475	57.524	37.472	60.803
Bélgica	50.342	54.855	70.658	63.624	53.015	39.526	43.698
França	30.647	36.288	35.710	35.149	30.674	21.309	29.028
Japão	29.004	33.207	31.661	28.304	26.793	18.914	23.001
Suíça	13.104	14.656	17.320	13.823	14.405	14.761	21.957
Grã-Bretanha	41.635	42.169	46.712	41.857	36.675	21.894	20.541

3 *Investimento externo direto* é aquele que assegura ao investidor o controle ou algum tipo de interesse duradouro e influência decisiva na empresa estrangeira onde o capital é aplicado. Considera-se direto o investimento voltado para a aquisição de mais de 10% do capital de uma empresa estrangeira; qualquer participação em volume menor é chamada *investimento de portfolio*, ou *investimento em carteira*.

Luxemburgo	13.198	13.552	14.902	15.049	14.023	10.977	16.349
Alemanha	30.350	23.942	23.400	22.272	17.695	12.472	16.711
Holanda	14.871	12.785	13.909	20.931	19.334	12.763	14.637
BRICS (sem o Brasil)							
China	7.874	9.269	9.791	11.521	12.219	8.606	11.994
Índia	1.250	1.112	1.517	997	1.498	719	1.418
Rússia	65	69	148	233	247	57	74
África do Sul	753	1.063	1.109	888	995	955	994
Tigres Asiáticos							
Cingapura	771	309	464	573	656	1.427	3.681
Coreia do Sul	1.385	1.433	1.992	3.899	4.468	3.028	5.158
Taiwan	282	250	209	227	173	51	131
Novos Tigres Asiáticos							
Filipinas	—	—	—	—	—	—	—
Indonésia	—	—	—	—	—	4	5
Malásia	—	—	1	1	1	13	16
Tailândia	—	—	—	—	—	293	337
Vietnã	—	—	—	—	—	—	—

Fonte: Banco Central do Brasil.

A tabela 3 apresenta uma tendência de crescimento nos investimentos diretos no país entre 2010 e 2012, seguida por uma retração entre 2013 e 2015 e uma retomada em 2016. A alta de investimentos entre 2010 e 2014 corresponde ao período em que a economia brasileira encontrava-se no "grau de investimento"[4]. A retração fortíssima entre 2014 e 2015 resulta da conjugação entre a crise econômica, que já vinha reduzindo os investimentos diretos no país desde 2013, com a crise política, e resultou na perda do

4 *Grau de investimento* é um dos patamares da *classificação de crédito* ou *avaliação de risco*, nota dada a uma empresa, país, título ou operação financeira para medir o risco de qualquer operação de crédito a eles associada. Via de regra, há dois patamares onde se situam as notas: o *grau de investimento*, que indica maior número de garantias e alta probabilidade de pagamento; e o *grau especulativo*, que indica menor número de garantias e baixa probabilidade de pagamento. Em suma: quem está no *grau de investimento* é bom pagador e "merece" investimentos, e quem está no *grau especulativo* é caloteiro e "não merece" investimentos.

chamado "grau de investimento" em 2015. O crescimento de 32,67% no volume de investimento entre 2015 e 2016 pode ser tomado como parâmetro para comparações posteriores.

Via de regra, as dez maiores origens de capital mantiveram a mesma tendência; em alguns casos os patamares de 2010 são retomados em 2016, em outros há variação para mais ou para menos. É em meio aos BRICS e aos "tigres asiáticos" que se encontram exceções: o crescimento de 52,32% do investimento chinês de 2010 para 2016, o salto de 272,42% no investimento sul-coreano no mesmo período e a decolagem de 377,43% do investimento cingapuriano no Brasil na mesma época é que deveriam chamar a atenção, e não o decréscimo de 5,54% no investimento estadunidense nos mesmos anos de referência.

Se o crescimento de 34,5% nos investimentos estadunidenses no Brasil entre 2015 e 2016 talvez assuste os mais desavisados, é preciso ver as coisas em perspectiva, pois o fluxo e o refluxo de investimentos se dá de forma desigual entre as partes que compõem o total de investimentos diretos no país. Assim, para ficar apenas entre as dez maiores origens, a Espanha acresceu 62,26% de investimento no mesmo período; Luxemburgo acresceu 48,94%; a Suíça, 48,75%; descendo aos BRICS, o investimento chinês cresceu 39,37% no mesmo período, o indiano aumentou 97,22% e o russo 29,82% no mesmo período; isto para não falar das variações de 157,95% no investimento cingapuriano, de 156,86% no investimento taiwanês e de 70,34% no investimento sul-coreano.

São estas taxas que indicam a *dinâmica* do investimento direto no país; neste caso, interessam mais que o *montante* de investimentos, pois é a dinâmica que permite verificar alterações nos montantes e, portanto, quem tem criado mais interesse em investir na economia brasileira na conjuntura. Como se vê, a dinâmica mostra que se houve alguma alteração no processo de internacionalização da economia brasileira das últimas décadas, ela tem beneficiado mais aos asiáticos que aos estadunidenses, pois enquanto o fluxo do investimento *yankee* manteve-se regular, seguindo as tendências, os asiáticos, embora sócios minoritários da economia brasileira, aumentam seus investimentos em ritmo cada vez mais intenso.

Isto elimina completamente as teorias da conspiração em torno da ori-

gem estadunidense da queda de Dilma em 2016? Claro que não. Mas a justificativa *cui bono* estritamente econômica sai mais fragilizada de uma análise factual.

Internacionalização da economia brasileira

Que efeitos as turbulências políticas dos últimos anos tiveram sobre a internacionalização da economia brasileira?

As companhias transnacionais devem ser analisadas criticamente como a modalidade mais desenvolvida do capitalismo, mas usualmente as acusações são feitas na perspectiva de uma entidade nacional lesada por um elemento que ultrapassa as fronteiras. As acusações formuladas na perspectiva nacionalista dirigem-se tanto para a entrada de investimentos diretos oriundos do estrangeiro como para a saída de investimentos diretos encaminhados para o estrangeiro. Os promotores de certa propaganda muito bem orientada, segundo a qual as atribulações judiciais e midiáticas de empreiteiras brasileiras (Odebrecht, Camargo Corrêa etc.) e de empresas do setor de proteínas animais (JBS, BRF etc.) estariam "destruindo o capitalismo brasileiro", ver-se-ão forçados a entender que a internacionalização da economia brasileira não se resume ao campo da construção pesada nem tampouco ao das commodities do complexo agro-mínero-exportador.

A Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (SOBEET) apontou no *Boletim SOBEET* nº 101 (jun. 2014) um crescimento no volume internacional de investimentos oriundos de economias em desenvolvimento: se em 2000 a participação de tais investimentos no volume total global era de 12%, em 2014 este percentual havia crescido para 35%, e a SOBEET projetava então para 2020 que tal participação alcançaria 50%. Naquele ano, o estoque de investimentos diretos brasileiros no exterior somava US$ 266,3 bilhões, contra US$ 51,9 bilhões no início da década anterior; a economia brasileira detinha então o quinto maior estoque de investimentos diretos no exterior entre as chamadas "economias emergentes", depois de Hong Kong, China, Rússia e Cingapura.

Tabela 4. Estoque de distribuição do investimento direto brasileiro por setor (%)

%	2007	2012
Setor primário	39,5	29,1
Mineração	37,8	20,1
Petróleo e Gás	1,5	5,8
Agropecuária	0,1	0,6
Indústria	15,5	21,0
Metalurgia	3,0	7,1
Bebidas	7,4	5,3
Produtos minerais não metálicos	1,2	3,8
Alimentos	2,2	2,7
Serviços	45,4	50,0
Serviços financeiros	20,8	28,4
Atividades profissionais	4,7	6,3
Comércio	2,8	3,8
Consultório	4,5	2,9
Outros serviços financeiros	2,8	1,6
Infraestrutura	0,6	1,3

Fonte: *Boletim SOBEET* nº 101, com base em dados do Banco Central.

O Ranking FDC das Multinacionais Brasileiras 2017 compilado pela Fundação Dom Cabral (FDC), de Minas Gerais, apresenta interessante panorama das multinacionais e transnacionais de origem brasileira. Como se trata de uma pesquisa por adesão voluntária de "empresas com controle de capital e gestão majoritariamente brasileiros"[5], não cabe argumentar que tais empresas estejam sendo usadas como plataformas para investimentos estrangeiros.

5 Pela metodologia do Ranking, são ali classificadas "empresas com controle de capital e gestão majoritariamente brasileiros e com atuação internacional por meio de escritórios de vendas, depósitos, centrais de distribuição, manufatura, montagem, prestação de serviço, agências bancárias / serviços financeiros, pesquisa e desenvolvimento ou franquias. Empresas em estágios iniciais de internacionalização que apenas exportam ou atuam no exterior somente por meio de representantes comerciais não são foco específico desta pesquisa". O índice empregue no Ranking segue a metodologia da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) e é de uma simplicidade palmar. Primeiramente, encontra-se as taxas de ativos, receitas e funcionários no exterior de cada empresa, tendo como base seu total de ativos, receitas e funcionários. Em seguida, soma-se estas taxas e divide-se o total por 3.

Tabela 5. As 30 empresas brasileiras mais internacionalizadas

Posição no ranking	Empresa
1	Fitesa
2	Odebrecht
3	InterCement
4	Iochpe-Maxion
5	Stefanini
6	Artecola
7	Metalfrio
8	CZM
9	DMS
10	Marfrig
11	JBS
12	Grupo Alumini
13	Tupy
14	Minerva Foods
15	Marcopolo
16	Magnesita
17	Votorantim
18	Camargo Corrêa
19	Tigre
20	Gerdau
21	Weg
22	Vale
23	Spoleto
24	Camil
25	Embraer
26	Expor Manequins
27	Natura
28	CI&T
29	Alpargatas
30	Vicunha Têxtil

Fonte: *Ranking FDC das Multinacionais Brasileiras 2017.*

Segundo o Ranking FDC das Multinacionais Brasileiras 2017, "de forma geral, as empresas brasileiras continuam aumentando gradativamente seu grau de internacionalização, seja em resposta ao atual contexto político-

econômico do Brasil, seja como parte de um macro plano estratégico de atuação global". Mesmo com o fechamento ou interrupção temporária de operações em alguns países tal tendência se mantém, pois "o movimento de entrada em novos países superou o de saída, o que reforça a tendência de crescimento internacional das empresas". No que diz respeito ao desempenho, apesar das margens de lucro no exterior serem historicamente inferiores às margens no mercado doméstico, nos últimos anos as multinacionais brasileiras pesquisadas declararam ter ficado "mais satisfeitas com o seu desempenho financeiro, operacional e geral no mercado internacional, o que é mais um indício de como o contexto político-econômico brasileiro tem afetado as nossas multinacionais". Essas mesmas empresas planejam expandir operações nos mercados em que já atuam, algumas têm planos de entrar em novos países e "em geral, esperam que o desempenho no mercado internacional continue satisfazendo mais as expectativas do que o mercado doméstico, permitindo a diversificação de riscos".

Tabela 6. Evolução dos índices médios de internacionalização das multinacionais brasileiras (%)

	2014	2015	2016
Índice de receitas	24,0	27,4	30,2
Índice de ativos	25,9	29,5	28,1
Índice de funcionários	20,5	23,2	24,6
Índice de internacionalização	23,2	26,4	27,3

Fonte: *Ranking FDC das Multinacionais Brasileiras 2017.*

Alguns exemplos retirados do Ranking FDC das Multinacionais Brasileiras 2017 mostram como as empresas brasileiras que já viviam processos de internacionalização, ao contrário do esperado, seguiram com sua expansão. A Weg, que em 2015 adquiriu 4 empresas ao redor do mundo, continuou sua expansão internacional em 2016, quando adquiriu a empresa Bluffton Motor Works, fabricante de motores elétricos com sede na cidade de Bluffton, Indiana, EUA. A BRF é o exemplo mais notável, pois seu processo de expansão entre 2015 e 2016 foi simplesmente espantoso. Por meio de sua subsidiária alemã BRF Foods GmbH a empresa obteve 70% das ações da FFM Further Processing SDN BHD, uma empresa processadora

de alimentos baseada na Malásia. A BRF entrou também na Turquia, de forma definitiva em 2017, depois de concluir a aquisição da Banvit, maior produtora de aves e líder de mercado desse país. A aquisição foi concluída também pela TBQ Foods GmbH, joint venture formada pela OneFoods, subsidiária da BRF dedicada ao mercado *halal* (alimentos autorizados de acordo com a xaria islâmica), e a Qatar Investment Authority, fundo soberano do Catar. Soma-se a isto sua participação na COFCO Meat Holdings, produtora de alimentos de origem suína chinesa.

Contrariando o esperado, algumas empresas pesquisadas no Ranking FDC das Multinacionais Brasileiras 2017 destacaram o cenário de instabilidade nacional como influência importante no processo de internacionalização. A Natura, por exemplo, teve seu desempenho em 2016 influenciado pela queda de receita no Brasil e pelas oscilações cambiais na América Latina, que reduziram o crescimento das operações internacionais. Além disso, a Rede Natura (plataforma de comércio eletrônico) completou o primeiro ano de implantação no Chile com grande receptividade e já está em expansão para a Argentina. Com a demanda crescente no segmento de comércio eletrônico, a empresa de cosméticos pretende avançar de forma acelerada para as demais operações. Em 2016 a Natura incorporou a marca Aesop e abriu 41 novas lojas exclusivas da marca no mundo, totalizando 176, em 20 países da América, Ásia, Europa e Oceania — aumentando o tamanho da Aesop em cerca de quatro vezes. Em 2017, a Natura adquiriu a empresa de cosméticos britânica The Body Shop, que atua em 66 países, tem mais de 3 mil pontos de venda (109 deles no Brasil) e fechou 2016 com receita líquida de 920,8 milhões de euros.

Sobre o movimento de saída de países, a Embraer deixou de atuar na China, já que a produção por demanda especifica chegou ao fim. Da mesma forma, a Odebrecht encerrou as obras na Colômbia, Líbia e Cuba — as razões não são ditas na pesquisa, mas estão estampadas nos noticiários. A Falconi não possui mais filiais na Guatemala, já que as operações nesse país foram estabelecidas exclusivamente para um contrato com o governo federal. A Vale vendeu seus ativos na Austrália e a Marfrig decidiu vender parte

dos seus ativos da Argentina. A Camargo Corrêa encerrou atividades em Portugal, Angola, Equador e Paraguai, motivada por um projeto de reposicionamento da empresa no mercado internacional. A Camil encerrou atividades na Angola e a Seculus saiu dos Emirados Árabes Unidos, ambos por questões de inadimplência.

74,2% das empresas pesquisadas no Ranking FDC das Multinacionais Brasileiras 2017 afirmam que suas estratégias internacionais foram impactadas de alguma forma pelo contexto mundial, sendo que apenas 15,6% alega um impacto considerável. Entretanto, como muitas empresas participantes da pesquisa estão presentes em diversos países, com diversificação de riscos, e nem todas estão presentes no mercado norte-americano ou inglês, o impacto relativo das políticas Trump e Brexit é percebido como pequeno, muito pequeno ou inexistente para a grande maioria (84,4%). Dois efeitos principais das mudanças políticas no Estados Unidos com o início do Governo Trump foram destacados pelas empresas participantes. De um lado, a Gerdau informou que identifica um potencial aumento de vendas nos Estados Unidos diante de um cenário futuro de redução de produtos importados naquele país. Por outro, empresas como Grupo Serpa, Algar Tech, Expor Manequins, Indusparquet, Fast Açaí e Iochpe-Maxion identificam redirecionamento de estratégias em outros países devido ao "efeito Trump". O Grupo Serpa, por exemplo, tem como plano reforçar ainda mais os investimentos diretos na China, pois com Trump buscando a centralização para os EUA há chances de abrir novas oportunidades naquele país.

Quem alimenta o "voo de galinha"?

A redução de investimentos em todas as áreas da economia brasileira, a retração do capital fixo a níveis próximos dos de 2007, a persistência do baixo aproveitamento dos meios de produção, a redução do investimento em ciência e tecnologia por meio dos cortes no orçamento ministerial correspondente, a perda do grau de investimento e a exportação de capitais rumo a ambientes mais promissores, tudo isto junto cria um cenário pouco promissor para a retomada do desenvolvimento econômico. Ainda mais

quando o crescimento econômico chinês, ao qual a economia brasileira engatou-se desde a década passada, não parece retomar o mesmo ritmo de anos atrás. Pior ainda frente a um cenário de guerra comercial entre EUA e China.

Em todo caso, não se pode dizer, sem muitas ressalvas, que a assimetria histórica entre a estabilidade na esfera empresarial e as convulsões da esfera política tenha sido rompida. Conquanto esta última tenha afetado severamente o setor interno da economia brasileira e as empresas a ele atreladas, as empresas mais dinâmicas recorreram de forma consistente à exportação de capitais — ou seja, ao investimento em outras economias — para escapar da crise interna.

O padrão da inserção brasileira na economia global desenhado nas duas últimas décadas pode não ter sido fundamentalmente alterado, mas os elementos acima descritos podem desempenhar no médio prazo problemas sérios para o desenvolvimento capitalista normal. Diga-se de passagem que a crise econômica afeta mais os capitalistas pouco capazes de exportar capitais ou de atrair investimentos externos diretos. Presos aos circuitos econômicos contaminados pela crise, seus riscos são muito maiores, sua insegurança é muito mais intensa. É nestas situações em que os capitalistas costumam "socializar os prejuízos" lançando-os nas costas de de outros capitalistas mais retardatários que eles próprios. Entretanto, mesmo estes podem repassar a conta a outros ainda mais retardatários, e assim seguem até encontrar aqueles que não têm a menor condição de fazê-lo — a classe trabalhadora.

Mas quais os efeitos deste cenário sobre os trabalhadores brasileiros? Como atravessaram uma das mais longas recessões da história brasileira? Que desafios poderão enfrentar no curto e médio prazo?

Capítulo 4

Premissas políticas e econômicas

No capítulo anterior deste ensaio foi visto como o padrão de inserção internacional da economia brasileira construído ao longo das últimas décadas não passou por alterações profundas durante a crise recessiva recente, e como mesmo a chamada "reprimarização" da economia deve ser vista com reservas. Resta ver, daqui por diante, como a recessão impactou a classe trabalhadora no Brasil.

* * *

Diz a Confederação Nacional da Indústria que o ano de 2017 foi marcado por uma retomada do *investimento industrial* no Brasil, pois 76% das empresas industriais brasileiras realizaram algum tipo de investimento; o tipo mais frequente de investimento foi a aquisição de máquinas e equipamentos, feito por 64% das empresas que investiram. Em seguida estão a aquisição de novas tecnologias, incluindo automação e tecnologias (14%); a melhoria da gestão foi assinalada (7%); a capacitação de pessoal, melhoria de marketing e vendas e P&D (pesquisa e desenvolvimento) somaram 10%.

Embora não se possa generalizar a situação da indústria para o todo da economia brasileira, se se leva em conta o fato de ter sido este o setor mais afetado pela recessão, as notícias de retomada nos investimentos surgem

como um fato de grande importância. Um cenário de retomada de investimentos tende a levar à redução do desemprego, pois os investimentos costumam vir acompanhados de contratações que se propagam em cascata desde os setores responsáveis pela retomada econômica (industriais ou não).

Vemos, entretanto, situação bem menos otimista no dia-a-dia. O aumento da pobreza em meio à população brasileira se vê em questões prosaicas como a queda no número de usuários de planos de saúde e na quantidade de linhas de telefones celulares, ou em rotinas degradantes como a da troca de fogões a gás por fogareiros a lenha ou álcool. A recente greve dos caminhoneiros — cujas causas têm sido debatidas com vigor entre economistas, como se vê aqui, aqui, aqui, aqui, aqui, aqui, aqui, aqui, aqui e aqui — explicitou as sérias deficiências da infraestrutura logística brasileira, causou uma pequena crise de abastecimento em diversos setores e derrubou as expectativas do PIB.

Esta contradição leva a perguntar: no atual quadro da economia brasileira, teria ou não vigência o ditado do ditador Médici, de que "a economia vai bem, mas o povo vai mal"? Ou seja, há alguma correlação entre o quadro pintado pelos *indicadores econômicos* e aquele desenhado pelos *indicadores sociais*?

Premissas políticas e econômicas

A posição que embasa a análise a seguir está baseada em três constatações.

A economia é o xibolé do capital

Em primeiro lugar, quando se está a analisar políticas econômica há que se ter extremo cuidado. Os números, conceitos e teorias da economia são o xibolé do capital. Servem para mascarar o fato de que toda a economia capitalista, sem qualquer exceção e em qualquer tempo ou lugar, é construída sobre a exploração dos trabalhadores.

Mesmo as medidas mais "reformistas" e "benéficas" aprofundam a ex-

ploração capitalista e colocam distintos setores da classe trabalhadora para lutar entre si. Do processo de trabalho à reforma trabalhista; dos investimentos produtivos ao ajuste fiscal; das decisões do Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM) aos milhares de livros, revistas e vídeos a "ensinar" aos trabalhadores como "poupar" e "investir"; nada, literalmente escapa a esta regra. E é ela quem presidirá a argumentação a seguir.

Conquista sem mobilização abre espaço para recuperação capitalista ou fascismo

Em segundo lugar, a experiência histórica ensina que qualquer conquista obtida dos capitalistas pelos trabalhadores, quando não vem acompanhada de um forte e ativo movimento de massas, tanto é revertida pelos capitalistas em seu próprio favor quanto pode criar as bases para a ascensão de movimentos fascistas ou similares.

Um exemplo: a política de aumentos no salário mínimo acima da inflação não afetou os assalariados em todas as faixas da população brasileira; as melhoras beneficiaram principalmente os trabalhadores de rendimento mais baixo, enquanto que nas faixas intermediárias houve melhoras salariais mais lentas.

Um dos efeitos setoriais desta política é o aumento no preço dos serviços de empregados domésticos, cabeleireiros, manicures, costureiros, pintores, pedreiros, encanadores, eletricistas e de outros prestadores de serviços pessoais e domésticos. O que para estes setores foi ganho de renda, para seus contratadores tradicionais, em especial aqueles situados nas faixas intermediárias de renda, foi inflação, pois cresceu o custo com a contratação desta mão-de-obra especializada. No caso brasileiro o impacto é ainda maior, pois trata-se do país com maior número de empregados domésticos no mundo inteiro.

Na comparação internacional de renda, estes setores médios são, na verdade, pobres. O "espaço" em seus orçamentos para lidar com as pressões inflacionárias é menor do que parece, e certamente menor do que gostariam.

Frente às pressões inflacionárias, restaram-lhes opções nem sempre fáceis.

Uma delas é aprender a fazer por conta própria os serviços domésticos e pessoais. É por aí que se deve entender a proliferação de cursos de "artesanato" e "customização" de móveis e vestuário etc. na última década e meia, e também a de cursos de pequenos serviços pessoais e domésticos — elétrica, pintura de paredes, encanamento, maquiagem, manicure etc.; sob o argumento da "autonomia", tais cursos ensinam a substituir a mão de obra especializada pela do próprio contratante.

Outra opção é apertar o orçamento para manter os gastos com tais serviços.

Há mais opções, mas estas indicam casos-limite.

Foto por Hongmei Zhao

Num caso e no outro, mas especialmente no segundo, surge em meio a estes setores uma tendência a responsabilizar os aumentos nos preços dos prestadores de serviços pela deterioração nas suas próprias condições de vida. Em casos extremos, há quem passe da constatação à ação. Eis aí como se pode encontrar um dos elementos explicativos — há outros — da parti-

cipação massiva destes setores não apenas nos atos públicos e na militância em redes sociais a favor da derrubada de Dilma Rousseff, mas igualmente em favor de tudo o que vá contra os sinais da melhoria nas condições de vida daqueles setores da classe trabalhadora mais favorecidos pela política prolongada de aumentos do salário mínimo acima da inflação.

Tal ambiente mostra-se ainda mais favorável numa sociedade como a brasileira, muito marcada pelo elitismo racista e onde estes setores de renda média, quando não são eles mesmos pequenos burgueses e gestores de baixo e médio escalão, criam diversos elementos distintivos no campo do consumo e do comportamento para diferenciarem-se da classe trabalhadora e aproximarem-se da burguesia e dos gestores.

Do outro lado — ou seja, da parte dos trabalhadores beneficiados pelo aumento do salário mínimo — cabe perguntar: que tipo de mobilização resultou na política de aumentos? Sabe-se que os sindicatos e centrais sindicais mobilizam por aumentos salariais superiores à inflação desde 2004 com variados graus de participação das categorias que representam (ver aqui, aqui), e que o acordo que levou à normatização dos aumentos no salário mínimo em 2011 resultou de um acordo de cúpula entre o governo e centrais sindicais (ver aqui, aqui, aqui, aqui).

Um tal processo, inegavelmente, tem grande potencial para beneficiar os trabalhadores. "Potencial", porque o poder de compra dos trabalhadores com os salários mais baixos depende menos da variação inflacionária geral que da variação inflacionária nos alimentos, nos alugueis, em bens de consumo doméstico e em alguns serviços públicos essenciais como energia, gás, água e transportes públicos. As estatísticas demonstram, adicionalmente, que esta política teve impacto direto e positivo sobre toda a população que recebia renda mensal de até 1 salário mínimo (aproximadamente um quinto da população brasileira) e influenciou os aumentos salariais dos trabalhadores situados em estratos de renda imediatamente superiores.

A forma como se deu a consolidação dos aumentos foi a forma possível em tempos de baixa sindicalização e de baixa capacidade de mobilização dos sindicatos. Importam menos aqui as intenções dos sindicalistas, a agitação

dos setores mais combativos no campo sindical, e sim o que realmente aconteceu. Precisamente por isto, e pela crônica dificuldade no meio sindical de conceber os sindicatos como instrumento de luta além da estrita questão salarial e trabalhista, a enorme massa de trabalhadores beneficiada pelo processo pouco participou de tudo.

Foi, guardadas muitíssimas ressalvas, quase como se esta enorme parcela dos trabalhadores brasileiros fosse uma beneficiária passiva do processo, e não alguém diretamente interessado que precisaria se mobilizar em defesa própria. Foi baixíssima a participação direta daqueles que já haviam naturalizado por décadas os aumentos anuais como rotina "automática" da vida, ora comemorando quando se davam acima da inflação, ora reclamando com os mais próximos quando não a ultrapassavam.

E da passividade pouco se tira de saldo organizativo, de memória de lutas, de mobilização política.

A reação destes trabalhadores frente às reclamações dos setores de renda média afetados negativamente pela valorização do salário mínimo, e também à sua ação política, tem sido curiosa. A defesa de sua posição — considerando apenas as regras do jogo capitalista, e não sua ruptura — não passa por qualquer forma de mobilização coletiva, mas numa onda difusa de respostas meramente retóricas. Em consonância com a retórica dos que conduziram o processo nos campos sindical e político, tudo estaria centrado no "preconceito das elites", incapazes de suportar a presença dos mais pobres em aeroportos, nas universidades, em *shopping centers* e outros lugares onde anteriormente se socializavam com certa exclusividade. O preconceito existe, é traço histórico em setores consideráveis da burguesia e dos gestores no Brasil, mas, como vimos, ele é potencializado e acirrado pelas conquistas dos trabalhadores e seus efeitos sobre a renda das camadas inferiores destas classes.

As possibilidades imediatas de mobilização entre os que vivem no limiar da sobrevivência, sabe-se por experiência, são muito baixas. Jornadas intensas de trabalho, medo do desemprego, baixo saldo organizativo de lutas pregressas, redes de solidariedade pouco afeitas a ações contestatárias etc., tudo contribui para que, no curto prazo, estes trabalhadores preocupem-se mais com a própria sobrevivência que em mobilizar-se em defesa própria.

Ficam criadas as condições para que sejam os sindicalistas e certas lideranças políticas a "lutar pelos mais pobres", novamente por meios burocráticos e dentro das "regras do jogo" capitalista — e o ciclo assim se fecha.

O exemplo, recortado de um contexto mais complexo onde vários fatores se interpenetram e se alimentam, é ilustrativo de uma questão mais ampla.

A experiência histórica demonstra que na luta de classes não existe qualquer cenário ótimo em que todos saem ganhando. Alguém tem de perder. Capitalistas lançam a conta de suas derrotas sobre outros capitalistas mais retardatários, e todos eles arrancam o que podem dos trabalhadores para continuar a ser capitalistas. Ganham em cada conjuntura as classes sociais que têm maior coesão e maiores capacidades de mobilização e de articulação.

Sempre que a burguesia e os gestores em todos os escalões reunirem estas condições contra os trabalhadores, e em que estes últimos conseguiram arrancar-lhes conquistas (por menores que sejam), há enormes possibilidades para que tais conquistas sejam incorporadas ao próprio funcionamento desequilibrado do capitalismo.

Por outro lado, quando a coesão e as capacidades de mobilização e articulação dos trabalhadores garantem sustentação a lutas intensas, abrem-se duas possibilidades. Ou os trabalhadores vão alargando paulatinamente um campo de relações sociais novas, pautadas pelas práticas políticas, econômicas e sociais construídas em meio às lutas, ou são derrotados e abre-se um longo ciclo de repressão. Não é incomum que nestes contextos setores da classe trabalhadora espremidos pela repressão venham a aliar-se a burgueses e gestores — e é por esta porta que a serpente fascista costuma entrar.

É no vaivém entre estas duas alternativas que se desenham os cenários construídos daqui por diante.

Em crises, os capitalistas lançam os prejuízos sobre os trabalhadores

Em terceiro lugar, a evidência histórica demonstra que os capitalistas

sempre encontrarão um jeito de lançar a conta da crise nas costas dos trabalhadores. Os meios para fazê-lo são variados, mas na recente crise recessiva brasileira alguns se destacaram: a *desvalorização da força de trabalho* e o *reforço ao disciplinamento dos trabalhadores*, conseguidos por meio do *desemprego* (que reduz o poder de barganha dos assalariados e, se prolongado, destrói qualificações pela falta de prática), da *estagflação* (que desvaloriza economicamente a força de trabalho e ajuda os capitalistas a recompor suas taxas de lucro) e do *endividamento massivo* (que comprime os salários, transfere aos capitalistas as poupanças dos trabalhadores e amarra-os a esta transferência enquanto durar a dívida).

Explicitadas as premissas, hora de partir para a análise do problema.

A hipótese do hiperemprego e as alternativas para os capitalistas

Samuel Pessoa e Bráulio Borges, pesquisadores vinculados ao Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV), defendem que um dos componentes da crise econômica entre 2014 e 2017 foi a situação de *hiperemprego,* ou seja, uma situação em que a taxa de desemprego está abaixo da taxa que não acelera a inflação. Mais preciso e didático que Samuel Pessoa, Bráulio Borges afirma, via gráfico, ter existido hiperemprego no Brasil entre 2004 e 2015, comparando a taxa de desemprego efetiva com a chamada NAWRU (*non-accelerating wage rate unemployment*), uma taxa de desemprego compatível com um ganho real dos salários alinhado com os ganhos de produtividade da economia).

Tomar como ponto de partida a hipótese da influência do hiperemprego sobre a economia brasileira no período de crise permite entender bem como os capitalistas repassam aos trabalhadores os custos de sua própria crise.

Numa situação de hiperemprego, falando muito grosseiramente, desemprego baixo demais leva a inflação a subir. A situação se entende melhor trocando tudo em miúdos.

Com o desemprego reduzido é mais difícil preencher uma vaga de trabalho aberta, pois há menos profissionais desempregados para preenchê-la. Isto facilita que trabalhadores cobrem salários mais altos para aceitar aquele

trabalho oferecido. Aquilo que trabalhadores individuais percebem como um aumento em seu poder de barganha frente aos capitalistas, percebem-no também os sindicalistas. Num cenário onde as pressões de mercado aumentam o custo da rotatividade da força de trabalho e portanto dificultam as demissões disciplinares, eles também pressionam por aumentos salariais para atender os anseios da base social que legitima sua posição.

Caso os salários aumentem nesta situação, os capitalistas ficam espremidos entre alternativas extremas:

- não preencher a vaga aberta, reduzindo a capacidade produtiva da empresa;
- extinguir ou diminuir a pressão por aumentos salariais por meio de punições e demissão de "agitadores", aumento da vigilância interna e das pressões de gerentes e supervisores etc.
- aceitar os aumentos salariais e reduzir suas margens de lucro;
- aceitar os aumentos salariais e repassá-los para os preços dos produtos, para que sua margem de lucro não seja reduzida.
- aceitar os aumentos salariais e pressionar por aumentos de produtividade em toda a economia para que, com tal aumento, diminuam os custos com a reprodução social e biológica dos trabalhadores e de sua força de trabalho, resultando indiretamente em diminuição da pressão destes custos sobre os salários e, consequentemente, em redução das pressões por aumentos salariais;

A primeira alternativa contribui para a recessão, pois reduz o número de bens produzidos, de serviços prestados etc.

A segunda resulta em aumento dos custos com vigilância, monitoramento e repressão contra os trabalhadores, resultando em aumento dos custos de produção, que os capitalistas tentarão recuperar repassando estes aumentos para algum outro agente econômico (outros capitalistas, consumidores, trabalhadores etc.).

A terceira contribui para o fechamento de empresas, pois a redução de margens de lucro pode desinteressar os capitalistas de manter funcionando uma empresa onde seus lucros são pequenos.

A quarta traz resultados imediatos para os capitalistas, mas contribui para a inflação.

A quinta contribui para aumentar as pressões pelo investimento em infraestruturas físicas (estradas, energia elétrica, comunicações, instalações físicas de empresas, maquinário e demais meios de produção etc.), sociais (serviços de saúde, educação, assistência e previdência sociais, moradia e quaisquer outros que contribuam para a reprodução social e biológica da força de trabalho) e administrativas (novas tecnologias produtivas, uso de matérias-primas mais aproveitáveis, redução nas taxas de desperdício, maior disciplina e fiscalização no processo de trabalho etc.). Este caminho de ação, entretanto, depende muito de fatores como o poder de pressão e de barganha dos setores interessados, as possibilidades de financiamento destes investimentos e o interesse de outros agentes econômicos (empresários, potenciais acionistas, bancos, gestores públicos, trabalhadores etc.) em realizá-los.

O "cenário ideal" buscado pelos economistas é aquele onde os ganhos salariais acompanhem os ganhos de produtividade (sendo incapazes, portanto, de criar uma inflação de demanda) e exista uma taxa de desemprego que não seja nem alta o suficiente para reduzir o ritmo da economia (ou seja, que não cause recessão), nem seja baixa o suficiente para causar os efeitos acima.

É preciso ver como os capitalistas brasileiros se comportaram durante a crise.

A tabela 1, retirada de um estudo do economista José Luís Oreiro (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade/UnB) compara a taxa Selic com a *taxa de retorno sobre o capital próprio* (*return on equity* — ROE) — falando grosseiramente, o ROE é um dos componentes do lucro — e demonstra como esta última apresentou uma nítida tendência de redução a partir de 2011, alcançando 4,3% a.a. em 2014, valor inferior à inflação observada, tornando-a assim *negativa* em termos reais — ou seja, os empresários estavam tendo retorno pelo seus investimentos, mas eles eram comidos pela inflação. Oreiro afirma no mesmo estudo como a redução ocorrida na taxa Selic — um dos componentes do custo do capital — não foi suficiente para compensar a redução da rentabilidade do capital próprio

das empresas brasileiras.

Tabela 1. Evolução da taxa de retorno sobre o capital próprio e da taxa Selic 2010-2014

	ROE	Selic
2010	16,50%	9,80%
2011	12,50%	11,70%
2012	7,20%	8,50%
2013	7,00%	8,20%
2014	4,30%	10,90%

Fonte: OREIRO, José Luis. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. *Estudos avançados*, v. 31, n. 89, p. 75-88, 2017.

Adicionalmente, o economista Carlos A. Rocca demonstrou em outro estudo mais extenso como a tendência de queda no ROE verificada acima é apenas a aceleração de uma tendência de queda verificada desde 2005, pois lá o ROE era de 18,5%.

A isto se deve somar o alto endividamento empresarial nos anos anteriores à crise. Felipe Rezende, professor do *Hobart and William Smith College*, defendeu num artigo de agosto de 2016 no Valor Econômico, assim como num paper e numa apresentação da mesma época, que a economia brasileira passava desde 2007 por um momento em que os lucros retidos foram menores que os investimentos. Ou seja: empresários assumiram desde 2007 que o futuro era promissor para a economia brasileira, contraíram dívidas para investir em suas empresas e, por força de vários fatores — queda nos lucros, elevação da taxa de juros, desvalorização cambial etc. — viram cair a rentabilidade de seus investimentos. Não é à-toa que não deram certo as medidas econômicas aplicadas desde 2011 para incentivar o investimento empresarial, pois os empresários usariam qualquer folga em seu orçamento para recompor as margens de lucro decrescentes ao invés de investir. (Como o estudo tem como base dados do Banco Central e do IBGE, dificilmente se poderá dizer, como querem muito analistas, que o governo federal "não sabia" da espiral ascendente do endividamento empresarial antes de iniciar sua política de isenções fiscais, crédito subsidiado etc.) E de

lá em diante o cenário só piorou:

- O anúncio da descoberta de indícios de petróleo na camada pré-sal em 2006 e o início da prospecção em 2008 afetaram positivamente setores consideráveis da economia brasileira e levaram empresários a contrair empréstimos para novos investimentos, como costuma acontecer quando da descoberta de campos gigantes de exploração petrolífera. Em 2014, entretanto, o início de uma inesperada tendência de queda nos preços internacionais do petróleo — causada pelo aumento na produção dos EUA por meio do fraturamento hidráulico, pelo aumento da produção no Iraque, do regresso do Irã ao mercado internacional depois de anos de embargo, pela estratégia saudita de manutenção de sua cota no mercado internacional por meio da redução na capacidade ociosa de seus poços, redução da demanda por petróleo na Europa e na Ásia etc. — afetou positivamente a importação de petróleo e derivados, mas afetou negativamente a margem de lucro da extração de petróleo no pré-sal e dificultou sua exploração a preços competitivos (ver aqui, aqui, aqui, aqui e aqui). Tal queda frustrou os planos da Petrobras, que assumira enorme endividamento entre 2011 e 2014 planejando reduzir o peso desta mesma dívida em 2015 com os resultados do pré-sal em cenário muito mais favorável, e de todas as outras empresas que também haviam apostado seja nos benefícios diretos e indiretos da exploração das bacias, seja num cenário de combustíveis mais baratos.
- Queda nos preços internacionais de *commodities* a partir de 2011, seguida por queda drástica nos mesmos preços entre 2014 e 2016 (ver aqui num gráfico), impactam toda a cadeia produtiva associada e pressionam a taxa de câmbio. Quando caem os preços internacionais de *commodities* — petróleo, minérios, café, soja, laranja, cacau, frango, carnes suína e bovina etc. — pode haver redução na produção destes bens, impactando negativamente todo o processo que vai da fazenda ao porto (trabalhadores agrícolas, caminhoneiros, químicos e petroquímicos, trabalhadores da indústria de insumos agrícolas etc.). Da mesma forma, como a produção de

commodities na economia brasileira é via de regra voltada para exportação, uma redução no volume das exportações resulta em menos moeda estrangeira (dólar, euro, renmibi etc.) entrando na economia brasileira, o que pode depreciar o real se não forem tomadas medidas contrárias de modo adequado e no tempo certo.

Foto por Hal Gatewood

- O jogo de apreciação e depreciação do real impactou negativamente a indústria brasileira. Durante a fase de expansão da exportação de commodities, o real valorizou-se e facilitou um aumento no fluxo de importações de matérias-primas e de bens manufaturados, mais baratos que os produzidos na economia brasileira. Se no primeiro caso a indústria sai beneficiada por matérias-primas adquiridas a custo mais baixo, no segundo caso a competição com bens de menor custo pode prejudicar a indústria se outros fatores não coadjuvarem num processo de aumento da produtividade. A via encontrada ainda em 2006-2007 e reforçada em 2011, a da redução nos custos de produção por meio de subsídios e renúncias fiscais voltados a setores específicos da economia (indústria automotiva, indústria de eletrodomésticos da "linha branca", indústria química, pro-

dutos da cesta básica etc.), rebateu — como visto — em empresas endividadas, que pressionadas pelo custo das dívidas optaram por usar a folga orçamentária gerada pelos subsídios e renúncias para recompor as margens de lucro, e não para novos investimentos.

- Entre 2012 e 2017 o Nordeste foi vitimado pela mais longa seca da história, entre 2014 e 2017 o regime de chuvas no Sudoeste também foi extremamente reduzido, e no Centro-Oeste verifica-se no mesmo período significativa redução nas chuvas. A seca reduz a produção agropecuária — que já passara por reduções em 2012 e 2016 — afeta tanto a produção de *commodities* agropecuárias para exportação quanto a produção de alimentos para o mercado interno, aumentando seus preços finais. A seca afeta também o preço da energia elétrica, forçando a migração das hidroelétricas (mais baratas) para as termelétricas (mais caras) e forçando uma subida geral de preços.
- Erros de diagnóstico de analistas estatais e empresariais (p. ex., caráter "temporário" da queda no preço internacional das *commodities*; má avaliação do endividamento empresarial antes de iniciar uma política de crédito subsidiado e isenções fiscais; estimativa equivocada do "pibinho" em 2012 etc.) somaram-se ao quadro e levaram a decisões governamentais e empresariais que, em retrospecto, se mostraram desastrosas (investimentos empresariais pautados por projeções positivas de cenário que resultaram equivocadas; subsídios e isenções a empresas com alto endividamento; planos de investimentos da Petrobras gorado pelo cenário internacional; o malfadado "trem-bala" que ligaria Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas; padrão de gastos nos municípios e estados beneficiados por *royalties* etc.). Mas o que se pode criticar com muita facilidade *depois do ocorrido* muito dificilmente se poderia criticar ou antecipar *antes do ocorrido*. Por isto, ao contrário do que prega o senso comum dos economistas, as decisões dos empresários e de suas entidades representativas (como a FIESP, que pressionou o governo federal a adotar políticas desastrosas) tem tanta responsabilidade no desenvolvimento da crise que resultou na recessão de 2014-2017

quanto o próprio governo.

- Baixíssima propensão a reformas estruturais — política, tributária etc. — agravada pela crise política de 2014-2016, cujo traço mais visível foi o conflito ora aberto, ora velado entre representantes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.
- A operação Lava-Jato causou severos impactos sobre o PIB brasileiro de 2015 em diante (ver aqui e aqui). Isto leva a duas intepretações: a de que se trataria de um ataque imperialista ao capitalismo brasileiro (ver aqui, aqui e aqui), e a de que se trataria de uma reforma no padrão de relações entre empresas e Estado no Brasil, que impacta negativamente o PIB no curto prazo mas pode gerar efeitos positivos e relevantes no médio e longo prazos (ver aqui, aqui e aqui). A evidência de outras operações "anticorrupção" e de reformas estruturais pelo mundo (ver aqui, aqui e aqui), quando comparada com o alarmismo da tese do "ataque imperialista", dá mais razão à segunda hipótese (debate parecido já foi feito inclusive no Passa Palavra). Melhor fariam os anticapitalistas se, ao invés de confiar em teorias da conspiração, entendessem o *sentido* desta reforma, a quem ela *beneficia* e a quem ela *prejudica*, e a que *custo* em ambos os casos.

Se, na falta de outras soluções de curto prazo, a redução nas margens de lucro pode empurrar os capitalistas a fechar suas empresas, a situação até agora descrita deve ter tido algum impacto sobre as estatísticas de falências, recuperações judiciais e concordatas requeridas.

A falência diferencia-se da recuperação judicial e da concordata pelo fato de ser medida drástica, que implica na transformação da empresa numa massa falida de bens sob a gestão de um administrador indicado pela justiça; tanto a recuperação judicial quanto sua antecessora, a concordata, permitem não apenas que a empresa continue funcionando regularmente sob gestão compartilhada entre os capitalistas seus proprietários e os administradores judiciais.

No Brasil, a evolução de tais estatísticas entre 2003 e 2017 pode ser vista

na tabela 2.

Tabela 2. Evolução das falências, recuperações judiciais e concordatas requeridas no Brasil, 2003-2017

	Falências		Recuperações judiciais + Concordatas		Total	
	Total	Variação	Total	Variação	Total	Variação
2003	20.671	—	270	—	20.941	—
2004	13.925	-32,64%	156	-42,22%	14.081	-32,76%
2005	9.548	-31,43%	193	23,72%	9.741	-30,82%
2006	4.192	-56,10%	252	30,57%	4.444	-54,38%
2007	2.721	-35,09%	269	6,75%	2.990	-32,72%
2008	2.243	-17,57%	312	15,99%	2.555	-14,55%
2009	2.371	2,09%	670	114,74%	3.041	19,02%
2010	1.939	-18,22%	475	-29,10%	2.414	-20,62%
2011	1.737	-10,42%	515	8,42%	2.252	-6,71%
2012	1.929	11,05%	757	46,99%	2.686	19,27%
2013	1.758	-8,86%	874	15,46%	2.632	-2,01%
2014	1.661	-5,52%	828	-5,26%	2.489	-5,43%
2015	1.783	7,34%	1.287	55,43%	3.070	23,34%
2016	1.852	3,87%	1.863	44,76%	3.715	21,01%
2017	1.708	-7,78%	1.420	-23,78%	3.128	-15,80%

Fonte: elaboração própria, com dados do SERASA Experian.

Vê-se pela tabela 2 que embora o número de falências tenha passado por tendência de queda desde o início do período analisado, ele aumentou em 2009 (ano em que a crise global de 2007-2010 primeiro impactou a economia brasileira), 2012 e nos anos da recessão brasileira recente.

Vê-se também que o número de recuperações judiciais e concordatas aumenta progressivamente, como se demandas anteriormente resolvidas preferencialmente por meio de falências estivessem sendo resolvidas por meio destes instrumentos jurídicos; isto dificulta a distinção entre o que realmente se deve a esta migração para um novo instrumento e aquilo que é efeito de crise recessiva.

Por outro lado, a soma das falências, concordatas e recuperações judiciais permite um panorama mais bem delineado: em seguida a um ritmo contínuo de reduções entre 2003 e 2008 verifica-se aumento em 2009 (corres-

pondendo, mais uma vez, aos impactos da crise global sobre a economia brasileira). A tendência de redução da quebra empresarial é retomada novamente, e em 2012 verifica-se novo aumento nas quebras. Em 2013 e 2014 as quebras diminuem, mas em ritmo fraco, para crescer violentamente em 2015 e 2016; embora nova queda no número de quebras tenha acontecido em 2017, o volume de quebras é, ainda, maior que o verificado no início da recessão, e está bem longe do volume mais baixo da série, verificado no *annus mirabilis* de 2010.

Capitalistas perguntam: que fazer?

Verificados a compressão das taxas de lucro e o aumento das quebras durante a recessão, era de se esperar que os capitalistas agissem. Não precisam de estatísticas para agir; movem-se de acordo com o que seu senso prático indica frente aos sinais mais evidentes no seu caixa ou em suas contas bancárias. E agiram.

Já se viu no terceiro capítulo deste ensaio como desde outubro de 2014 os capitalistas no Brasil reduziram drasticamente o investimento em bens de produção (capital fixo), e também como aumentaram a ociosidade dos meios de produção.

O que se verá no capítulo seguinte deste ensaio é como os capitalistas fizeram — e fazem — para empurrar para os trabalhadores a conta da crise recessiva recente.

Capítulo 5

Formas econômicas de repressão

Já se viu no capítulo anterior deste ensaio em que situação se encontravam os capitalistas brasileiros nos últimos anos, em especial durante a crise recessiva de 2014-2017. Hora de ver como agiram contra os trabalhadores para recuperar-se e garantir a continuidade da exploração capitalista.

Não serão tratados aqui os meios mais diretos, simples, custosos e evidentes representados pelas muitas formas de repressão às lutas de trabalhadores, que de fato aumentaram depois do grande "susto" causado pelas lutas de 2013. Para isto, basta percorrer as notícias veiculadas pelos muitos jornais e *sites* de esquerda. Ademais, tais meios sempre poderão ser creditados aos "excessos" de um ou outro agente da repressão, sempre a ser "investigado" e "punido", ou então à permissividade ou à intolerância de tal ou qual sujeito.

De igual modo, não será analisada aqui a tragédia expressa pelos índices crescentes de violência nos bairros de trabalhadores, em especial contra jovens negros. A sensação de insegurança assim criada, embora atinja indiscriminadamente trabalhadores e capitalistas, serve mais à repressão dos primeiros, pois têm menores possibilidades de arcar com os custos de um aparato privado de segurança (câmeras, grades, cofres domésticos, seguranças, rondas, construção de *gated communities* etc.).

Interessam sobretudo as formas propriamente *econômicas* de repressão. Não porque sejam de algum modo "superiores" às outras. Como se trata de mecanismos impessoais, difusos, voltados contra populações inteiras sem que se possa identificar claramente responsáveis a quem culpar, dificilmente são entendidas pelo que são, e por isto mesmo são bastante eficazes. A repressão econômica voltada contra os trabalhadores tem outra vantagem, que os capitalistas sabem levar em conta: via de regra resultam em benefícios para os capitalistas e seus custos costumam ser diluídos entre todos eles, enquanto as formas diretas de repressão têm custos mais altos, concentrados na maior parte dos casos naqueles capitalistas diretamente envolvidos. Trata-se, em suma, de reprimir as reivindicações e lutas dos trabalhadores simplesmente *pondo a economia capitalista para funcionar*.

O objetivo principal dos capitalistas com as formas econômicas de repressão é um só: *desvalorizar a força de trabalho*. Os meios são muitos, mas o resultado é o mesmo, pouco importando as consequências trágicas que venham a ter sobre os trabalhadores. Três deles serão analisados a seguir com algum detalhe: as *restrições ao consumo dos trabalhadores por meio de perdas inflacionárias*; a *captura de rendas e poupanças dos trabalhadores por meio de dívidas*; e as *demissões e o desemprego*, que combinam a desvalorização da força de trabalho dos desempregados com a contenção da insubordinação dos empregados.

Desvalorização da força de trabalho: restrições ao consumo por meio de perdas inflacionárias

As *perdas inflacionárias* são uma das formas de desvalorizar a força de trabalho, mas há que se ter cuidado ao analisar a inflação. Esta forma de ataque aos trabalhadores não se faz por meio da inflação isoladamente considerada. Não é o simples crescimento numérico dos preços que importa, mas uma aumento dos preços maior que o aumento dos salários.

Perda inflacionária é isto: o salário aumenta menos que os preços, e no fim de um ano, de um mês ou mesmo de uma semana ou um dia (nos casos de *hiperinflação*) o mesmo salário permite comprar menos coisas que antes. Um contexto generalizado de inflação não prejudica os capitalistas de ime-

diato e dentro de certos limites, pois podem reajustar seus preços de acordo com o ritmo da própria inflação e dispõem de meios para lidar com as perdas inflacionárias (redução e rotação mais acelerada dos estoques; busca de matérias-primas, meios de produção, infraestruturas, produtos ou mesmo trabalhadores em outras economias por meio de importações e migração; etc.). Prejudica principalmente os trabalhadores, cujos salários são reajustados mais lentamente que os preços e, depois de recebidos, não são complementados para compensar as perdas inflacionárias — perdendo, portanto, seu poder de compra ao longo do tempo e reduzindo sua capacidade imediata de consumo.

Foto por Joshua Brown

Há que se ter cuidado, também, com os índices inflacionários. Cada produto, cada serviço prestado, cada mercadoria enfim, tem seu preço aumentado ou diminuído segundo critérios próprios, o que resulta em séries di-

versas de preços ascendentes e descendentes cruzando-se dentro de uma mesma economia. Não é à-toa que os economistas, além dos índices gerais, trabalham com vários índices de preços setoriais calculados em escala nacional para lidar com problemas específicos.

Inflação e restrições ao consumo

Feitas estas ressalvas, pode-se dizer que inflação "oficial" brasileira é auferida via de regra mediante dois índices: o Índice Nacional de Preços ao Consumidor — Amplo (IPCA) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ambos calculados pelo IBGE. A diferença entre os dois: o IPCA tem como base os custos de famílias com renda mensal entre 1 a 40 salários mínimos, qualquer que seja sua fonte de rendimentos, servindo como indicador geral de inflação; o INPC tem como base os custos de famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 e 5 salários-mínimos cuja pessoa de referência é assalariada em sua ocupação principal, servindo como indicador da inflação para trabalhadores de menor remuneração.

Vê-se desde logo um problema: pelo IPCA a inflação brasileira em 2017 foi de 2,95%, e pelo INPC a inflação brasileira foi de 2,07%. Complementarmente, o Índice do Custo de Vida (ICV), calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), apresentou aumento no custo de vida de 2,44% em 2017; -3,71 pontos percentuais (p.p.) inferior ao de 2016, que foi 6,15%. Para as famílias de renda mais baixa foi verificada a menor taxa, de 1,65%; seguida das de renda média, com variação de 1,94%; e, por fim, as de renda mais alta, com 2,93%.

Seria isto um indicador de que as famílias de mais baixa renda sofreram menos com a inflação do que as de renda mais alta? Que as condições de vida dos mais pobres estão a melhorar?

Não. A renda dos trabalhadores situados nos menores estratos de renda é baixa ao ponto de forçar a escolhas drásticas quando qualquer item de seu orçamento aumenta mais que o esperado — como é o caso da troca de fogões a gás por lenha para cozinhar, já mencionada no quarto capítulo deste ensaio. Com isto, trabalhadores vêm reduzida sua capacidade de con-

sumir no presente, incorporam a si próprios menos valores (que vão desde os bens de consumo básico e cuidados pessoais mais simples até novas qualificações). Em suma, vêm desvalorizar-se sua força de trabalho sem muitas alternativas — considerando, claro, que não consigam o que precisam por meios ilegais.

Estagflação

Um parêntese é necessário antes de prosseguir. Uma situação em que os preços dos bens e serviços sobem — ou seja, *inflação* — ao mesmo tempo em que o volume de bens produzidos encontra-se estagnado ou diminui — ou seja, *recessão* — é prejudicial aos trabalhadores, pois significa que os salários poderão comprar menos. Situação piorada quando a estes fatores se soma o aumento no desemprego, que tende a pressionar os salários para baixo.

É possível dizer que numa situação onde ocorrem simultaneamente inflação real alta ou crescente, recessão, redução na produtividade e aumento no desemprego, o que há é um quadro de *estagflação.* A estagflação é um dos métodos pelos quais os capitalistas buscam recompor suas taxas de lucro contra os ganhos auferidos pelos trabalhadores em conjunturas mais favoráveis; quando somada a um contexto de desemprego crescente, contribui ainda mais para este efeito, pois o desemprego pressiona os trabalhadores empregados a serem mais produtivos e a reivindicarem menos. Pior: como os mecanismos mais sofisticados de incorporação das reivindicações dos trabalhadores são dificultados ou literalmente travados pela queda na produtividade, restam apenas os meios mais repressivos e autoritários para conter a luta de classes, precisamente os mais custosos e arriscados.

Desde 2013 economistas de orientações diversas debatem se a economia brasileira encontrava-se ou não em estagflação, e que consequências poderiam daí advir.

Carlos Eduardo de Freitas (ex-diretor do Banco Central) afirmou em 2013

que "numa economia operando a pleno emprego e com a capacidade instalada totalmente comprometida, não tem como o país crescer muito sem pressionar a inflação". Robson Gonçalves, professor da Fundação Getúlio Vargas, afirmou na mesma matéria que "o principal entrave para o crescimento não é a demanda, mas a falta de investimentos, públicos e privados, que melhorem a infraestrutura e aumentem a produção".

Foto por Justin Kauffman

O debate continuou no ano seguinte. Lícia García-Herrero e Ernesto dos Santos, economistas da BBVA Research, afirmaram em 2014 que ocorreram episódios de estagflação "não apenas no segundo e terceiro trimestres de 2014, mas também entre o terceiro trimestre de 2012 e o segundo de 2013". Carlos Langoni, ex-presidente do Banco Central, afirmou em julho de 2014 que a economia brasileira passava por "estagflação com recessão em alguns setores, mais localizado na indústria", pois "os serviços, o agronegócio e a mineração ainda crescem"; para ele, tratava-se de "uma fase típica de transição", pois "a situação atual não pode ser permanente. Ou ela desanda em

uma crise grave, que seria um mergulho recessivo, uma descontinuidade recessiva, ou nós preparamos um terreno para romper essa armadilha do crescimento baixo e restaurar a confiança".

Por outro lado, André Braz, economista da Fundação Getúlio Vargas, acautelou o público em agosto de 2014 asseverando que "o termo estagflação deve ser usado com um certo cuidado, já que as projeções são de estabilização da economia nos próximos meses e as demissões não devem atingir índices críticos".

José Márcio Camargo, professor da PUC-RJ e economista-chefe da Opus Gestão de Recursos, opinou em junho de 2015 que "o quadro de estagflação já existe desde o ano passado, mas agora ingressa num estágio ainda mais grave". Foi nisto secundado por José Luís Oreiro, professor do Instituto de Economia da UFRJ, para quem, em julho de 2015, os números mostravam a *continuidade* de um processo de estagflação, pois a alta nos serviços e o realinhamento das tarifas de energia empurravam a inflação para cima num contexto de baixo crescimento da economia. E em janeiro de 2017 a jornalista Raquel Landim publicou artigo onde afirmou ter acabado a estagflação, sem indicar um período mais preciso de vigência do problema.

Embora os especialistas não concordassem acerca dos momentos em que a recessão foi acompanhada por estagflação, o constante debate em torno da estagflação e dos meios para esconjurá-la — ou negá-la, como fez em 2014 o então presidente do Banco Central, Alexandre Tombini — evidenciam, senão sua existência, os enormes riscos do problema para o funcionamento normal da economia capitalista.

Para o que interessa a este ensaio seriado, entretanto, os debatedores partem de uma premissa equivocada. Se é o crescimento da economia o fator que, associado à inflação alta, gera a estagflação, não é para a evolução do PIB que devem olhar preferencialmente, mas para a *produtividade do trabalho* e sua evolução. Não são poucos os que insistem no problema da produtividade na economia brasileira a partir de diversos pontos de vista (ver aqui, aqui, aqui, aqui, aqui, aqui, aqui, aqui, aqui, aqui, aqui, aqui, aqui, aqui, aqui...), no que aqui só se faz seguir uma tendência.

A tabela 1 apresenta a série histórica da produtividade do trabalho no Brasil nos últimos quinze anos.

Tabela 1. Produto do trabalho por hora trabalhada no Brasil e sua variação anual, 2003-2017

Ano	Produto (em US$ de 2017)	Variação (em %)
2003	15,13	-0,08%
2004	15,31	1,19%
2005	15,52	1,37%
2006	15,74	1,41%
2007	16,40	4,21%
2008	17,00	3,64%
2009	16,88	-0,70%
2010	17,86	5,81%
2011	18,36	2,84%
2012	18,52	0,87%
2013	18,91	2,06%
2014	18,64	-1,39%
2015	18,21	-2,31%
2016	17,88	-1,81%
2017	18,07	1,03%

Fonte: elaboração própria com dados de The Conference Board — Total Economic Database.

A série histórica iniciada em 1950 aponta uma média de US$ 12,15 para o produto por hora trabalhada, e uma variação média de 1,94% por ano; no período de 2003 a 2017 a média muda para US$ 17,28 e 1,12%, respectivamente.

A produtividade nos últimos quinze anos manteve-se constantemente acima da média histórica, demonstrando os crescentes ganhos ao longo de décadas na economia brasileira. Quando se trata da variação anual, entretanto, a produtividade da economia brasileira no período analisado cresceu acima da média histórica somente em cinco anos (2007, 2008, 2010, 2011 e 2013), mantendo-se abaixo dela nos dez anos restantes.

Se a média dos últimos quinze anos for tomada como parâmetro ao invés da média histórica, o produto por hora trabalhada ultrapassou a média somente em 2010 e manteve-se acima dela desde então. Por outro lado, no

que diz respeito às variações na produtividade, além dos cinco anos de queda (2003, 2009, 2014, 2015 e 2016) há outros dois (2012 e 2017) em que a produtividade da economia brasileira cresceu abaixo da média, resultando em sete anos de crescimento estagnante ou negativo no período.

O que isto demonstra?

Que os capitalistas no Brasil conseguiram implementar ao longo de décadas novos processos de trabalho, novas tecnologias e tudo quanto necessário para aumentar o volume de produção por hora trabalhada. Desde 2009 entretanto, e com mais força ainda a partir de 2012, a estratégia de incorporar as reivindicações dos trabalhadores por meio de ganhos de produtividade parece ter sido dificultada ou bloqueada. A série errática de aumentos restritos e de decréscimos no período evidencia os resultados deste processo, e coaduna-se com o hiato histórico na economia brasileira verificado entre um pequeno número de empresas com alta produtividade e as restantes, onde prevalecem formas menos produtivas de exploração dos trabalhadores (evidenciada na tabela 3 deste artigo de João Bernardo).

É num tal cenário que as perdas inflacionárias, a captura das poupanças e rendas dos trabalhadores e o desemprego aparecem como soluções imediatas.

Reajustes de salário mínimo e rearranjo da estratificação econômica

Prosseguindo na análise, é preciso ver até que ponto se verifica alguma perda inflacionária causada pela defasagem entre o ritmo da inflação e o ritmo dos aumentos salariais, nomeadamente os reajustes do salário mínimo. A tabela 2 compara as duas séries entre 2003 e 2017 tendo o IPCA e o INPC como parâmetros de evolução da inflação e indicando se houve ou não perda inflacionária.

Tabela 2. Evolução comparada dos reajustes do salário mínimo e do INPC entre 2003 e 2017

Reajustes SM (a)	IPCA (b)	INPC (c)	Diferença 1 (a-b)*	Diferença 2 (a-c)*

2003	20,00%	14,71%	16,96%	—	—
2004	8,33%	6,60%	6,27%	-6,38%	-8,63%
2005	15,38%	6,87%	5,76%	8,78%	9,11%
2006	16,67%	4,18%	3,26%	9,80%	10,91%
2007	8,57%	3,64%	4,09%	4,39%	4,48%
2008	9,21%	5,68%	6,57%	3,53%	5,12%
2009	12,05%	4,89%	5,04%	6,37%	5,48%
2010	9,68%	5,04%	5,11%	4,79%	4,64%
2011	6,86%	6,64%	6,60%	1,82%	1,75%
2012	14,13%	5,40%	5,43%	7,49%	7,53%
2013	9,00%	6,20%	6,37%	3,60%	3,57%
2014	6,78%	6,33%	6,04%	0,58%	0,41%
2015	8,84%	9,03%	9,34%	2,51%	2,80%
2016	11,68%	6,29%	6,58%	2,65%	2,34%
2017	6,48%	2,95%	2,07%	0,19%	-0,10%

Fonte: elaboração própria, com dados do IBGE. *Como o reajuste é concedido levando em conta a inflação do ano anterior, a diferença é calculada subtraindo do reajuste do ano (t) a inflação do ano anterior (t-1).

O salário mínimo brasileiro em 2017 é de R$ 937,00; a renda média da população brasileira em 2017, segundo a PNADC-T/IBGE, variou de 2 a 2,3 salários mínimos, com homens recebendo via de regra 29,94% a mais que as mulheres e brancos recebendo 79,48% a mais que não-brancos. A situação não é nem um pouco negligenciável quando se descobre, também por via da série histórica da PNAD, que a estratificação da população brasileira por renda tem se mantido relativamente estável ao longo dos anos, como mostra a tabela 3.

Tabela 3. Estratificação da população brasileira com 10 anos ou mais segundo a renda mensal

	Faixa 1 (Até ½ SM)	Faixa 2 (+ de ½ a 1 SM)	Faixa 3 (+ de 1 a 2 SM)	Faixa 4 (+ de 2 a 3 SM)	Faixa 5 (+ de 3 a 5 SM)	Faixa 6 (+ de 5 a 10 SM)	Faixa 7 (+ de 10 a 20 SM)	Faixa 8 (+ de 20 SM)
2003	7,79%	15,29%	17,09%	8,58%	7,11%	4,56%	2,06%	0,93%
2004	7,62%	15,52%	19,16%	7,20%	7,65%	4,85%	2,01%	0,75%
2005	7,88%	17,24%	19,39%	7,28%	6,82%	4,45%	1,68%	0,67%
2006	8,34%	17,40%	20,48%	7,68%	5,75%	4,63%	1,63%	0,62%
2007	7,16%	16,89%	20,70%	8,16%	6,26%	4,51%	1,69%	0,59%
2008	8,09%	16,79%	21,43%	8,38%	6,59%	4,09%	1,59%	0,58%
2009	8,03%	17,12%	21,91%	7,70%	6,71%	3,93%	1,52%	0,51%

2011	6,94%	16,69%	22,45%	9,06%	5,95%	4,08%	1,38%	0,49%
2012	7,84%	17,83%	23,22%	7,84%	7,02%	3,62%	1,23%	0,44%
2013	7,34%	16,81%	23,53%	9,58%	5,55%	3,79%	1,38%	0,47%
2014	7,39%	17,63%	23,26%	9,94%	6,46%	4,00%	1,35%	0,49%
2015	7,23%	17,95%	24,05%	8,51%	6,08%	3,92%	1,36%	0,40%

Fonte: elaboração própria, com dados da PNAD/IBGE. O total não chega a 70% na maioria dos anos porque foram descartados os que não têm rendimento algum — entre 27,7% a 35,68% dos entrevistados a depender do ano — e os que não informaram renda — entre 0,77% a 2,55% dos entrevistados a depender do ano.

Vê-se por estes dados como se mantiveram estáveis as faixas 1 e 4 da população, enquanto cresceram as faixas 2 e 3 em ritmos distintos. Isto se dá por força da forte redução da pobreza na última década e meia, que trouxe para as primeiras faixas de renda uma população que anteriormente não tinha rendimentos, e também pela combinação entre as políticas regulares de aumento do salário mínimo acima da inflação e de criação de empregos de baixa remuneração no comércio e nos serviços. Tudo isto já tem farta análise na literatura econômica e sociológica, inclusive entre aqueles que defendiam equivocadamente que o fenômeno refletia o surgimento de uma "nova classe média". São estas as faixas onde os aumentos do salário mínimo acima da inflação melhoraram significativamente a renda.

Vê-se também como a parcela da população compreendida nas faixas 5 a 8 foram reduzidas em ritmos distintos — o que leva a um questionamento aos defensores da tese do crescimento da "classe média".

Analistas deste campo costumam escamotear que tal crescimento se dá não apenas mediante a inclusão no mercado formal de trabalho de parcelas significativas da população e da ampliação da assistência social por meio de programas como o Bolsa Família, mas também pelo "encolhimento" das faixas superiores da estratificação social brasileira. Um exemplo: em 2014 o número de super-ricos no Brasil caiu de 172 mil para 161 mil, e em 2015 o número de super-ricos brasileiros caiu mais ainda, para 149 mil.

Reconcentração de renda no topo durante a recessão

Se este "encolhimento" significasse redução da renda dos que viveram a mobilidade social descendente, seria um fato notável. Acontece que o crescimento das faixas intermediárias e inferiores de renda foi acompanhado de uma redução na renda do topo mais discreta que a mobilidade social descendente, resultando em maior concentração de renda. A literatura sobre as desigualdades socioeconômicas aponta que a concentração de renda é mais difícil de capturar por meio de pesquisas domiciliares, pois os mais ricos ou bem não fornecem informações adequadas sobre sua própria riqueza, ou bem são difíceis de acessar por parte dos pesquisadores (muito tempo fora de casa, recusas etc.).

A tabela 4 detalha as profissões com maior renda média no Brasil.

Tabela 4. Ocupações com maior renda total média nas declarações de IRPF — Brasil, 2013

Posição	Ocupação	Renda média anual (R$ mil)	Declarantes (mil)
1	Titular de cartório	1.045	9,3
2	Membro do Ministério Público	498	13,7
3	Membro do Judiciário e do Tribunal de Contas	489	20,3
4	Diplomata e afins	308	2,7
5	Médico	279	318,4
6	Advogado do setor público	257	27,2
7	Servidor do Banco Central, CVM e Susep	257	5,4
8	Auditor fiscal e afins	254	68,2
9	Atleta, desportista e afins	236	5,9
10	Piloto de aeronaves, comandantes e afins	231	12,1
11	Ator, diretor de espetáculos	193	4,8
12	Engenheiro, arquiteto e afins	177	484,9
13	Servidor das carreiras do Poder Legislativo	155	44,8
14	Gerente de empresa pública ou de economia mista	150	45,5

15	Físico, químico e afins	148	37,7

Fonte: Pedro Ferreira de Souza, *A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*, Tese de Doutorado, UnB, 2016.

Mesmo estes dados precisam ser vistos com atenção, pois é notório que nas profissões ligadas aos esportes e às artes um reduzidíssimo número de multimilionários puxa para cima a média da categoria. Feita esta ressalva, nota-se a preponderância de profissões liberais tradicionais (médicos, engenheiros, gestores) e das carreiras burocráticas de topo (diplomatas, juízes, promotores, procuradores, tabeliães).

Os dados meramente ilustrativos da tabela 5 são mais bem compreendidos em comparação com outros contantes no último Relatório da distribuição pessoal da renda e da riqueza dapopulação brasileira, publicado em 2016 pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda com dados do Imposto de Renda 2014/2015. A tabela 5 traz os dados de interesse.

Tabela 5. Participação na renda total bruta e nos bens e direitos líquidos por faixa de salário mínimo (em %)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
% Declarantes							
Até 20 SM	91,6%	91,3%	91,1%	90,7%	90,2%	91,2%	91,6%
20 a 40 SM	5,5%	5,7%	5,9%	6,1%	6,4%	5,9%	5,7%
40 a 80 SM	2,1%	2,2%	2,2%	2,3%	2,4%	2,1%	2,0%
80 a 160 SM	0,5%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,5%
> 160 SM	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
% Renda Total Bruta							
Até 20 SM	50,9%	49,7%	51,5%	50,5%	48,9%	52,1%	53,6%
20 a 40 SM	15,6%	15,8%	16,3%	16,2%	16,0%	16,1%	16,0%
40 a 80 SM	11,7%	11,8%	12,0%	11,9%	11,9%	11,1%	10,7%
80 a 160 SM	5,9%	6,2%	5,9%	6,0%	6,2%	5,9%	5,7%
> 160 SM	15,8%	16,5%	14,3%	15,5%	17,0%	14,8%	14,0%
% Bens e Direitos Líquidos							
Até 20 SM	41,9%	41,4%	40,2%	37,2%	36,8%	40,6%	40,6%
20 a 40 SM	14,8%	14,5%	15,2%	15,7%	15,2%	15,1%	16,3%
40 a 80 SM	12,5%	12,6%	13,1%	13,4%	13,4%	12,2%	12,4%
80 a 160 SM	8,0%	8,0%	8,1%	8,3%	8,3%	7,7%	8,0%
> 160 SM	22,8%	23,5%	23,4%	25,3%	26,3%	24,5%	22,7%

Fonte: *Relatório da distribuição pessoal da renda e da riqueza da população brasileira*

(2016).

Nota-se até 2013 relativa estabilidade na distribuição dos declarantes por faixas de renda. Nota-se também uma transferência de renda para a faixa da população abaixo de 20 salários mínimos. Nos bens e direitos (imóveis, carros, fundos de investimento, CDB, LCI, LCA, títulos públicos, depósitos em contas bancárias, consórcios, previdência privada etc.) a tendência é inversa, pois tanto a faixa com renda até 20 salários mínimos retraiu sua participação quanto aquela com renda entre 20 a 40 salários mínimos aumentou-a.

Duas ressalvas importantes: sendo tais dados extraídos das declarações de imposto de renda de pessoa física, nem a sonegação por parte dos mais ricos é levada em conta (pois só é calculável por cruzamento muito complexo de dados bastante díspares), nem os dados refletem adequadamente a drenagem das poupanças e rendas dos trabalhadores (via de regra operada por meio de instituições financeiras).

Por fim, aquilo que a tabela 5 apresenta para a fração populacional cuja renda excede a estratificação da PNAD, o *World Inequality Database* apresenta para toda a população brasileira (cf. Tabela 6).

Tabela 6. Apropriação da renda no Brasil segundo frações da população, 2003-2015

	1% mais ricos	10% mais ricos	40% medianos	50% mais pobres
2003	27,20%	55,28%	32,19%	12,53%
2004	27,32%	54,78%	32,34%	12,88%
2005	27,90%	55,10%	31,87%	13,03%
2006	28,23%	55,47%	31,49%	13,03%
2007	28,29%	54,94%	31,87%	13,19%
2008	29,29%	56,20%	30,62%	13,18%
2009	27,44%	54,97%	31,47%	13,56%
2010	28,19%	55,21%	30,94%	13,85%
2011	29,61%	56,53%	29,87%	13,60%
2012	27,73%	55,42%	30,59%	13,99%
2013	27,65%	54,89%	30,98%	14,13%
2014	27,52%	54,61%	31,10%	14,29%
2015	28,35%	55,56%	30,56%	13,88%

Fonte: World Inequality Database (WID).

A tabela 6 tem a vantagem de avançar exatamente sobre os dois anos da crise recessiva. Se levarmos em conta que a situação encontrada num ano reflete o desenvolvimento de fatos e tendências do ano anterior, fica evidente, com os dados relativos a 2015, que a recessão brasileira resultou em concentração de renda.

Desvalorização da força de trabalho: captura de rendas e poupanças dos trabalhadores por meio de dívidas

Se há evidências de perda inflacionária em desfavor dos trabalhadores e de concentração de renda no topo da estratificação socioeconômica brasileira, não se pode negligenciar outra forma de os capitalistas recomporem seus lucros e rendas: a *captura das rendas e poupanças dos trabalhadores.*

Sabe-se o que significa à primeira vista o endividamento entre trabalhadores: a redução da renda imediatamente disponível e portanto da capacidade de consumo no presente, de que já se falou acima. A isto é preciso adicionar outro elemento: tal redução se dá não por causa das flutuações de preço, como é o caso das perdas inflacionárias, mas porque parte significativa da renda mensal é transferida para os credores, via de regra capitalistas. O debate aqui não é tanto sobre *spread* bancário ou sobre as altas taxas de juros nas modalidades mais comuns de crédito, mas sobre o funcionamento regular do endividamento no capitalismo: capturar as poupanças e as rendas destinadas ao consumo imediato dos trabalhadores e direcioná-las seja às instituições bancárias, seja aos agiotas que as substituem.

A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) mostra a persistência do endividamento familiar no Brasil. Durante todo o ano de 2017 o percentual de famílias entrevistadas a acusar algum tipo de endividamento variou entre 60,5% (janeiro) e 64,1% (abril), mostrando que em média 62,3% das famílias tinha algum tipo de dívida.

Destas, a esmagadora maioria — variando de 78% em janeiro a 77% em

outubro — endividara-se no cartão de crédito, modalidade com os mais altos juros entre as formas populares de crédito. Mesmo a queda na taxa de juros do cartão de crédito verificada em 2017 (de 497,7% ao ano em janeiro para 334,6% ao ano em dezembro) será ainda incapaz de livrar estas famílias da verdadeira escravidão da dívida a que estão sujeitas. 73,8% das famílias brasileiras entrevistadas na PEIC de novembro de 2017 tinha mais de 11% de sua renda comprometida com dívidas; deste total destacam-se os 25,1% de famílias com mais de 50% da renda mensal comprometida com dívidas.

Desvalorização da força de trabalho: demissões para redução de custos e desemprego como medida disciplinar

A força de trabalho é o mais importante entre todos os fatores de produção; o *desemprego*, elemento mais sensível de uma crise recessiva para os trabalhadores, evidencia como é fácil para os capitalistas lançar sobre os trabalhadores a conta de suas crises.

Desemprego e redução de custos (para capitalistas)

Qualquer economista dirá que o desemprego é um dos últimos indicadores a melhorar depois de uma crise recessiva. A isto é preciso adicionar: é também uma das estratégias mais usuais dos capitalistas, em especial daqueles que exploram o trabalho alheio em condições *trabalho-intensivas,* ou seja, de maior peso da força de trabalho frente às infraestruturas produtivas na composição da empresa.

Se é possível aos capitalistas num primeiro momento forçar os trabalhadores a reduzir seu ritmo de produção, há um ponto nesta redução a partir do qual já não é mais vantajoso seguir com esta estratégia; em tais condições, os capitalistas ou bem se livram de meios de produção, ou demitem trabalhadores — e via de regra o alto custo dos primeiros leva-os à segunda alternativa.

As demissões são uma das formas mais imediatas encontradas pelos capitalistas para reduzir a utilização da capacidade instalada. São também das mais destrutivas, pois, para mantermo-nos em termos estritamente

econômicos e não entrarmos em outras questões graves implicadas no assunto (p. ex., aumento da pobreza, crises de subsistência, fome, aumento da desigualdade socioeconômica e de seus efeitos destrutivos etc.), desemprego prolongado resulta em depreciação maciça não somente dos postos de trabalho, mas também da própria força de trabalho, pelo esquecimento paulatino de habilidades laborais por falta de prática.

Contra os fatos, haverá quem diga o contrário, que demitir é a última opção dos capitalistas no Brasil para reduzir seus custos de produção, pois a legislação trabalhista brasileira — em tese — encarece a demissão.

Foto por Renzo D'Souza

Esta afirmação, mantida tal como encontrada em 2015 a proporção de 86% dos empregos nas pequenas empresas de um lado e de 16% dos empregos nas médias e grandes empresas de outro lado, encontra dois obstáculos.

Primeiro: estudo de 2016 do DIEESE demonstr para os dois setores que a demissão por iniciativa do empregador, sem justa causa, é a responsável pelo maior volume de desligamentos, chegando a 48,7%, em 2014, e já havia sido de 56,0% no começo da série analisada, em 2002; ainda em 2014 a rotatividade no trabalho era alta, com média de 5 anos de duração de contratos, maior apenas que a dos Estados Unidos em meio a outros 29 países (no

outro extremo, a Itália mantinha média de 12,2 anos de tempo médio dos contratos de trabalho).

O alto volume das demissões patronais, contraposta ao menor volume dos pedidos voluntários de rescisão (que chegaram a 24,3% em 2014), dos desligamentos por término de contrato (18,1% em 2014) e de outros motivos (6,7% em 2014), mostra que, apesar do custo, a demissão ainda parece ser a opção preferida por burgueses e gestores para reduzir custos, em especial quando aumentam as exigências por produtividade sobre cada trabalhador em período de baixo investimento em capital fixo e diminuição da taxa de uso do uso do capital fixo já existente.

Segundo: no vasto campo das pequenas empresas verifica-se a torto e a direito na Justiça do Trabalho empresas que demitem trabalhadores e desaparecem em pleno ar, com o CNPJ dado baixa na Receita Federal e os sócios, recursos e patrimônio literalmente sumindo para evadirem-se de cobranças judiciais.

A Lei Complementar 147/2014 permitiu a este setor dar baixa nas empresas sem necessidade de comprovar quitação de dívidas tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, facilitando ainda mais a operação, e a Lei 13.647/2017, ao retirar a necessidade de negociação sindical para demissões coletivas, eliminou ainda este outro obstáculo à prática.

O mesmo regime da Lei 13.647/2017 aplica-se aos empregados de médias e grandes empresas, facilitando ainda mais a decisão gerencial pelo "enxugamento de quadros" e aumentando o uso das demissões como instrumento de controle da força de trabalho.

A situação no fim da recessão

O desemprego na economia brasileira vinha em taxa crescente desde 2014. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua — Trimestral (PNADC-T), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017 o desemprego começou altíssimo (13,7% da população desempregada entre janeiro e março) e terminou ainda alto, mas com tendência de queda (11,8% entre outubro e dezembro).

Ocorre que desde 2016 o IBGE reviu a forma de contar os desemprega-

dos na PNADC-T: agora não somente conta os *desocupados* — ou seja, os desempregados tal como percebidos no senso comum — como soma-os aos que *subutilizam sua força de trabalho* — ou seja, as que trabalham menos de 40 horas semanais e querem ou precisam trabalhar mais, mas não o conseguem por forças alheias à sua vontade. A incorporação da subutilização do trabalho nas estatísticas oficiais acompanha as mudanças nos padrões internacionais, mas o *timing* é perfeito: com ela, é possível auferir que proporção da força de trabalho pode ser ainda mais explorada.

Quando somados os *subutilizados* aos *desempregados*, os indicadores ficam ainda mais altos e sofrem menos variação: começam o ano em patamares altíssimos (18,8% entre janeiro e março) e permanecem relativamente estáveis até o final do ano (18% entre outubro e dezembro).

Ou seja: a população brasileira em 2017 ainda sofre com taxas altas de desemprego, e quando quer ou precisa trabalhar mais, não consegue, ainda que as empresas brasileiras tenham aumentado seus investimentos produtivos durante o ano.

Função disciplinar do desemprego

A retomada econômica alardeada pelo governo federal, portanto, ainda não chegou adequadamente aos trabalhadores, pelo menos não em 2017. Reforça esta impressão o Índice de Medo do Desemprego (IMD), auferido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que manteve-se alto em todas as capitais brasileiras durante o ano; numa escala de 0 a 100, ficou entre 66,6 em março e 67,5 em dezembro, em sentido contrário ao das estatísticas oficiais, mostrando que a insegurança laboral criada durante a recessão de 2014-2017 ainda não foi dissipada.

É assim que se verifica a *função disciplinar do desemprego*.

Se num contexto de desemprego baixo os trabalhadores percebem aumento em seu poder de barganha, e cedo utilizam-no para conseguir aumentos salariais, com o desemprego em alta acontece o inverso. Há muitos trabalhadores desempregados ansiosos por emprego. Em especial num con-

texto de crise recessiva, as tentativas de reivindicar aumentos salariais, investimentos em melhorias nas condições de trabalho etc. chocam-se com obstáculos difíceis.

Desemprego e desvalorização da força de trabalho

Não bastasse o desemprego atuar como força disciplinar sobre os empregados, ele também atua como elemento desvalorizador da força de trabalho dos desempregados.

Tudo isto se verifica na prática na tabela 7, retirada de um estudo sobre o perfil dos trabalhadores desempregados encomendado em 2018 pelo SPC Brasil e pela Câmara Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL).

Tabela 7. Propensão a trabalhar em troca de menores remunerações

Está disposto(a) a ganhar menos do que ganhava em seu último emprego?	
Sim (total)	61%
Sim, o que importa é voltar para o mercado de trabalho	23%
Sim, o que importa neste momento é arrumar um emprego para pagar minhas despesas	22%
Sim, é mais fácil procurar oportunidades melhores estando empregado	16%
Não (total)	39%
Não, porque acho uma regressão profissional	19%
Não, pois depois posso ter dificuldade de ficar no patamar salarial que estava antes	13%
Não, pois tenho uma reserva financeira que me permite esperar algo no nível que espero	7%

Fonte: SPC Brasil/CNDL, *O desemprego e a busca por recolocação profissional no Brasil*.

Em primeiro lugar, o desemprego prolongado leva à perda de qualificações profissionais pela falta de prática. Se são as qualificações profissionais o diferencial entre um trabalho e outro, entre um trabalho mais simples e outro mais complexo etc., a perda de tais qualificações pode levar os trabalhadores por ela afetados a não mais conseguir desempenhar tarefas de maior complexidade, ou a não conseguir desempenhá-las com a produtividade anterior ao desemprego. Resulta daí maior tendência a serem preteridos nas entrevistas laborais, levando a um círculo vicioso: quanto mais

tempo no desemprego, maior é a tendência a perder qualificações; quanto maior a perda de qualificações, maior é a degradação e depreciação da força de trabalho; quanto mais degradada e depreciada fica a força de trabalho, maiores são as chances de se passar mais tempo no desemprego. Isto guarda relação com a primeira, a terceira e a quinta respostas à pesquisa.

Em segundo lugar, porque a pressão da sobrevivência leva trabalhadores — afetados ou não pelo círculo vicioso da perda de qualificações profissionais — a aceitarem salários menores para desempenhar as mesmas funções, ou a aceitarem trabalhos mais simples de remuneração mais baixa. Mesmo temporária, pois pode tratar-se de estratégia provisória de sobrevivência enquanto não se consegue recolocação profissional no mesmo patamar anterior, enquanto dura tal estratégia a força de trabalho é depreciada. Se a situação for de aceitação de um trabalho mais simples em caráter provisório, a isto pode se somar a perda de qualificações por falta de prática.

Repressão econômica, conjuntura política e luta de classes

Ao que tudo indica, seguirão em curso as formas econômicas de repressão em 2018, e ainda por um longo período. Um exemplo basta para ilustrar a questão.

A Carta da Conjuntura publicada pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV) na edição de maio da revista *Conjuntura Econômica* não dá margem a dúvidas. Com base em cálculos da economista Vilma Pinto, pesquisadora da FGV/IBRE, as despesas federais discricionárias, que incluem os gastos com a máquina pública (excluindo salários) e os investimentos, terão de ser reduzidas para R$ 46 bilhões em 2020, o que é — nas palavras da revista — *muito abaixo do mínimo necessário para evitar a paralisação do governo*, estimado como superior a R$ 100 bilhões.

Ainda segundo o IBRE/FGV, um tema conexo e particularmente espinhoso é a definição de uma nova lei de reajuste do salário mínimo, algo que deve ser realizado em 2019. A nova regra entra em vigência no início de 2020 e vale até 2023. O salário mínimo é a renda mensal de cerca de 30 mi-

lhões de trabalhadores do setor privado e titulares de benefícios previdenciários e sociais, segundo Fernando Holanda Barbosa Filho, pesquisador da FGV/IBRE. Economistas têm vindo a público defender que o atual modelo de reajustes — uma espécie de gatilho salarial baseado no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e no PIB de dois anos anteriores — precisa ser revisado para contemplar apenas a inflação.

Se na luta de classes não há situações em que todos saiam ganhando, a gestão da economia pode, sim, gerar situações em que todos saiam perdendo. Como se tentou evidenciar até o momento, entretanto, a análise dos diferentes impactos de uma crise econômica sobre classes sociais distintas, e também sobre frações destas classes, demonstra que uns podem perder mais que outros — e estes são, ao fim e ao cabo, os ganhadores. É este o fundamento da repressão econômica aos trabalhadores durante uma crise econômica.

Foto por Cristian Băluță

Se é impossível formular uma teoria geral das crises econômicas no capi-

talismo, pois elas decorrem de problemas conjunturais do funcionamento sempre desequilibrado deste modo de produção, por outro lado o receituário encontrado pelos capitalistas para aprofundar a exploração dos trabalhadores é bem conhecido. Alguns dos instrumentos clássicos — há outros, pois o repertório é muito vasto — foram aplicados pelos capitalistas atuantes na economia brasileira para safar-se dos problemas que eles próprios criaram.

Numa situação tal como a descrita de forma muito sumária pelos dados econômicos tratados até o momento, a crise estourou em 2014, mas seus sinais e causas apareciam esporadicamente desde alguns anos antes, como reconheceram membros destacados do governo em suas autocríticas de 2015 (ver algumas aqui, aqui, aqui, aqui, aqui, aqui e aqui). O que evidencia outro aspecto da repressão econômica contra os trabalhadores: ela acontece *independentemente do espectro político de quem a aplica*. A intensidade e a forma como blocos diferentes de capitalistas a aplicam guarda mais relação com os setores a serem beneficiados pelos mecanismos repressivos da economia que com qualquer simpatia pelos trabalhadores. Os métodos descritos até aqui fazem parte de uma estratégia apropriada para situações como a atual, onde os capitalistas não conseguem aumentar a produtividade de forma sustentada para fazer frente às reivindicações de trabalhadores; em contexto mais favorável, como se viu mais intensamente durante o período 2006-2012 e em menor ritmo até 2014 pelo menos, os meios são outros, e no Passa Palavra não faltam comentários e análises sobre eles.

As formas econômicas de repressão contra os trabalhadores geram ainda outros resultados, às vezes inesperados. No caso brasileiro recente, tais resultados acumularam-se com outras tendências históricas e criaram as bases para a ascensão de práticas e movimentos de extrema-direita. É o que se verá a seguir.

Capítulo 6

O espaço político brasileiro

Viu-se no primeiro capítulo deste ensaio como populismo e fascismo encontram-se numa zona nebulosa, de difícil distinção. A isto adiciono que estão como que num *continuum*, onde o fascismo é uma forma mais radical de populismo.

Viu-se no segundo capítulo deste ensaio como o populismo e o fascismo encontram solo fértil em meio a economias atingidas direta ou indiretamente pela crise financeira de 2007-2010. Os setores da classe trabalhadora mais duramente afetados pelos efeitos da crise — desemprego, precarização do trabalho, compressão salarial, redução do poder de compra, encarecimento ou redução severa na prestação de serviços públicos etc. — buscaram neste campo da política soluções imediatas para seus problemas, ainda que, no médio e longo prazos, saiam perdendo.

Viu-se no terceiro capítulo deste ensaio como o desenvolvimento da economia brasileira resultou na formação de um setor capaz de exportar capitais e internacionalizar operações para fugir à crise recessiva instalada no país desde 2014 como resultado de diagnósticos equivocados, políticas ineficazes e do acirramento da luta de classes instaurados pelo menos desde 2011. Em seguida à recessão, economistas indicam que a retomada do crescimento econômico mostra sinais de ser uma das mais lentas já verificadas, o que afeta os setores presos aos circuitos produtivos e financeiros afetados

pelos vários elementos da crise.

Viu-se no quarto e quinto capítulos deste ensaio como os capitalistas brasileiros incapazes de recorrer a estes mecanismos de fuga empurraram a conta da crise para os trabalhadores por meio do desemprego, da inflação e da captura de poupanças dos trabalhadores, que resultaram na desvalorização da força de trabalho — o que, no fim das contas, beneficia os capitalistas, qualquer que seja sua inserção nos circuitos da economia. Além da desvalorização da força de trabalho, estes expedientes resultam numa enorme e difusa repressão às lutas e reivindicações dos trabalhadores, pois aumentam suas preocupações com o futuro imediato e a sobrevivência, cresce a disputa com outros trabalhadores pelos empregos restantes, diminui drasticamente seu poder de barganha frente aos patrões — e não são poucos aqueles empurrados ao limiar da sobrevivência.

Tudo isto tem efeitos.

Trouxas ensanguentadas, *de Artur Barrio (1970)*

Do ponto de vista dos capitalistas beneficiados pela recessão, ainda que ela afete os trabalhadores mais drasticamente que os capitalistas, nem a eles interessa manter por longo tempo a situação; os trabalhadores, de seu ponto de vista, são seus consumidores, e a repressão econômica não pode estender-se ao ponto de prejudicar seus negócios.

Do ponto de vista dos capitalistas retardatários, esmagados pelos efeitos

da recessão, pouco capazes de fazer frente a seus efeitos sem reduzir enormemente suas próprias margens de lucro, é preciso sair logo da crise para que se beneficiem dos efeitos de uma retomada econômica e de prosperidade.

Do ponto de vista dos trabalhadores, os principais afetados por uma crise recessiva, é preciso sair dela o quanto antes, pois é de sua sobrevivência, literalmente, que se trata.

Os primeiros ainda podem "jogar limpo", usar as "regras do jogo" em seu próprio favor, porque compartilham a gestão da economia com os gestores públicos, circulam amplamente nos centros de decisão e formam parte do governo real da sociedade. Já tive a oportunidade de falar do assunto em outras ocasiões (ver aqui, aqui, aqui e aqui), não será preciso repetir os mesmos argumentos.

Os dois últimos, entretanto, encontram-se em situação desesperadora. Estão fora dos corredores do poder, têm pouco acesso às decisões políticas, sua participação na política e no governo é meramente formal e encontram-se atomizados, postos a lutar uns contra os outros. Não lhes falta a coesão *sociológica*, pois seus modos de vida e hábitos comuns permite-lhes reconhecer os que lhe são próximos, os que vivem de modo parecido, os que sofrem os mesmos problemas; falta-lhes, não obstante, a coesão *política.* Mesmo reconhecendo que seus interesses são *apresentados imediatamente de modo difuso* nas conversas cotidianas, nas correntes de redes sociais e em outros meios de expressão individual, eles não encontram *expressão política concentrada*. Poucos passam da conversa — e da bravata — à ação; quem o faz, via de regra é por iniciativa individual; na medida em que as muitas iniciativas individuais pouco dialogam, mesmo quando convergem, perdem fôlego em pouco tempo, duram rápido, não se espalham, não contagiam.

Eis o cenário perfeito para o surgimento de *substitutos*, *sucedâneos*, *representantes*. É deste modo que os interesses dos trabalhadores e dos pequenos e médios capitalistas chega aos corredores do poder: pela mediação dos seus "representantes eleitos", pelo espelho das estatísticas e pesquisas de opinião, pelo vaivém dos indicadores sociológicos e econômicos — sempre *pela mão*

de alguém, nunca *diretamente.*

Em tempos de crise, quando um arranjo político e econômico não funciona mais para os fins a que servia, é preciso substituí-lo por outro, mas os diagnósticos *do que* precisa ser substituído, de *como* fazer a substituição e *do que colocar no lugar* do arranjo antigo variam tanto quanto as diferentes inserções de seus proponentes nos processos produtivos.

Soma-se a isto o fato de que as crises não acontecem num espaço hermético. As formações sociais têm contradições próprias, são formadas por conflitos entre as classes que as compõem, e surgem daí tradições de luta e também de exploração e opressão. É aí que as crises fazem dos despossuídos, dos explorados e dos oprimidos os bodes expiatórios, os responsáveis pela ruptura na ordem, as causas do problema. Na crise atual, é esta procura por culpados pela piora nas condições de vida que tem grande potencial de amalgamar trabalhadores e os pequenos e médios capitalistas num só coro. Os velhos preconceitos vêm à tona, e a erradicação dos "indesejáveis" é elevada ao *status* de solução.

A partir daqui, o que se tentará é entender como as contradições da formação social brasileira encontram-se com as características específicas da crise recessiva recente e fecundam o ovo da serpente fascista. Depois de uma caracterização do espaço político brasileiro neste capítulo do ensaio, serão vistos num capítulo seguinte os traços da formação social brasileira capazes de fermentar um movimento fascista, ainda que difuso.

O espaço político, da esquerda à direita

O espaço político considerado neste ensaio segue a tradicional divisão entre *esquerda* e *direita*, incluindo aí o *centro,* as posições intermediárias (*centro-esquerda* e *centro-direita*) e as posições extremas (*extrema-esquerda* e *extrema-direita*). Antiquadas como sejam tais classificações, ainda têm uso corrente no dia a dia, ainda permitem a qualquer pessoa sem treinamento em ciência política identificar e agrupar políticos e partidos de modo minimamente coerente.

Seguindo a tradição da ciência política, serão considerados apenas os partidos políticos *eleitorais*, quer tenham na via eleitoral e institucional a cen-

tralidade de sua atuação, quer vejam nela apenas uma oportunidade pontual para apresentar e disputar um programa político frente à sociedade. A relação entre estes e os partidos e organizações *extraparlamentares*, com os *formadores de opinião* extrapartidários etc., será tratada em outro momento.

Esquerda e direita, extrema-esquerda e extrema-direita

Esquerda é a posição política que defende a *igualdade* — não a igualdade *biológica*, mas a igualdade *social*. Envolve não apenas a preocupação com cidadãos em desvantagem frente a outros, mas o pressuposto de que tais desigualdades devem ser reduzidas ou abolidas. A diversidade de posições permite matizar este campo quanto à *intensidade* da redução da desigualdade — desde a nivelação total à moderada minoração das diferenças — e quanto os *meios* necessários para reduzi-la — desde reformas graduais na estrutura social até a revolução social. Nas oligarquias liberais a que na atualidade fomos acostumados a chamar de *democracias*, a esquerda política se opõe às monarquias, ao absolutismo, ao liberalismo *laissez-faire*, ao sexismo e ao racismo. Via de regra este campo da política é formado por comunistas, socialistas e social-democratas. (Anarquistas costumam ser classificados na esquerda, mas aqui estão sendo tratados apenas os partidos *eleitorais* e os anarquistas desde sempre rejeitam a participação em eleições.)

Um critério de avaliação específico para os partidos comunistas é a participação no Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários (IMCWP), onde congregam-se o Partido Comunista Alemão, o Partido Comunista de Cuba, o Partido Comunista da China, o Partido Comunista Português, o Partido Comunista da Federação Russa, o Partido Comunista do Vietnã, o Partido Comunista da Venezuela, o Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil. A proximidade de socialistas e social-democratas com o *centro* do espaço político faz necessário tratar deles mais adiante, junto à centro-esquerda.

Direita, por outro lado, é a posição política que aceita a *hierarquia* ou a

desigualdade sociais como inevitáveis, naturais, normais ou desejáveis, justificando tal posição por meio da economia, do "direito natural", da tradição, da revelação ou orientação divinas, da "superioridade" e "inferioridade" entre povos, etnias, sexos ou "raças" etc. A diversidade de posições permitem matizar este campo quanto à *intensidade* da manutenção das hierarquias e das desigualdades — desde a estremança radical às compensações pelas diferenças — e quanto os *meios* necessários para reduzi-la — desde reformas graduais na estrutura social até a revolução social. Nas oligarquias liberais a que fomos acostumados a chamar de *democracias*, a direita política se opõe ao socialismo, ao comunismo e à social-democracia. Via de regra este campo da política é composto por conservadores, democratas clássicos, democratas cristãos, liberais clássicos e nacionalistas.

Livro de carne*, de Artur Barrio (1977)*

Podem ser facilmente classificados como de direita partidos como Rússia Unida, a Aliança para o Futuro da Áustria, o Venstre e o Partido Popular Dinamarquês, o Partido Democrático Liberal e os Republicanos da Alemanha, o Partido Cristão Democrata francês, o Likud e o Zehut israelenses, o Komeito e o Partido Liberal Democrata japoneses, o Partido Político Reformado holandês, a Liga Muçulmana da União Indiana, o Partido da Liberdade Inkatha sul-africano, o Partido Saenuri sul-coreano, o Partido da Coalizão Islâmica e a Sociedade dos Devotos da Revolução Islâmica irani-

anos, o Movimento Cinco Estrelas italiano e, no caso brasileiro, o Partido Novo (NOVO), o Partido Social Cristão (PSC), o Patriotas (PATRI), os Democratas Cristãos (DC) e o Partido Progressista (PP).

Tanto esquerda quanto direita têm variantes *extremas*. O *extremismo*, todavia, tem longa história de conotação negativa, pois as chamadas "práticas virtuosas" de vários sistemas religiosos e éticos orientam à moderação e à temperança:

- Nos muitos textos sagrados do hinduísmo, a temperança (*dama*) é uma das características de uma vida virtuosa (*dharma*), assim como a compaixão (*daya*), a caridade (*daana*);
- No jainismo, os cinco *yama* são votos de moderação e temperança (*ahiṃsā* / não-violência, brandura; *satya* / sinceridade, honestidade; *asteya* / desapego, desprendimento, abnegação; *brahmacharya* / castidade, celibato; *aparigraha* / pobreza);
- No budismo, o terceiro, o quarto e o quinto *pañcaśīla*, assim como quatro das oito práticas do *āryāṣṭāṅgamārga*, orientam a evitar condutas imoderadas;
- Na ética grega clássica, a temperança (σωφροσύνη / *sophrosyne*) e a prudência (φρόνησῐς / *phrónēsis*) são virtudes importantes;
- Na *Bíblia*, os *Dez Mandamentos* e o *Livro dos Provérbios* no *Velho Testamento* contém várias orientações no sentido da moderação e da temperança, que reaparecem em vários lugares do *Novo Testamento* como, por exemplo, na enumeração dos "frutos do espírito santo" na *Carta aos Gálatas* (5:19-23);
- O *Alcorão* apresenta a moderação e a temperança como virtudes em várias passagens, e na *sura Al-Isra* (17.22-37) é apresentado um decálogo onde são apresentados como os fundamentos de virtudes éticas correlatas àquelas dos Dez Mandamentos.

Tal aversão histórica ao *extremismo*, conquanto questionável, encontra-se profundamente enraizada em sistemas religiosos e éticos adotados por multidões. Ela é uma das explicações para o surgimento de um *centro* no espaço político, a ser comentado mais à frente.

Nos extremos não é incomum a rejeição ou a secundarização da política institucional; se é a substituição total dos arranjos políticos e econômicos o objetivo final das organizações políticas deste campo, a rejeição ao sistema existente estende-se ao "jogo político" tradicional, tido como injusto, iníquo, ilusório, parcial, deturpado, viciado, corrompido, ineficaz, lento etc.

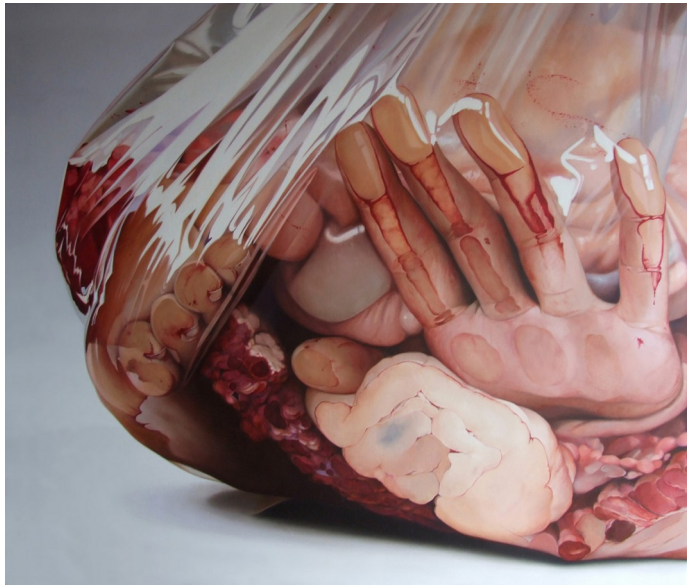
Da mesma forma, vê-se nos extremos do espaço político a tendência em ver as relações políticas nos moldes das alternativas radicais e irreconciliáveis; daí a tendência a não aceitar — como o centro — a gradualidade e parcialidade dos objetivos, a repulsa à negociação e ao compromisso. O extremismo, por isto, costuma ser confundido com o *radicalismo* e o *maximalismo*. O primeiro implica, de forma semelhante, no abandono de qualquer hipótese temporizadora e de toda tática moderada para impulsionar um processo de vigorosa (e portanto "radical") renovação nos vários setores da vida civil e da organização política; o segundo implica a sobrevalorização dos objetivos finais de uma organização política (seu "programa máximo") em detrimento dos objetivos intermediários que podem servir-lhes de caminho (seu "programa mínimo").

Os três termos parecem dizer a mesma coisa, mas na prática nem todas as organizações situadas nos extremos do espaço político adotam meios radicais — a adoção da via eleitoral e da construção paulatina de blocos parlamentares nada tem de radical, ainda que vista como tática e pontual — e de igual modo nem todas sacrificam seu "programa mínimo" em nome de seu "programa máximo" — não são poucas as organizações extremas que têm nas reformas legais e administrativas um meio para alcançar seus objetivos.

A *extrema-esquerda* costuma ser definida como o lugar mais à esquerda dos partidos socialistas e comunistas tradicionais; embora compartilhem com eles muito de sua doutrina política e disputem uma base social semelhante, a extrema-esquerda é menos propensa ao envolvimento em alianças e coalizões com forças políticas situadas mais ao centro, como fizeram os partidos comunistas do passado e ainda hoje o fazem muitos de seus sucessores, embora não descartem alianças e coalizões com outros partidos da esquerda, inclusive participando de governos nacionais.

Estão neste lugar os muitos partidos e organizações trotskistas, maoistas, senderistas, bolivarianos, sankaristas, jucheístas etc., cuja proliferação e pul-

verização dificulta a exemplificação simples. (Novamente: se a participação em eleições é o critério definidor neste ensaio, ficam automaticamente excluídos anarquistas, conselhistas, bordiguistas e todas as demais correntes políticas que rejeitam a participação nas eleições e são comumente situadas na extrema-esquerda.)



Trouxa III (alusivo a Artur Barrio), *de Fábio Magalhães (2013)*

A *extrema-direita* costuma ser definida pela intensidade com que seus proponentes pretendem manter as desigualdades e hierarquias sociais ou aprofundá-las. É rotineiro proporem pautas supremacistas de cunho racista, nacionalista, xenófobo, etnocêntrico e/ou elitista. Situam-se aqui ultraconservadores, fundamentalistas, fascistas de todos os tipos, neonazistas, nacional-bolcheviques, baathistas, adeptos da "terceira posição", wahabistas, salafistas, nacional-anarquistas e muitos outros.

O critério das afiliações internacionais pouco afeta a extrema-direita, pois o nacionalismo extremo é uma de suas características marcantes. Poucas são as organizações internacionais como a Aliança pela Paz e Liberdade e a

Aliança dos Movimentos Nacionais Europeus, restritas à União Europeia. Somente uma comparação direta entre partidos poderia avançar em critérios comuns.

Pode-se dizer, entretanto, que são de extrema-direita partidos como o Partido Popular da Reconstrução (PPR) argentino, a Alternativa para a Alemanha e o Partido Nacional-Democrata da Alemanha, a Frente Nacional britânica, o Partido Estadunidense da Liberdade, o Partido da Liberdade da Áustria, a Frente para a Estabilidade da Revolução Islâmica do Irã, o Partido Comunitário Nacional-Europeu (PCN) da Bélgica, os partidos CasaPound Italia e Força Nova (FN) e o Movimento Social Flama Tricolor italianos, o Hamas palestino, o Eretz Yisrael Shelanu e o Otzma Yehudit israelenses, o Movimento Nacional-Socialista da Dinamarca, a Aurora Dourada na Grécia.

O centro, a centro-esquerda, a centro-direita

Entre esquerda e direita equilibra-se o *centro*. Trata-se de um lugar político fluido, maleável segundo as circunstâncias, onde proliferam posturas conciliatórias, ideologicamente ecléticas pretensamente "pragmáticas" e "dialógicas". Sob tal máscara de "equilíbrio" e "moderação" esconde-se a manutenção do *sistema*, do *status quo*; a "conciliação" e o "diálogo" se dão apenas entre quem já participa do jogo político institucional, sendo rara e excepcional as organizações politicas centristas defenderem a abertura do "jogo político" à participação de sujeitos que dele se encontrem excluídos, impedidos ou bloqueados — salvo, claro, se tal abertura se der por meio de seus próprios quadros e instituições, fortalecendo-as portanto.

Nas oligarquias liberais a que na atualidade fomos acostumados a chamar de *democracias*, o *centrismo* é a política adotada seja por alas e frações dos partidos de esquerda e direita, seja por partidos mais bem acomodados neste lugar político que nos dois lugares tradicionalmente opositores. Um critério de avaliação da localização dos partidos de centro no espaço político global é a participação na Internacional Democrata Centrista (IDC), integrada por partidos como a União Democrata Cristã (UDC) da Alemanha, o Fine Gael irlandês, os Republicanos da França, o Partido Con-

servador Colombiano (PCC), o Partido Justicialista (PJ) e o Partido Democrata Cristão (PDC) da Argentina, os Democratas (DEM) e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) do Brasil.

A *centro-esquerda* é o agrupamento de partidos políticos que buscam reduzir a desigualdade social sem eliminá-la de todo. Trabalham em meio ao sistema estabelecido para melhorar a justiça social. Defendem pautas como a tributação progressiva, a proibição ao trabalho infantil, estabelecimento de um salário mínimo e de legislação trabalhista e outras medidas características do chamado *estado de bem-estar social.* Encontram-se aqui os social-democratas, os progressistas, os trabalhistas e alguns socialistas democráticos, assim como a esquerda cristã e alguns ambientalistas.

Um critério de avaliação da localização dos partidos de centro-esquerda no espaço político global é a participação na Internacional Socialista, herdeira política da II Internacional, integrada por partidos como a União Cívica Radical (UCR) e o Partido Socialista (PS) da Argentina, o Partido Liberal Colombiano, o Partido Socialista francês, o Movimento Socialista Pan-helênico (PASOK), a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) da Nicarágua, o Fatah palestino, o Partido Socialista português, o Partido Socialista do Uruguai e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Brasil.

Saíram da Internacional Socialista vários partidos que em 2013 fundaram a Aliança Progressista, integrada hoje por partidos como o Movimento ao Socialismo (MAS) boliviano, o Partido Social-Democrata da Alemanha, o Congresso Nacional Indiano, o Partido Trabalhista Israelense (HaAvoda) e o Meretz de Israel, o Partido Trabalhista da Holanda, o Partido Socialista Europeu, a Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas atuante no Europarlamento, o Partido Democrata dos EUA, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) no Brasil.

A *centro-direita* é o agrupamento de partidos políticos que buscam compensar de algum modo as desigualdades sociais existentes sem reduzi-las. Defendem que sociedades democráticas garantam aos indivíduos as liberdades políticas e pessoais, igualdade de oportunidades e de desenvolvi-

mento econômico sob o império da lei e dos direitos humanos de primeira geração, pautas comuns ao *liberalismo político clássico* — nem sempre coincidente com o *liberalismo econômico*.

Um critério de avaliação da localização dos partidos de centro-direita no espaço político global é a participação na União Internacional Democrata (UID), integrada por partidos como a União Democrata Cristã (UDC) da Alemanha, a Proposta Republicana (PRO) da Argentina, o Kuomintang taiwanês, o Partido Popular Austríaco, o Partido Conservador da Noruega, o Partido Progressista sérvio, o Partido Republicano estadunidense, o Partido Conservador britânico, o Partido do Povo Indiano e os Democratas (DEM) do Brasil.

Ressalvas e cuidados na classificação

Nenhuma destas posições é absoluta. Indivíduos dentro de partidos podem ter práticas diametralmente opostas ao posicionamento da organização que integra em meio ao espaço político. De igual modo, partidos podem conter em seus programas e práticas elementos de esquerda e de direita. Adicionalmente, embora as ideologias políticas permaneçam relativamente estáveis no campo político, os partidos que as adotam costumam mudar de posição ao longo do tempo.

Tendo como base o fato de os partidos políticos serem organizações voltadas à tomada de poder de Estado por vias eleitorais ou revolucionárias, é a comparação entre as propostas e práticas dos partidos nos diferentes sistemas políticos atualmente existentes que permite colocá-los num ou noutro lugar do espaço político.

Todas dependem de comparação com outros partidos do mesmo sistema político, ou com outros sistemas. Salvo no caso das tendências e organizações políticas internacionalistas, que defendem variações da mesma política em contextos nacionais distintos, dificilmente se pode comparar a esquerda do sistema político de um país com a de outro, e o mesmo vale para a direita.

O espaço político brasileiro

Partidos de âmbito nacional num país de dimensões continentais, de economia muito diversificada, onde capitalistas empregam variadíssimas formas de extração da mais-valia de uma classe trabalhadora com composição étnica bastante diversificada etc. apresentam um enorme desafio às análises que tendem a simplificá-los.

Um exemplo: apesar do que comumente se diz na esquerda com grandes doses de exagero, DEM e PSDB estão muito longe de serem partidos fascistas. Representam variados matizes da tecnocracia e diferentes inserções na estrutura produtiva dos tecnocratas que os integram, e para complicar ainda mais a situação os vários "partidos" dentro deles respondem a diferentes bases econômicas regionais, estaduais e locais. Para complicar ainda mais a situação, o sistema eleitoral brasileiro permite alianças diversificadas nos diversos níveis da estrutura federativa brasileira.

Trouxa II (alusivo a Artur Barrio), *de Fábio Magalhães (2013)*

É este o grande equívoco das simplificações excessivas do espaço político brasileiro, tal como a operada por André Singer no "*intermezzo* histórico"

de *O lulismo em crise*. Ele já se equivocara antes em *Os sentidos do lulismo* ao usar os "pobres" num esquema analítico de corte marxista originalmente talhado para a classe trabalhadora francesa do século XIX; falhou agora ao não considerar as diversas escalas em sua tentativa de estabelecer o PT como o "partido dos pobres", o PSDB como o "partido da classe média" e o PMDB como o "partido do interior". Sua análise, como a da vasta maioria dos cientistas políticos brasileiros, leva em conta principalmente as eleições presidenciais, secundarizando as eleições para o Congresso Nacional e ignorando solenemente as eleições estaduais e municipais, lá onde as certezas das eleições federais embaralham-se no cipoal das alianças e coligações "heterodoxas". Singer falha igualmente por considerar o "urbano" e o "rural" como universos infensos a mudanças desde a década de 1940, mantendo intacta a equação uspiana/cebrapiana entre "rural" e "atraso", de um lado, e "urbano" e "modernidade", de outro; é precisamente a dialética marxista que anima suas pesquisas quem ensina existir "atraso" e "modernidade" tanto no campo quanto nas cidades, e que uma não sobrevive sem a outra. Infelizmente, o interessante e necessário cruzamento da expressão política das diferentes classes sociais nas três escalas federativas não cabe neste capítulo.

A tabela 1 apresenta uma tentativa de localização dos partidos brasileiros atualmente existentes no espaço político, assim como o número de eleitores filiados em cada um deles. Como qualquer classificação similar, não pode ser tida como definitiva, nem representa qualquer opinião "científica" ou "neutra"; trata-se de uma classificação por meio de autodeclaração nos *sites* de cada partido (quando possível) e por meio do posicionamento de tais partidos pela imprensa.

Tabela 1. Localização dos atuais partidos brasileiros no espaço político e número de filiados

Partido	Filiados	Participação no total de eleitores filiados
Extrema-esquerda	185.513	1,10%
PSTU	17.142	0,10%
PCB	14.718	0,09%
PCO	3.738	0,02%
PSOL	149.915	0,89%
Esquerda	2.864.309	17,05%

PT	1.589.377	9,46%
PMN	221.183	1,32%
PSB	656.411	3,91%
PCdoB	397.338	2,37%
Centro-esquerda	2.741.640	16,32%
PDT	1.257.080	7,48%
REDE	23.936	0,14%
PPS	482.141	2,87%
PV	376.942	2,24%
PRP	250.891	1,49%
PPL	40.454	0,24%
SD	212.478	1,26%
PROS	97.718	0,58%
Centro	4.267.066	25,40%
PTB	1.191.886	7,09%
MDB	2.394.547	14,25%
PODE	167.041	0,99%
PSD	326.320	1,94%
AVANTE	187.272	1,11%
Centro-direita	4.206.524	25,04%
PRB	396.796	2,36%
PR	797.396	4,75%
DEM	1.094.162	6,51%
PHS	215.173	1,28%
PMB	42.619	0,25%
PTC	199.420	1,19%
PSDB	1.460.958	8,70%
Direita	2.153.829	12,82%
PP	1.444.264	8,60%
PSC	423.418	2,52%
DC	187.318	1,12%
NOVO	19.026	0,11%
PATRI	79.803	0,48%
Extrema-direita	380.357	2,26%
PRTB	138.901	0,83%
PSL	241.456	1,44%
Total	16.799.238	100,00%

Fontes: TSE, sites dos respectivos partidos, *O Globo*, *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *A Tarde*, *Correio 24h*, *O Popular*, *Correio Brasiliense* e outros.

Centro-direita e centro-esquerda podem ser agrupadas junto ao centro, como o fez André Singer em outras oportunidades; isto resultaria na alocação de 66,76% dos eleitores filiados num "centro ampliado" e no compartilhamento do mesmo campo por notórios adversários como PT e PCdoB, de um lado, e PSDB e DEM, do outro. Diferentemente, centro-esquerda e centro-direita podem ser agrupados junto à esquerda e extrema-esquerda, de um lado, e à direita e extrema-direita, de outro; este método corresponde mais à realidade e resulta numa alocação de 40,12% do eleitorado filiado a partidos numa "direita ampliada" que vai da extrema-direita à centro-direita, de 25,40% num "centro puro" que se alia à esquerda e à direita ao sabor das circunstâncias e de 34,47% numa "esquerda ampliada" que engloba desde a extrema-esquerda até a centro-esquerda. Numa hipotética situação de extremos, a aliança da "direita ampliada" com o "centro puro" resultaria na alocação de 65,52% do eleitorado filiado num campo "conservador"; de outro lado, uma hipotética aliança da "esquerda ampliada" com o "centro puro" resultaria na alocação de 59,87% do eleitorado filiado a partidos num campo "progressista".

Onde moram os devaneios?*, de Fábio Magalhães (2013)*

O número de eleitores filiados não reflete de modo algum os resultados eleitorais. Como se sabe, o comportamento eleitoral no Brasil é menos determinado por fidelidades partidárias que pela identificação muito lata de eleitores entre a "esquerda ampliada" e a "direita ampliada", de um lado, e de outro pela avaliação utilitária e pragmática do voto (sem qualquer conotação pejorativa no uso destes dois adjetivos) em meio às alternativas que se apresentam a cada nova eleição. Adicionalmente, o número de filiados não varia apenas em função do alinhamento ideológico, pois há oportunidades em que os partidos são "inflados" por alguns de seus chefes para fazer número nas convenções internas e processos eleitorais para a direção dos partidos. Há ondas de filiação estritamente determinadas pelas conveniências eleitorais, em especial quando se pretende beneficiar da popularidade momentânea de um candidato (p. ex., o que acontece com o PSL depois da filiação de Jair Bolsonaro). Pode acontecer também um aumento no número de filiados para aumentar o caixa partidário. Com todas estas ressalvas, a distribuição de eleitores filiados aos partidos expressa, sem embargo, uma situação conjuntural em que os partidos da "direita ampliada" são mais procurados que os da "esquerda ampliada" por eleitores que pretendem de algum modo engajar-se na política partidária — é este o fenômeno que deve ser compreendido para entender os rumos da política atual, em especial no que diz respeito à juventude (ver reportagens a este respeito aqui, aqui, aqui e especialmente aqui); entender a conjuntura olhando apenas para a extrema-esquerda é pura miopia.

Este espaço político é estruturado, arranjado e permeado pelas pautas, demandas, interesses e propostas surgidas em meio aos conflitos e lutas sociais característicos da formação social brasileira. Daqui por diante, na parte seguinte deste ensaio, se verá mais especificamente como se forma neste espaço político um campo sensível aos temas do populismo e do fascismo, estruturado num eixo *endógeno* e num eixo *exógeno*.

Capítulo 7

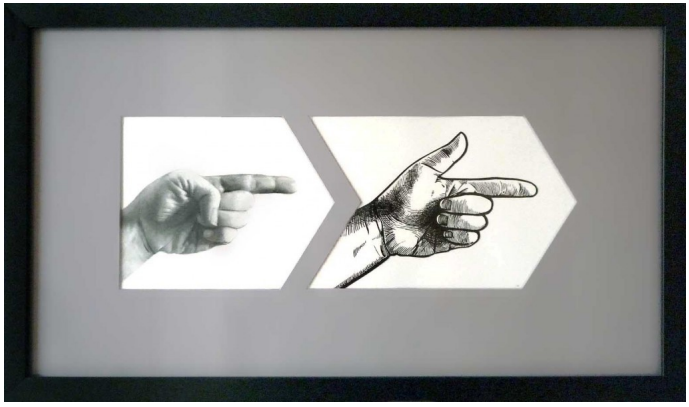
Os eixos exógenos do fascismo

Depois de ver no segundo capítulo como o contexto internacional posterior à crise de 2008-2011 criou condições para a eclosão ou fortalecimento de movimentos populistas, fascistas e para-fascistas; depois de ver no terceiro capítulo como um setor em meio aos capitalistas brasileiros conseguiu usar a exportação de capitais para sobreviver à crise econômica iniciada em 2011 e à crise recessiva de 2014-2016, condenando os demais a enredar-se numa teia de problemas; depois de ver no quarto e no quinto capítulos como os capitalistas fizeram no Brasil para lançar sobre os trabalhadores a conta de suas crises; depois de ver no sexto capítulo como se estrutura o espaço político-partidário brasileiro; agora é hora de ver como tudo isto se entremeou com as tendências de longo prazo da formação social brasileira para oportunizar a eclosão de novos movimentos sociais de extrema-direita, como suas temáticas ressoam pela sociedade, como abrem um campo de oportunidades para o populismo e o fascismo.

É preciso começar analisando que fatores *exteriores* a um movimento fascista propriamente dito podem tê-lo gestado. É a isto que chamo – empregando a metodologia de João Bernardo para análise do fascismo – de *eixo exógeno*.

O primeiro e mais clássico elemento deste eixo são as *forças militares e paramilitares*.

Via de regra quem fala em forças paramilitares e milícias quanto ao fascismo clássico refere-se aos *squadristi* italianos ou aos *Sturmabteilung* alemães, reservando ao eixo exógeno apenas as *forças armadas*; ocorre que hoje as forças armadas encontram-se em posição numericamente inferior à das *forças privadas de segurança*, que por isto, pelo exercício de funções profissionais desvinculadas da orientação por parte de organizações políticas e pela legalidade de sua atuação, devem ser agregadas às forças armadas. Unem-nas certa ética e mística da guerra, da força e da violência; o disciplinamento de trabalhadores; a circulação de pessoas entre seus quadros e o compartilhamento de técnicas. Estes elementos militares e paramilitares da sociedade brasileira serão analisados quanto à sua evolução, funcionamento, formas de mobilização interna e recrutamento e ideologia.



Escalation*, de Julie Meridian (2015)*

Mas ora, muitos dos temas e práticas das forças militares e paramilitares encontram-se também no *crime organizado.* Para piorar, não são poucas as organizações criminosas que funcionam em moldes similares aos de uma empresa lícita, regular e legal, com livros-caixa, anotações e apontamentos bastante complexos, registros de estoque etc. Por isto mesmo, o crime organizado será enquadrado aqui como parte das forças militares e paramilitares.

O segundo elemento deste eixo é o *fundamentalismo religioso*. Não se trata, como no fascismo clássico, do *conservadorismo católico* e suas

raízes *ultramontanas*. No contexto brasileiro, é isto e mais. Há os adeptos da *teologia da prosperidade*, com seu elemento disciplinador da força de trabalho. Há o *conservadorismo moral* a agregar num só bloco os fundamentalistas em meio aos católicos, protestantes históricos, pentecostais e neopentecostais. Há as *formas de organização das igrejas pentecostais e neopentecostais*, muito mais flexíveis que a hierarquia católica, favorecedoras de uma expansão aceleradíssima das igrejas protestantes. Ressalte-se aos leitores desatentos que os aspectos puramente *teológicos* e *místicos* não interessam a esta análise; o fundamentalismo religioso interessa apenas em seus *efeitos sociais,* ou seja, interessa menos a "verdade" ou a "falsidade" de tal ou qual escola teológica que o fato de determinados comportamentos sociais encontrarem nela sua justificação.

Em seguida, há o *eixo endógeno*, ou seja, as organizações e instituições onde atuam os fascistas, onde eles encontram expressão política própria, onde agregam seus quadros.

O elemento mais tradicional, comentado e esperado neste eixo são os *partidos e milícias fascistas*, inexistentes na atual conjuntura nos mesmos moldes em que existiram no passado. Em especial no caso brasileiro, apesar de haver pequenas organizações assumidamente fascistas, o que há são *movimentos difusos.*

Outro elemento tradicional deste eixo são os *sindicatos*. Os temas do fascismo clássico foram também desenvolvidos em meio a certas vertentes muito específicas do sindicalismo revolucionário na França e na Itália, nomeadamente os seguidores de Georges Sorel, Édouard Berth, Hubert Lagardelle, Gustave Hervé, Georges Valois, Arturo Labriola, Angelo Oliviero Olivetti, Filippo Corridoni, Sergio Panunzio, do grupo La Lupa, do Fascio Rivoluzionario d'Azione Internazionalista, do Cercle Proudhon etc. Não tanto pelo fato de serem sindicalistas, mas pelo fato de o sindicalismo (aqui entendido de forma muito lata) ser a fração mais significativa dos *movimentos anticapitalistas* dos primeiros anos do século XX. Não tanto pelo corpo da doutrina sindicalista revolucionária, mas pela convergência em meio a ela de temas próprios do movimento operário com

o *nacionalismo*, o *elitismo,* o *antiintelectualismo*, o *voluntarismo heroico* e outros.

Ora, vistas as coisas cem anos depois é preciso ter em conta a *circulação do mesmo ideário em meio aos movimentos anticapitalistas atuais*. Ou seja: de que forma, por que meios os temas mais característicos da direita circulam nos meios de esquerda, nos meios anticapitalistas?

Este capítulo do ensaio iniciará a análise dos elementos integrantes do *eixo exógeno* do fascismo à brasileira.

Eixo exógeno: forças armadas, forças auxiliares, forças privadas de segurança, crime organizado

Forças armadas e auxiliares

No contexto brasileiro, por força de definição constitucional, existem tanto as *forças armadas* que se reconhece facilmente no Exército, Marinha e Aeronáutica (CF, art. 142) quanto as *forças auxiliares* representadas pelas polícias militares e corpos de bombeiros militares estaduais, que também são reserva do Exército (CF, art. 144, § 2º). Além disto, há que se considerar a formação de um corpo de *reservistas* pelo contingente que concluiu o serviço militar obrigatório, pelos oficiais formados nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR) e pelos cerca de 230 *tiros de guerra* existentes em cidades de porte pequeno e médio. Para que se entenda o papel desempenhado pelas forças armadas e auxiliares no desenvolvimento de tendências conservadoras e fascistas na sociedade brasileira, é preciso compreender o desenvolvimento histórico de seus métodos de *recrutamento* e de *disciplina interna*, pois são estes dois elementos os traços definidores das forças armadas não a partir de seu óbvio papel bélico, mas de suas funções de *formação da força de trabalho*.

Em tempos passados, no Brasil como alhures, foi comum o *recrutamento forçado* para as forças armadas. Qualificar como *forçado* o recrutamento não é nenhum exagero: até aproximadamente o século XIX, homens eram literalmente *sequestrados* por oficiais de recrutamento para servir nas forças

armadas, sequestro este que se dava tanto em instituições penais (delegacias, cadeias, presídios, calabouços etc.) quanto em áreas urbanas e rurais onde os oficiais de recrutamento reconheciam de antemão a frequência por indivíduos "indesejáveis" que eram capturados para conscrição. Via de regra havia uma série de *isenções* neste modelo, pelas quais determinadas profissões, classes sociais, grupos etários etc. eram retirados da mira dos recrutadores; havia, de igual maneira, o instituto da *substituição*, pelo qual o serviço militar poderia ser prestado por algum tipo de substituto (alguém pago por indivíduos ricos para prestar o serviço em seu lugar; escravos enviados para as guerras no lugar de seus senhores etc.) ou era diretamente substituído por uma quantia em dinheiro mediante a qual indivíduos abastados compravam sua isenção. Os muitos nomes pelos quais o fenômeno foi identificado em várias línguas (*impressment*, *presse, levy, levée, leva*, *servizio di leva, värnplikt, voinskaja objazannost* etc.) testemunham tanto sua ubiquidade quanto a circulação de práticas semelhantes.

No caso brasileiro, as *Instruções* implementadas pela Decisão nº 67 de Ministério da Guerra, de 10 de julho de 1822 permaneceram em vigor até 1874, quando foi revogada pela *Lei 2.556*, de 26 de setembro de 1874. O caráter disciplinar do recrutamento é explícito. A exposição de motivos da Decisão 67 reconhece a "necessidade de um mais activo Recrutamento, que, sem detrimento das Artes, e Navegação, Commercio, e Agricultura, fontes da prosperidade publica, comprehenda os indivíduos, que por nenhuma publica occupação, ou legal industria, viveiros de criminosa occiosidade, só lhes servem de impedimento", em todos os casos "enquanto praticarem seus ofícios e demonstrarem bom comportamento". A mensagem era muito evidente: homens que não trabalhassem, que não obedecessem às autoridades e não vendessem sua força de trabalho ou se alistassem na Guarda Nacional (que funcionava como reserva) seriam recrutados – nem se adjetivava o recrutamento como *forçado*, pois na época este substantivo já continha implicitamente o caráter compulsório, mesmo violento do recrutamento. A Decisão 67 foi complementada por um decreto, de 20 de novembro de 1835, que estabeleceu quinze dias do ano em que cidadãos

poderiam se voluntariar ao Exército com algumas vantagens, e manteve para o resto do ano o recrutamento forçado, orientando que qualquer recrutado por este método "será conduzido preso ao quartel, e nelle conservado em segurança, até que a disciplina o constitua em estado de se lhe facultar maior liberdade".

Cause and Effect, dimension*, de Linda Lighton (2012)*

Estavam sujeitos ao recrutamento pelas instruções da Decisão nº 67 "todos os homens brancos solteiros, e ainda pardos libertos de idade de 18 a 35 annos", desde que não se enquadrassem em algumas exceções: "caixeiros de lojas de bebidas, e Tabernas, sendo solteiros, e de idade até 35 annos"; "milicianos impropriamente alistados, e que não estiverem fardados, ou não subsistirem de uma honesta, e legal industria"; "homens casados"; "o irmão de orphãos, que tiver a seu cargo a subsbtencia, e educação delles"; "o filho unico de lavrador, ou um á sua escolha, quando houver mais de um, cultivando terras ou proprias, ou aforadas, ou arrendadas"; "filho único de viu-

vas"; "o feitor, ou administrador de fazendas com mais de sei:l escravos, ou plantação, ou de criação, ou de olaria"; "tropeiros, boiadeiros, os mestres de officios com loja aberta, pedreiros, carpinteiros, canteiros, pescadores de qual discrição, uma vez que exercitem os seus officios effectivamente e tenham bom comportamento"; "marinheiros, grumetes, e moços, que se acharem embarcados, ou matriculados"; "arraes, effectivos de barcos de conduzir mantimentos, ou outros generos"; três caixeiros "nas casas de commercio de grosso trato", dois "nas de segunda ordem" e um "nas de pequena"; por fim, "estudantes que apresentarem attestados dos respectivos professores, que certifiquem a sua applicação, e aproveitamento".

A legislação imperial posterior mostra a dinâmica da luta de classes durante o Império. Os oficiais eram recrutados não por meio dos sequestros, mas de instituições como o *cadetismo*, pelo qual só seriam admitidos ao oficialato aqueles que pudessem provar ancestralidade nobre "de quatro costados" (ou seja, que tinha avós nobres), critério alargado entre 1809 e 1820 por medidas habilitadoras dos filhos de oficiais aos quadros do oficialato; ou como os *soldados particulares*, que permitiam o acesso ao oficialato de filhos da "nobreza civil" (os doutores em leis e medicina, ou os comerciantes "de grosso trato" e demais indivíduos abastados). Com o tempo, novas legislações foram instituindo novas isenções aos mais bem situados na estrutura social, como a possibilidade de isentar-se ao serviço militar por meio de substituições ou da compra de exempções. A proibição do recrutamento de filhos únicos de viúvas era praticamente inócua em cidades como Salvador, onde apenas pequena proporção da população era casada "de papel passado" na igreja católica, via de regra os mais bem posicionados na sociedade escravista. Os *negros livres*, que de início estavam isentos do recrutamento, foram nele incluídos pela Decisão nº 560 do Ministério da Guerra, de 3 de novembro de 1837 por uma artimanha semântica simples: os recrutadores foram orientados a "não excluir do recrutamento os pretos crioulos, visto que a Lei não os exclue" – mas, como visto, também não os incluía. Mais do que um sentido hermenêutico, importa saber que, não por acaso, em 1837 ocorreu a Sabinada, e dois anos antes, em 1835, a repressão à Revolta

dos Malês pôs fim a um ciclo de revoltas de negros escravizados, mas estourou no Grão-Pará a Cabanagem, onde os negros livres e aquilombados tiveram papel decisivo; o recrutamento servia para retirar de circulação os "criminosos" e "desordeiros" quando a simples perseguição penal não o conseguia; o recrutamento pós-Sabinada, por exemplo, resultou no sequestro de cerca de mil rebeldes para as forças armadas no Rio de Janeiro imediatamente após o esmagamento da revolta, e também centenas de outros encontrados em fuga nos municípios baianos nos meses que se seguiram, ao ponto de o juiz de uma destas localidades reclamar da escassez de algemas para lidar com os recrutados.

O sistema de recrutamento forçado era característico das sociedades do *ancien régime*, das monarquias absolutas e de seus resquícios feudais. Sua estrutura rígida, nobiliárquica, baseada em conscrições forçadas e na capacidade dos aristocratas de manter grandes exércitos regulares às suas próprias custas como sinal de poder, foi sendo substituída pelos chamados *exércitos nacionais*, constituídos pelo recrutamento por conscrição universal ou por sorteio entre cidadãos alistados (no sentido mais forte do termo, ou seja, "postos numa lista"). Foi apenas a gradual implementação do *Krümpersystem* criado pelos generais prussianos Gerhard von Scharnhorst e August von Gneisenau para o exército prussiano na primeira década do século XIX que marcou a substituição do sistema de recrutamento forçado pelo da alternância entre militares da ativa e da reserva, pelo sistema de conscrição universal por sorteio e pela disciplina sem uso de castigos corporais. No caso brasileiro, a Lei 2.556 já referida foi uma tentativa de instituir um sistema combinado de voluntariado e sorteio de alistados para a formação das forças da ativa, mas, além de haver permanecido na própria lei o jogo de isenções, substituições e compra de exempções, o alistamento foi deixado a cargo de juntas paroquiais presididas pelos juízes de paz e completadas pelo padre e pelo delegado de cada freguesia – justamente quem pretendia se livrar dos "criminosos", "desordeiros" e "indesejáveis" de sempre; como o sorteio só colhia aqueles a quem a junta alistara, o número de conscritos apresentados pelas paróquias via de regra mantinha-se inferior ao exigido pelas leis de mobilização militar, e o recrutamento forçado era empregue para suprir as vagas restantes.

Mesmo a Lei 1.860, de 4 de janeiro de 1908, que instituiu ainda outra vez o sistema de sorteio de alistados e aboliu o recrutamento forçado, demorou para pegar. Houve resistência encarniçada ao sorteio militar, tanto por parte da Confederação Operária Brasileira (COB) quanto da Liga Antimilitarista Brasileira, por parte dos trabalhadores, quanto, do lado dos gestores e burgueses, pelo Apostolado Positivista do Brasil; tipifica bem esta oposição uma representação contra o sorteio movida ao Congresso brasileiro em 1907 pela Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro por afirmar que "desorganiza de um modo radical as classes produtoras do país" – decerto por acabar com as muitas isenções profissionais e instituir a obrigatoriedade do alistamento para todos os cidadãos, não apenas para os "indesejáveis". Apesar da promulgação da lei, em muitos relatórios ministeriais da Primeira República brasileira vê-se, nas estatísticas, uma fonte de recrutamento indicada como "outra", que chegou a responder por 50% do recrutamento para a Marinha em 1920 (contra 12,48% de voluntários e 37,51% de recrutados nas escolas de aprendizes navais): trata-se da permanência do recrutamento forçado. Ainda em 1913, Estêvão Leitão de Carvalho afirmou num artigo publicado numa revista de militares reformadores que as principais fontes de recrutamento eram: a) os nordestinos afugentados pelas secas; b) os desocupados das grandes cidades que procuravam o serviço militar como emprego; c) os criminosos mandados pela Polícia; d) os inaptos para o trabalho ("O voluntariado do Exército". *A Defesa Nacional*, vol. I, nº 2, nov. 1913, pp. 40-43). Num tal ambiente, não é de espantar a constância da violência disciplinar, e também os comportamentos rebeldes. Conquanto a Lei 2.556 tenha abolido os castigos físicos em 1874, fê-lo somente no Exército, deixando a Marinha livre de tais restrições até a Revolta da Chibata em 1910; para piorar, sequer no Exército tais castigos foram extintos pela lei, perdurando ainda por algumas décadas. Brigas, roubos e bebedeiras eram rotina entre os militares fora e dentro dos quarteis, e a população aterrorizada via o recrutamento com verdadeiro horror, receando integrar os quadros das forças armadas.

É na década de 1910 que um grupo de oficiais treinados na Alemanha en-

tre 1906 e 1912, ironicamente chamados de "jovens turcos", faz intensa campanha pela reforma das forças armadas; Olavo Bilac, tido como "patrono do serviço militar" pela intensa campanha que fez em prol da conscrição por sorteio, foi apenas um entre muitos dos convencidos pelos "jovens turcos" a mobilizar-se em prol da reforma das forças armadas. Conseguem pautar eficazmente a retirada das autoridades civis de todo o controle sobre o alistamento, transferindo-o para o Exército e eliminando o recrutamento forçado. Em 1916, depois de muita polêmica e da ação incisiva da COB (cujo congresso de 1913 reforçara a luta antimilitarista), foi realizado o primeiro sorteio nacional de cidadãos alistados; a rejeição era tão grande que houve quem impetrasse *habeas corpus* para se livrar da conscrição, sem sucesso. Em 1918 foi instituída a obrigatoriedade da apresentação da carteira de reservista para a posse em cargos públicos, estendida em 1945 à expedição de identidade e passaporte e ao acesso à Justiça do Trabalho. No mesmo ano foi extinta a velha Guarda Nacional, e também reorganizada a Confederação Brasileira do Tiro, fundada em 1896 e posta agora sob controle do Exército com o novo nome de Confederação do Tiro de Guerra, origem dos atuais "tiros de guerra". A formação de militares, que se dera na escola militar da Praia Vermelha (1858-1904) num clima muito mais acadêmico e de formação de doutores burocratas que propriamente bélico, foi transferida primeiro para a Escola de Guerra de Porto Alegre (1906-1910) e depois, definitivamente, para a escola do Realengo (1913-1944), cujo acesso se dava por meio de testes públicos de admissão; ainda que o positivismo houvesse sido paulatinamente extirpado das escolas militares desde 1904, o ideal de um oficialato "profissional e apolítico" imposto pelo regimento interno de 1913 cedo enfrentaria a oposição daquele do *soldado-cidadão* que fez a cabeça da geração tenentista, responsável por tantos e quantos levantes propriamente militares ou pela participação intensa do oficialato na política brasileira durante a maior parte do século XX. Foi o sistema de sorteio, afinal, quem substituiu o recrutamento forçado, com algumas variações impostas pelo Decreto 12.790, de 2 de janeiro de 1918; pelo Decreto 14.397, de 9 de outubro de 1920; pelo e pelo Decreto-lei 1.187, de 4 de abril de 1939. O regime vigeu até 1945, quando o Decreto-lei 7.343 substituiu-o pelo regime de *convocação geral*. É este o sistema de recrutamento que segue atualmente

em vigor, guardadas algumas especificidades próprias a cada regime constitucional e algumas reformas importantes instituídas pelo Decreto-lei 9.500, de 24 de julho de 1946 e pela Lei 4.375, de 17 de agosto de 1964.

Love and War: The Ammunition*, de Linda Lighton (2004)*

As forças armadas cumprem hoje funções outras além da pura repressão armada e do disciplinamento brutal dos trabalhadores mais rebeldes, ainda mais quando desde a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial as forças armadas dedicam-se ou ao apoio às forças de paz da ONU (Suez, Timor Leste, Moçambique, Angola, Haiti), ou ao combate a "inimigos internos" (em especial no caso das guerrilhas do Vale do Ribeira, do Caparaó e do Araguaia e no apoio as operações de garantia da lei e da ordem (GLO) e intervenções). A rarefação dos engajamentos militares brasileiros dissolveu ainda outra clivagem anteriormente existente nas forças armadas: aquela entre os oficiais formados nas escolas militares (os "doutores") e os oficiais alçados aos postos superiores por promoções de combate, via de regra pouco cultos (os "tarimbeiros").

Ainda no que diz respeito ao recrutamento, as forças armadas brasileiras seguem uma tendência internacional: a de *voluntariato do serviço militar*. Mesmo que a Estratégia Nacional de Defesa, publicada em 2008 e revista

em 2012, mantenha a obrigatoriedade do serviço militar, o número de vagas disponíveis para novos recrutas é muito maior que o de jovens a se apresentar nas juntas de serviço militar nos períodos de alistamento; em 2013, dados do Ministério da Defesa apontavam que, no Brasil, são alistados por ano para o serviço militar cerca de dois milhões de jovens, dos quais 600 mil eram designados para a segunda fase e somente 200 mil chegavam, efetivamente, ao serviço militar. O processo seletivo para estas vagas é, portanto, rigoroso, levando a *meios informais de seleção*. Nos municípios maiores, por exemplo, onde costuma haver muito excesso de contingente, basta a um jovem apresentar ao médico qualquer doença para escapar do serviço militar por questões de saúde. Em municípios de regiões metropolitanas onde não está instituído o tiro de guerra, basta arrumar um comprovante de residência de um "parente" para ser enquadrado no excesso de contingente, jurar a bandeira no mesmo dia e pegar o certificado de reservista em uma semana. Há muitíssimos outros meios, tantos quantos as possibilidades de momento e as brechas legais permitam. Por tais expedientes, os candidatos remanescentes – que *ainda* são superiores em número à quantidade de vagas – são apenas aqueles que *realmente desejam* prestar o serviço militar, e a seleção vai-se dando apenas entre aqueles que *realmente desejam* ser aprovados. Deste modo, de legalmente obrigatório como ainda é, o serviço militar passa, por meios informais, a ser *voluntário*.

E quem são os jovens que *realmente desejam* prestar o serviço militar? Neste aspecto, as forças armadas brasileiras seguem ainda outra tendência internacional: a de *separação marcante entre as origens sociais de oficiais e praças*. A literatura internacional mais recente (ver aqui, por exemplo) indica que esta separação tem sido a regra. Na Grã-Bretanha, onde o serviço militar é voluntário, uma campanha publicitária recente das forças armadas tem sido acusada de focar seu público em jovens em situação de privação social e econômica, o que tanto pode ser interpretado como uma chance de mobilidade social ascendente aberta a estes jovens (e também a outros de estratos sociais diferentes) quanto como a oferta da carreira militar como a *única* chance que estes jovens terão na vida para melhor explorá-los num trabalho reconhecidamente perigoso e mal-remunerado (ver aqui e aqui). Nos EUA, onde o serviço militar é também voluntário, um estudo do ano

2000 demonstra estatisticamente a conclusão – um tanto óbvia, mas que precisava de algum nível empírico de confirmação – que as taxas de alistamento são mais baixas entre indivíduos com pais portadores de diploma universitário, altas notas e planos de custeio dos estudos universitários, enquanto as taxas de alistamento são mais altas entre afro-americanos, hispânicos e outras minorias étnicas e estratos mais economicamente vulneráveis da classe trabalhadora; antigo como seja, tal estudo corrobora a hipótese de outro estudo semelhante, desta vez tendo como base o alistamento militar estadunidense de 1972.

No caso brasileiro, embora a conscrição universal, formalmente, "nivele" a prestação do serviço militar obrigatório entre cidadãos de classes sociais distintas, os muitos meios informais de evitar o serviço militar são decerto mais acessíveis àqueles que possam usar de influência social, econômica e política para escapar à conscrição. De modo parecido, embora a seleção pública por meio de provas de aptidão seja o método de entrada para as escolas de oficiais como a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), o Instituto Militar de Engenharia (IME), o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), a Academia da Força Aérea (AFA) e a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), o altíssimo nível de dificuldade das provas cria um ponto de corte muito exigente, alcançado apenas pelos mais estudiosos e disciplinados, via de regra oriundos ou dos colégios militares, de escolas técnicas federais ou de escolar particulares, onde o investimento por estudante é maior e, portanto, melhores as condições para o pleno desenvolvimento intelectual. (Descontamos, evidentemente, os testes de aptidão física.) Este mecanismo, embora não determine a exclusão *absoluta* dos jovens trabalhadores que desejem ingressar no oficialato, impõe-lhes restrições muito grandes, superáveis apenas por esforços imensamente desproporcionais àqueles dos jovens filhos de burgueses e gestores que tiveram acesso a maiores investimentos escolares e familiares em sua formação.

Daí que seja, hoje, a face "*social*" das ações das forças armadas e auxiliares o que contribui para conquistar corações e mentes. Os quarteis, bem ou

mal, oferecem moradia, alimentação e salário a jovens trabalhadores, em especial para aqueles mais precarizados. Esta vocação das forças armadas como uma instituição promotora da mobilidade social ascendente, visível desde os tempos do Império e fortalecido pelas reformas republicanas e varguistas, ganha na atualidade contornos próprios.

Veja-se o Programa Soldado-Cidadão, iniciativa das forças armadas existente desde 2004 em todo o território do país que já envolveu quase 200 mil jovens; em resumo apertado, trata-se da oferta pelas forças armadas de "cursos em conformidade com a demanda do mercado de trabalho regional", onde as escolas técnicas e militares "são parceiras na capacitação dos jovens que estão deixando a farda para retornar à vida civil". Entre as áreas de qualificação disponibilizadas aos recrutas estão: telecomunicações, mecânica, alimentação, construção civil, artes gráficas, confecção, têxtil, eletricidade, comércio, comunicação, transportes, informática, vigilância, pintura e saúde.

Veja-se também a retomada do Projeto Rondon, criado em 1968 como forma assistencialista de extensão universitária para engajar jovens acadêmicos em causas assistenciais e retirá-los, assim, da esfera de influência das organizações opositoras à ditadura militar que tinham nas universidades um campo privilegiado de atuação. O projeto foi encerrado em 1989, mas retomado em 2005; já realizou 76 operações, em 1.142 municípios de 24 unidades da federação, com a participação de 2.170 instituições de ensino superior e 21.436 rondonistas (universitários e professores), alcançando cerca de 2 milhões de pessoas. Em 2016, 604 rondonistas desenvolveram ações em 29 municípios do Maranhão, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Espírito Santo.

Veja-se também o funcionamento dos *tiros de guerra.* Trata-se de um convênio entre as forças armadas, que fornecem instrutores (sargentos e subtenentes), material e farda, e prefeituras municipais, que fornecem as instalações; este convênio realiza-se por meio de um curso de quarenta semanas onde jovens em idade para alistamento militar aprendem elementos básicos da disciplina militar, têm aulas de tiro e de táticas militares (como o controle de distúrbios civis), recebem "palestras por conceituados membros da comunidade", realizam "visitas a entidades públicas e privadas, para co-

nhecimento das realizações e possibilidades do município em todos os campos de atividades", e são orientados a desenvolver "participação na vida comunitária, cooperando na instrução de ordem unida e educação física nos colégios, em competições esportivas, em ações cívico-sociais e outras julgadas necessárias". A disciplina nos tiros de guerra é parecida à de um quartel, embora os jovens permaneçam na sede apenas enquanto duram as aulas; o regime não é de internato, mas o de uma escola comum. Há tiros de guerra, alguns já centenários, em cidades brasileiras tão diversas quanto Arapiraca (AL), Manicoré (AM), Cachoeira (BA), Cruz das Almas (BA), Itabuna (BA), Jequié (BA), Juazeiro (BA), Santo Antônio de Jesus (BA), Valença (BA), Vitória da Conquista (BA), Aracati (CE), Aracaú (CE), Itapipoca (CE), Iporá (GO), Caxias (MA), Diamantina (MG), Frutal (MG), Governador Valadares (MG), Lavras (MG), Matozinhos (MG), Muriaé (MG), Oliveira (MG), São João Nepomuceno (MG), São Lourenço (MG), Alta Floresta (MT), Castanhal (PA), Pombal (PB), Parnaíba (PI), Bandeirante (PR), Campo Largo (PR), Cornélio Procópio (PR), Londrina (PR), Telêmaco Borba (PR), Barra Mansa (RJ), Nova Friburgo (RJ), Teresópolis (RJ), Brusque (SC), Caçador (SC), Joaçaba (SC), Estância (SE), Lagarto (SE), Araçatuba (SP), Araraquara (SP), Assis (SP), Bebedouro (SP), Capivari (SP), Catanduva (SP), Franca (SP), Itapetininga (SP), Itápolis (SP), Itatibá (SP), Mirassol (SP), Mogi das Cruzes (SP), Olímpia (SP), Peruíbe (SP), Piracicaba (SP), Presidente Prudente (SP), São Carlos (SP), São José dos Campos (SP), Sorocaba (SP), Vargem Grande do Sul (SP), Votuporanga (SP), Miracema (TO), Pedro Afonso (TO), Porto Nacional (TO). Em alguns casos, como no tiro de guerra de Sorocaba, a prefeitura inclui cursos profissionalizantes no conteúdo do curso. Por isto mesmo, não faltam prefeituras candidatando-se a conveniar a fundação de tiros de guerra, como as de Iúna (ES), Cajati (SP), Itupeva (SP); ter um tiro de guerra, para municípios de pequeno e médio porte, é como que um sinal de "progresso", de aproximação das instituições metropolitanas.

As forças armadas retomam, deste modo, seu papel clássico de formar novas gerações de trabalhadores, adaptando-o às exigências do momento.

Se a disciplina férrea foi instrumento para punição e "ressocialização" de "indesejáveis", ela é, hoje, meio para formação de gerações de trabalhadores cada vez "mais organizados", "mais disciplinados", "mais empreendedores" – em suma, *mais produtivos*. Para formar, em suma, *bons trabalhadores*, que permitam sua própria exploração e facilitem-na, eles próprios, ao máximo. Para formar novas gerações em moldes nacionalistas e "republicanos", com base num igualitarismo formal (de clara origem positivista) entre os "cidadãos" de classes distintas em meio à tropa e à sociedade.

Protótipo, *de Nika Cherelle (2012)*

Vem daí o problema? Não. A formação de trabalhadores pelas forças armadas cria condições ideológicas e práticas para o fascismo, mas não é, por si só, fascista. É preciso outros elementos. Alguns deles serão vistos adiante.

Forças privadas de "segurança"

Há que se ter atenção também ao crescimento das *empresas de segurança privada.*

Não se trata apenas do segurança que roda à noite de bicicleta em algumas comunidades, apitando para fazer notar sua presença. Não se trata ape-

nas do policial que usa seus tempos de folga trabalhando como segurança em hotéis, boates e restaurantes. Este é o modelo do segurança *informal*. Trata-se de setor importante, pois empresários do setor calculam que para cada profissional em situação regular, existem três clandestinos; mas para os propósitos deste ensaio é um setor difícil de se deixar capturar por estatísticas, o que torna-o de difícil análise. Ficaremos então com o setor *formal* da segurança privada, representado pelas empresas de segurança autorizadas pela Polícia Federal. É o que de mais próximo permite comparações com o setor informal.

Em primeiro lugar, é preciso desfazer um mito: o de que a segurança privada prospera quando aumenta a violência (ver um exemplo deste mito aqui). Isto pode ser uma causa muito remota para este crescimento, mas não é causa imediata, como se verá.

Segundo o *Atlas da Violência 2017* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Brasil registrou 59.080 homicídios em 2015, consolidando um aumento de patamar no indicador para perto de 60 mil assassinatos por ano. Entre 2005 e 2007 esse número ficava entre 48 mil e 50 mil. Alguns Estados do Norte e Nordeste, como Rio Grande do Norte, tiveram crescimento superior a 100% nas taxas de homicídio entre 2005 e 2015.

Num tal cenário, é de se esperar que cresçam ou o número de empresas de segurança, ou o número de trabalhadores contratados no setor. A tabela 1, retirada das estatísticas da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (FENAVIST), mostra a evolução no número de empresas.

Tabela 1. Empresas de segurança autorizadas pela Polícia Federal no Brasil

Ano	Empresas autorizadas pela PF	Variação
2002	1.386	—
2004	1.420	2,45%
2007	1.650	16,20%
2008	1.672	1,33%
2010	1.818	8,73%
2011	2.053	12,93%

2012	2.282	11,15%
2013	2.392	4,82%
2014	2.548	6,52%
2015	2.581	1,30%
2016	2.561	-0,77%

Fonte: *Estudo do Setor de Segurança Privada*, edições 2012 e 2016.

Por este números se vê que o número de empresas do setor aumenta bastante nos "anos de bonança", diminui o ritmo deste incremento nos anos de menor crescimento econômico e, nos anos de crise e recessão, viu seu crescimento diminuir o ritmo até que o número de empresas encolhesse em 2016.

A isto se deve somar a variação no número de trabalhadores contratados por estas empresas, visto na tabela 2.

Tabela 2. Trabalhadores contratados por empresas de segurança no Brasil

Ano	Trabalhadores contratados	Variação anual
2012	631.594	—
2013	645.637	2,22%
2014	654.899	1,43%
2015	631.028	-3,64%
2016	598.468	-5,16%

Fonte: *Estudo do Setor de Segurança Privada*, edição de 2017.

(Comparativamente, o pessoal da ativa na Marinha, na Aeronáutica e no Exército em 2010 era de cerca de 327 mil militares.)

O comportamento deste setor, no que diz respeito à contratação de trabalhadores, segue perfil semelhante ao de empresas de outros setores: redução nas contratações em tempos de crise. Reportagem do Valor publicada em 2016 indica outros detalhes da atividade empresarial: o preço cobrado pelas empresas de segurança leva em conta a quantidade de vigilantes contratados pelos clientes; mesmo assim, as empresas não conseguiram repassar integralmente aos clientes os reajustes salariais pagos aos funcionários. Enquanto a média do aumento salarial do vigilante em 2016 foi de 11,15%, no mesmo ano, o Índice Nacional de Preços ao Consumi-

dor (INPC) subiu 6,58%. Segundo o presidente da FENAVIST, Jefferson Furlan Nazário, "nos últimos cinco anos, o setor deu reajustes 8,32% acima da inflação".

Tudo isto poderia acontecer não por força das flutuações na conjuntura econômica, mas por alterações tecnológicas e nos processos de trabalho. Seria preciso ver no que investiram as empresas filiadas à FENAVIST.

O estudo da FENAVIST aponta que investimentos em equipamentos e frota foram feitos ao longo de 2016 apenas para manter a infraestrutura. O número de carros-fortes diminuiu de 4,5 mil em 2015 para 4,3 mil em 2016. O pico foi em 2013, com 4,8 mil veículos. Já entre os carros de escolta armada, eram 3,4 mil unidades em 2014 e 2015, subindo a 3,6 mil em 2016. A tabela 3 indica como evoluiu a compra de munições por este setor entre 1990 e 2012.

Tabela 3. Compra de armas e munições pelas empresas de segurança no Brasil

Ano	Armas compradas	Variação (%)	Munição comprada	Variação (%)
1990	4.281	—	813.383	—
1991	5.489	28,22%	2.046.583	151,61%
1992	9.587	74,66%	687.024	-66,43%
1993	9.929	3,57%	1.275.892	85,71%
1994	16.186	63,02%	1.330.210	4,26%
1995	28.529	76,26%	3.698.094	178,01%
1996	54.400	90,68%	2.303.214	-37,72%
1997	14.652	-73,07%	1.574.060	-31,66%
1998	8.402	-42,66%	1.447.322	-8,05%
1999	15.318	82,31%	2.474.714	70,99%
2000	22.945	49,79%	1.852.710	-25,13%
2001	22.256	-3,00%	3.008.288	62,37%
2002	53.343	139,68%	2.231.913	-25,81%
2003	10.857	-79,65%	2.557.994	14,61%
2004	9.572	-11,84%	2.772.010	8,37%
2005	28.712	199,96%	3.017.100	8,84%
2006	21.874	-23,82%	3.793.505	25,73%
2007	27.825	27,21%	3.362.425	-11,36%
2008	31.185	12,08%	4.026.963	19,76%

2009	19.326	-38,03%	7.101.835	76,36%
2010	32.869	70,08%	7.852.672	10,57%
2011	28.905	-12,06%	7.803.187	-0,63%
2012	35.924	24,28%	8.190.200	4,96%

Fonte: *Estudo do Setor de Segurança Privada*, edição de 2012.

Cruzadas a evolução no número de empresas com a evolução do número de trabalhadores contratado e também com o padrão de investimentos, percebe-se que, ao contrário do que afirma certo mito de que a indústria da segurança cresceria em paralelo com o aumento da violência, as empresas do setor acompanham, isto sim, o comportamento empresarial geral em meio às sucessivas conjunturas econômicas. É a tese defendida pelo presidente da FENAVIST, Jefferson Furlan Nazário, num artigo publicado em 2017 pel'O Estado de São Paulo. Adicionalmente, Mauro Catharino, diretor da Mezzo Planejamento e responsável pelo *Estudo do Setor de Segurança Privada*, disse em 2005 que "o setor cresce 8% ao ano no mundo, mesmo em países onde a violência urbana não preocupa tanto como nos EUA. É a relação direta com o aumento do patrimônio". Clodomir Marcondes, diretor da Power Segurança, confirma a hipótese, inclusive apontando como "um empresário poderoso pode gastar entre R$ 100 mil e R$ 150 mil por mês para garantir a sua segurança e de sua família".

Deve ser lida também por esta chave a divisão entre um setor *formal* e um setor *informal*. Precisamente por se tratar de um serviço prestado nos moldes capitalistas – e, como visto, por seguir comportamento similar aos de empresas de qualquer outro setor – a segurança também está sujeita às pressões por produtividade e inovação tecnológica, e por tal caminho às necessidades de investimento. Verifica-se neste setor também a divisão entre, de um lado, capitalistas capazes de criar maior sensação de segurança por meio do aparato tecnológico, do volume de trabalhadores mobilizados etc. resultante de investimentos contínuos, e de outro capitalistas menos capazes de realizar tais investimentos, que por isto mesmo tendem a atender às necessidades de segurança de setores capitalistas tão retardatários quanto eles próprios, ou de ruas e bairros de trabalhadores que já não mais confiam na sensação de segurança fornecida pelas polícias.

Não custa, antes de prosseguir, ressaltar que as empresas de segurança recrutam seus funcionários na mesma base social em que as forças armadas recrutam seus quadros inferiores: jovens trabalhadores precarizados. Como não há restrições etárias ao trabalho como segurança, o recrutamento se dá entre os jovens que saíram das forças armadas para a reserva. Adicionalmente, como consequência da ausência de restrições etárias e dos padrões extremamente rígidos de disciplina das forças armadas, o setor da segurança privada transforma-se em oportunidade de trabalho, ainda que muito perigoso e mal-remunerado, para trabalhadores mais precarizados.

O crime organizado

Outro setor que passou a mobilizar trabalhadores pobres, principalmente jovens em comunidades pobres, foi o chamado "crime organizado", onde o que menos importa, para os fins deste ensaio, é sua ilegalidade. Pessoas se organizam para que ele exista, e são os *efeitos* desta organização o que importa.

No caso das milícias cariocas, as disputas por poder e território entre elas têm se tornado a regra depois da prisão dos líderes da Liga da Justiça (ver aqui), assim como em momento anterior o fora a disputa por território com facções do tráfico de drogas. A replicação do modelo carioca de milícias, desde cedo considerada uma hipótese plausível, já em 2016 era uma realidade incontestável no Pará, São Paulo, Bahia, Ceará e Mato Grosso do Sul. Às vezes a ligação entre milícias e políticos é mais direta, como em certas justificações de sua presença nas comunidades (ver aqui, aqui). Existe ainda a participação direta de políticos em suas atividades ou, por outro lado, a ascensão de líderes milicianos a cargos parlamentares (ver aqui, aqui, aqui).

Não bastasse seu papel econômico, os grupos do crime organizado também disciplinam territórios inteiros. Veja-se a proliferação de códigos de ética neste meio: aquele encontrado mais recentemente em João Pessoa é apenas um entre muitos, como os já encontrados em Roraima, Bahia, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Ceará, São Paulo,

Maranhão, e a circulação de modelos entre as organizações é notória.

O problema não é o de "tratar os moradores das favelas com cidadania", como querem alguns especialistas (ver aqui); é o de ver as *formas de trabalho ocultas por trás da ilegalidade*. Aqui também, elementos de transmutação da revolta juvenil contra o "sistema" numa mobilização empresarial reacionária, absolutamente dentro da ordem. Ainda há outro aspecto: a *circulação de pessoas entre as polícias e o crime organizado*. O caso das milícias cariocas é o mais conhecido. Lá, policiais agiam como agentes infiltrados da *Liga da Justiça* (maior milícia carioca) junto à Corregedoria da Polícia, fornecendo informações sobre os planos e ações da própria Secretaria de Segurança Pública (ver aqui e aqui). Não são novas, também, notícias de militares a circular indistintamente entre as forças armadas e a criminalidade; a estrutura logística das forças armadas e a baixíssima interferência das polícias militar e civil sobre as operações logísticas militares é muito tentadora, facilitando a praças e oficiais (inclusive de alto escalão) possibilidades de envolvimento no tráfico de drogas e em outras formas de crime organizado (ver aqui, aqui...).

Sem título, de Barbosa Prince (2015)

Os elementos fascistas

Disciplinamento de trabalhadores nas forças armadas e auxiliares. Proliferação das empresas de "segurança" ao ponto de superar, de quase dobrar, os efetivos militares. Funções disciplinares do crime organizado, para "dentro" (códigos de ética) e para "fora" (disciplinamento comunitário). Muita circulação de indivíduos entre os três setores.

Onde estaria, entretanto, o vínculo entre os elementos beligerantes da sociedade e a política? Entre eles e o fascismo?

O *Passa Palavra* questionou, recentemente, se as reivindicações de militares podem ou não ser incluídas entre as reivindicações da classe trabalhadora; indicou, no mesmo artigo, como as reivindicações salariais dos militares serviram de trampolim para que suas lideranças se lançassem em carreiras políticas com variados graus de sucesso. Reportagem da Beta Redação apresenta dados importantes acerca da participação dos militares na política. Em 2014, 25 mil pessoas concorreram aos cargos de deputado estadual, deputado federal, senador, governador e presidente. Desses candidatos, apenas 667 foram enquadrados como militares, o que configura uma participação de 2,6% no número total de concorrentes. O resultado foi pífio numericamente: apenas nove desses 667 candidatos conseguiram se eleger. A realidade é parecida, mas a representatividade ainda mais escassa nas eleições municipais. Em 2016, 479.942 pessoas concorreram aos cargos de prefeitos e vereadores. Apenas 2 mil delas eram militares—ou seja, 0,41% do total. Claro, a proibição aos militares de participar da política influencia nos números, mas num país de 200 milhões de habitantes o elemento beligerante, somados aí os efetivos das forças armadas (aprox. 300 mil) e das empresas de "segurança" (aprox. 600 mil), chega a 0,45% da população. Estariam os militares super-representados no universo de candidatos nas eleições 2018 como estiveram em 2014? E o que significa esta superrepresentação – ou, melhor dizendo, a superrepresentação nas eleições federais e estaduais e a sub-representação nas eleições municipais?

Cabe um esforço suplementar, uma análise que corre como pano de

fundo: a alegada *queda dos orçamentos militares*, em especial durante a crise recessiva de 2014-2017. Em 2012 reportagem do G1 apresentou quadro de sucateamento das forças armadas brasileiras: munição para menos de uma hora de combate (segundo o general da reserva Maynard Marques de Santa Rosa), mantidos apenas os estoques mínimos para as necessidades da instrução militar; armamento leve obsoleto, com 120 mil fuzis FAL com mais de trinta anos de uso (o próprio desenho do Fuzil Automático Leve (FAL), concebido entre 1946 e 1954, já é de duas ou três gerações atrás); 92% dos meios de comunicação em franca obsolescência, com 87% dos equipamentos sequer em condições de uso; fardas importadas da China desbotando na primeira lavagem; carros, barcos e helicópteros em número escasso, e blindados com 40 a 50 anos de uso; entre 2002 e 2012 a percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) investido em defesa girou em torno de 1,5%, segundo números do Ministério da Defesa, com maior porcentagem em 2009, quando 1,62% do PIB foram destinados para o setor, mas disso tudo 90% dos recursos eram para pagamento de salários, com apenas 10% para custeio e novos investimentos; e por aí vai.

É muito provável que, com o processo de atualização tecnológica, tática e estratégica das forças armadas pelo mundo, os efetivos das forças armadas brasileiras venham a ser reduzidos para que aumente a margem orçamentária para investimentos e se atualize a composição do orçamento das forças armadas para os patamares recomendados pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de teto de 40% para as despesas com pessoal. Um exemplo desta transição para um modelo mais *tecnológico* de defesa é o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), constante na Estratégia Nacional de Defesa de 2008 e que vem sendo implementado a conta-gotas: se o projeto deveria ter recebido R$ 1 bilhão por ano durante 11 anos para ser implementado, o valor médio anual pago pelo governo federal de 2013 a 2017 foi muito menor (R$ 220,9 milhões). Apesar da crise, o governo federal voltou a aumentar os investimentos no setor de defesa; o Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) indicou num estudo de 2017 que o Brasil "registrou um aumento nos gastos militares acima da média mundial, e saltou de saltou de 13º, em 2016, para 11º no ranking dos países que mais investem no setor". O

cenário completo é o desenhado na tabela 4.

Tabela 4. Os 15 países com maior gasto militar no mundo em 2017.

País	Classificação		Gasto militar (US$ bi)	Variação 2008-2017 (%)	Parcela do gasto militar mundial em 2017 (em %)
	2017	2016			
EUA	1	1	610	-14	35
China	2	2	228	110	13
Arábia Saudita	3	4	69,4	34	4
Rússia	4	3	66,3	36	3,8
Índia	5	6	63,9	45	3,7
França	6	5	57,8	5,1	3,3
Grã-Bretanha	7	7	47,2	-15	2,7
Japão	8	8	45,4	4,4	2,6
Alemanha	9	9	44,3	8,8	2,5
Coreia do Sul	10	10	39,2	29	2,3
Brasil	11	13	29,3	21	1,7
Itália	12	11	29,2	-17	1,7
Austrália	13	12	27,5	33	1,6
Canadá	14	14	20,6	13	1,2
Turquia	15	15	18,2	46	1

Fonte: *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), Trends in world military expenditure.

Como se vê, não apenas o Brasil está entre os 15 países com maior gasto militar no mundo, como, levando em consideração a variação nos gastos militares entre 2008 e 2017, é o nono país, entre os quinze, com maior variação positiva. De igual maneira, a tabela 5 mostra como a participação dos gastos militares no PIB brasileiro é compatível com a de economias desenvolvidas.

Tabela 5. Investimento militar como parcela do PIB em economias selecionadas.

1958 a 1960	1968 a 1970	1978 a 1980	1988 a 1990	1998 a 2000	2003 a 2005	2008 a 2011	2012 a 2017

Economias desenvolvidas								
Alemanha	3,8%	3,5%	3,2%	2,7%	1,5%	1,4%	1,3%	1,2%
Canadá	4,5%	2,3%	1,8%	2,0%	1,2%	1,1%	1,3%	1,1%
Espanha	2,0%	2,3%	2,4%	2,4%	1,7%	1,4%	1,4%	1,3%
EUA	9,1%	8,3%	4,8%	5,5%	3,0%	3,7%	4,5%	3,5%
França	6,6%	4,5%	3,7%	3,4%	2,6%	2,5%	2,3%	2,3%
Grã-Bretanha	6,6%	5,0%	4,3%	3,6%	2,2%	2,3%	2,4%	2,0%
Itália	3,3%	2,7%	2,1%	2,2%	1,9%	1,9%	1,7%	1,5%
Portugal	3,4%	5,6%	2,7%	2,5%	1,9%	2,0%	2,0%	1,8%
BRICS*								
Brasil	2,9%	2,7%	1,4%	2,4%	1,7%	1,5%	1,5%	1,4%
Rússia**	—	—	—	—	3,3%	3,7%	3,7%	4,4%
Índia	2,0%	3,2%	3,2%	3,5%	3,0%	2,8%	2,7%	2,5%
China	—	—	—	2,5%	1,8%	2,1%	1,9%	1,9%
África do Sul***	0,9%	2,6%	3,9%	4,3%	1,3%	1,4%	1,1%	1,1%
Tigres Asiáticos								
Cingapura	—	5,4%	4,8%	4,6%	5,0%	4,5%	3,6%	3,2%
Coreia do Sul	—	—	7,3%	5,2%	3,0%	2,2%	2,1%	1,9%
Taiwan	7,4%	4,6%	6,1%	4,2%	2,6%	2,4%	2,6%	2,6%
Novos Tigres Asiáticos								
Filipinas	1,9%	2,0%	2,8%	2,3%	1,6%	1,4%	1,2%	1,2%
Indonésia	—	—	3,0%	1,4%	0,8%	0,9%	0,6%	0,8%
Malásia	3,3%	4,5%	3,9%	2,5%	1,8%	2,4%	1,7%	1,4%
Tailândia	2,9%	2,9%	4,2%	2,7%	1,7%	1,2%	1,7%	1,4%
Vietnã	—	—	—	7,4%	—	2,0%	2,2%	2,30%

Fonte: elaboração própria com dados de Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) – Military Expenditure Database. *Empregou-se a "versão alargada" dos BRICS, incluindo a África do Sul.

Estes últimos dados devem ser vistos com cautela, pois maiores proporções de um PIB pequeno significam, na prática, baixo gasto militar, enquanto menores proporções de um PIB grande significam, na prática, alto gasto militar. Como, entretanto, o Brasil tem PIB próximo daqueles da Grã-Bretanha, França, Itália e Indonésia, e quase dobra o PIB de países como Espanha e Tailândia, tais cautelas devem ser ponderadas por ainda outra: o tamanho do território a defender, o que faz o gasto militar brasileiro ser comparável com proveito apenas aos de países com tamanho parecido (Rússia, Canadá, China, EUA, Austrália). Por outro lado, a comparação diacrônica demonstra que mesmo sob os regimes militares a parti-

cipação dos gastos militares no PIB brasileiro mostra-se perfeitamente compatível com a de países sem indústria militar autóctone (Canadá, Filipinas) ou não envolvidos com frequência em conflitos bélicos (Espanha, Itália).

Se a crise nas forças armadas brasileiras é real e incontestável, não é menos real o progressivo aumento nos orçamentos militares, como demonstra a tabela 6, construída com base em dados de uma reportagem acerca desta crise.

Tabela 6. O orçamento militar brasileiro e sua variação

Ano	Valor (em R$ bi)	Variação (em %)
2013	69,7	—
2014	78,4	12,48%
2015	80,1	2,17%
2016	87,6	9,36%
2017	92,2	5,25%
Total acumulado	408	29,29%

Fonte: *UOL Notícias*, com base em dados do sistema SIGA Brasil.

Embora a reportagem demonstre o aumento no orçamento militar brasileiro, ressalta paralelamente uma tendência de queda da despesa primária do Ministério da Defesa em relação à despesa primária da União, como se vê na tabela 7.

Tabela 7. Despesa primária do Ministério da Defesa versus despesa primária da União

Ano	Participação da Defesa na despesa primária da União (em %)	Variação
1996	11,50%	—
1998	10,90%	-5,22%
2000	10,50%	-3,67%
2002	10,70%	1,90%
2004	8,90%	-16,82%
2006	8,40%	-5,62%
2008	8,60%	2,38%
2010	8,70%	1,16%

2012	7,70%	-11,49%
2014	7,20%	-6,49%
2016	6,70%	-6,94%

Fonte: *UOL Notícias*, com base em dados do Ministério da Defesa.

Há que se ter, entretanto, cuidado com a leitura do desinvestimento nas forças armadas, que tem sido feita sem qualquer contextualização na conjuntura econômica de cada momento. Em linhas muito gerais, as variações negativas em 1998 e 2000 são facilmente compreendidas num contexto de crise econômica global que afetou também o Brasil, e a variação negativa em 2004 é também facilmente entendida no contexto da instabilidade causada pela sucessão presidencial onde a ascensão do PT colocou investidores e empresários em polvorosa. Tanto assim que em 2008 e 2010, anos de prosperidade econômica, a participação do orçamento do Ministério da Defesa no orçamento da União voltou a crescer, voltando a cair em tempos de instabilidade e crise na economia. Deve-se levar em consideração, de igual maneira, que todo o orçamento público é sujeito a conflitos distributivos, onde, ressalvados os orçamentos impositivos da saúde e da educação, os setores do serviço público mais bem posicionados nas malhas de poder – via articulação com ministros e cargos de confiança, ou via emendas parlamentares, ou via grupos de pressão externos ao governo – conseguem acesso a maior volume de recursos; a diferença é que o poder de pressão dos militares está, em última instância, nas armas, não na articulação política.

Se a tendência ao desinvestimento é revertida durante as fases de prosperidade econômica, nem por isto todos os conscritos o percebem. O alto comando e o generalato das forças armadas brasileiras, é claro, percebe-o por compartilhar com outros altos gestores uma visão de conjunto e das entranhas do funcionamento do Estado, mas nem por isto o fator econômico é por ele percebido como fundamental: não se pode esquecer que nos currículos das escolas de formação de oficiais é a *geopolítica* a matriz fundamental para compreensão das relações internacionais, não a economia. Ou melhor: a economia entra na formação do oficialato, desde que subordinada à geopolítica. Percebem, portanto, a face mais *ostensiva* das relações de poder, mas correm o risco de deixar escapar pelos dedos outros elementos mais re-

finados de construção e consolidação de poder e hegemonia. Mesmo os altos oficiais mais "antenados" com tendências de ponta no pensamento e prática militares como a *guerra de quarta geração*, a *guerra assimétrica* e outras, fazem-no ainda no plano estritamente *tático*, submetendo estas novas formas de combate aos esquemas tradicionais da *grande estratégia*. Se este é um cenário bastante plausível para o alto comando e o generalato, ele é ainda mais grave em meio aos oficiais superiores (majores, tenentes-coronéis e coronéis), aos oficiais intermediários (capitães), aos oficiais subalternos (aspirantes e tenentes), aos praças (cabos, sargentos, subtenentes e suboficiais) e aos soldados e marinheiros, estes últimos representando o grosso das tropas conscritas.

Machine Gun Jesus (Gold), *de Barbosa Prince (2015)*

Como o princípio da hierarquia militar pressupõe também um alto nível de compartimentação de informações, o alto comando e o generalato não compartilha de todas as informações de que dispõe. Ora, é precisamente o acesso a informações privilegiadas que poderia contrabalançar a lacuna na formação econômica do oficialato e dar maior clareza quanto ao cenário de investimentos orçamentários nas forças armadas; sem estas informações,

todo o restante da tropa, formada na escola da geopolítica, está portanto condicionada a entender a lenta deterioração das forças armadas como uma questão sujeita à pura e simples "vontade política", que pode ser interpretada das maneiras mais diversas, indo desde a compreensão adequada do conflito distributivo orçamentário e a eleição de políticos cujas campanhas se baseiam no reforço ao elemento bélico da sociedade (eis aí um dos segredos para o sucesso eleitoral da "bancada da bala") até a construção das mais disparatadas e delirantes teorias da conspiração.

É aí onde se radicam os elementos fascistas oriundos das forças armadas. Ao pesquisar para a construção deste ensaio, tive a oportunidade de frequentar os meios empregues pelos *digital influencers* ("influenciadores digitais") destas alas radicais do militarismo; prefiro não dar qualquer *link* a eles para não dar-lhes mais público. Posso afirmar, entretanto, que se trata de uma rede muito bem desenvolvida de *sites*, *blogs*, perfis de YouTube, Facebook e Instagram, num ecossistema digital razoavelmente coeso com bastante interação entre suas partes componentes. Ali circulam teorias bastante frágeis, mas que, bem apresentadas por meio de uma pletora de dados e informações descontextualizadas e bem consolidada por meio de refutações falaciosas aos argumentos em contrário, passam tranquilamente como "verdade". É aí que se formaram alas radicalmente antiesquerdistas, ou abertamente fascistas, em meio aos soldados, praças e ao oficialato. Herança da ditadura? Claro, este elemento é inegável, mas também o são o que chamo de "externalidades negativas da internet": a maior possibilidade de comunicação par-a-par (*peer-to-peer*) e a redução da distância entre emissor e receptor, assim como a multiplicação de emissores, permitem a certos "guetos discursivos" comunicar-se entre si sem muita mediação dos instrumentos tradicionais de comunicação, fazendo circular muito mais velozmente aquilo que, em outros tempos, precisaria da mediação de editoras, tradutores e demais aparato especializado. Falas e discursos de generais, áudios "vazados", artigos de publicações paleoconservadoras, traduções toscas de vídeos de *digital influencers* similares produzidos em outros países, eis as fontes principais deste ecossistema. Como os assuntos de que tratam são os mesmos que afligem o restante da tropa, e como oferecem explicações falhas e falaciosas, mas aparentemente coerentes e consistentes, para problemas

perceptíveis a olho nu, estes *digital influencers* são como que os intelectuais orgânicos dos setores radicalizados das forças armadas, exercendo hoje um papel que em tempos passados foi dos "doutores" em meio ao generalato e restante oficialato.

Este é o primeiro eixo exógeno ao fascismo onde seus temas e ideias podem circular com facilidade. Militares radicalizados pela percepção (equivocada) de um sucateamento proposital das forças armadas criam explicações (na verdade bricolagens falaciosas) para o fenômeno, resultando assim em teorias conspiratórias que, se não são adotadas em sua integralidade pelo grosso dos sujeitos imersos no elemento bélico da sociedade, encontram ali um meio para ampla circulação. O segundo eixo exógeno é o fundamentalismo religioso e moral, de que trataremos a seguir.

Foto por Robert Coelho

FASCISMO À BRASILEIRA?
O DESENVOLVIMENTO DO CAMPO FASCISTA NA POLÍTICA BRASILEIRA

Acesse a seção Edições do Passa Palavra e baixe outros livros editados pelo coletivo.

passa palavra

Noticiar as lutas, apoiá-las, pensar sobre elas